



# DIÁRIO

# República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

## SEÇÃO II

ANO XL — Nº 013

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 15 DE MARÇO DE 1985

## SENADO FEDERAL

### SUMÁRIO

#### 1 — ATA DA 13ª SESSÃO, EM 14 DE MARÇO DE 1985

##### 1.1 — ABERTURA

##### 1.2.1 — EXPEDIENTE

##### 1.2.1 — Leitura de projetos

— Projeto de Lei do Senado nº 17/85, de autoria do Sr. Senador Amaral Peixoto, que dispõe sobre a recondução de membros do Conselho Federal de Cultura;

— Projeto de Lei do Senado nº 18/85, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que inclui o marido como dependente da segurada.

##### 1.2.2 — Comunicações

De Srs. Senadores que se afastarão do exercício do mandato para assumirem funções de Ministros de Estado.

##### 1.2.3 — Comunicações da Presidência

— Recebimento da Complementação das documentações necessárias às tramitações dos Ofícios nºs s/3 a s/5, de 1985, do Sr. Governador do Estado de Santa Catarina, em que solicita autorização do Senado Federal a fim de que aquele Estado possa realizar operações de empréstimos externos para os fins que especifica.

— Recebimento do Ofício nº s/10/85 (nº 168/85-GC, na origem), do Sr. Governador do Estado do Maranhão, em que solicita autorização do Senado Federal a fim de que aquele Estado possa realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 55.000.000,00 para o fim que especifica.

— Designação de Srs. Senadores para integrarem às Comissões criadas pelas Resoluções nºs 1 e 2, de 1985.

— Recebimento do Ofício nº s/11/85 (nº 61/85, na origem), do Sr. Governador do Estado da Paraíba,

em que solicita autorização do Senado Federal a fim de que aquele Estado possa realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 130.000.000,00 para o fim que especifica.

##### 1.2.4 — Discursos do Expediente

**SENADOR MARTINS FILHO** — Perspectivas alvissareiras de mudanças políticas e institucionais na vida do País, com o advento do Governo Tancredo Neves.

**SENADOR JOSÉ SARNEY** — Encaminhando à Mesa projeto de lei dispondo sobre a cultura brasileira. Apresentando à Casa suas despedidas, no momento em que se afasta do mandato legislativo para ocupar a Vice-Presidência da República.

##### 1.2.5 — Comunicação da Presidência

Presença na Casa de membros do Parlamento Latino-Americano e concessão da palavra ao Senador Nelson Carneiro para saudá-los em nome do Senado.

##### 1.2.6 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 18 hora e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

##### 1.2.7 — Discursos do Expediente (continuação)

**SENADOR PEDRO SIMON** — como Líder — Instalação da Nova República. Apresentando à Casa suas despedidas no momento em que se afasta para assumir o Ministério da Agricultura.

**SENADOR ALÓYSIO CHAVES** — como Líder — Realizações do Governo do Presidente João Figueiredo. Desejando sucesso ao Governo que se inicia e aos Senadores que se afastam da Casa para assumir cargos no Executivo.

##### 1.2.8 — Comunicação

Do Sr. Senador José Sarney, que assumirá, amanhã, dia 15 de março, o cargo de Vice-Presidente da República

##### 1.2.9 — Requerimento

Nº 27/85, dos Srs. Senadores Gastão Müller e Virgílio Távora, solicitando que não seja realizada sessão do Senado do dia 15 de março de 1985, nem haja expediente em sua Secretaria. **Aprovado.**

##### 1.2.10 — Comunicação da Presidência

Recebimento do Ofício nº s/12/85, do Sr. Governador do Estado do Piauí, em que solicita autorização do Senado Federal a fim de que aquele Estado possa realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 60.000.000,00 para o fim que especifica.

#### 1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei da Câmara nº 117/84 (nº 1.208/83, na Casa de origem), que dispõe sobre a criação de cargos no Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região e dá outras providências. (Em regime de urgência). **Aprovado. À sanção.**

— Projeto de Lei da Câmara nº 251/83 (nº 15/83, na Casa de origem), que exclui o Município de Canoas da relação dos municípios declarados área de segurança nacional. **Aprovado. À sanção.**

— Requerimento nº 4/85, solicitando urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 218/84-Complementar, que cria o Estado do Tocantins e determina outras providências. **Votação adiada por falta de quorum**, após usarem da palavra os Srs. Aloysio Chaves e Mauro Borges.

— Requerimento nº 10/85, solicitando urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 281/83-Complementar, que dispõe sobre a concessão do be-

## EXPEDIENTE

### CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

**LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS**

Diretor-Geral do Senado Federal

**NÍSIO EDMUNDO TOSTES RIBEIRO**

Diretor Executivo

**JOÃO MORAES DA SILVA**

Diretor Administrativo

**MÁRIO CÉSAR PINHEIRO MAIA**

Diretor Industrial

**PEDRO ALVES RIBEIRO**

Diretor Adjunto

### DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

#### ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre ..... Cr\$ 3.000,00

Ano ..... Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares.

nefício auxílio-doença ao trabalhador rural. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Requerimento nº 15/85, solicitando a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar os fatos que colocaram em risco o controle acionário, pela União, da Companhia Vale do Rio Doce. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 22/81, que dispõe sobre enquadramento de professores colaboradores e auxiliares de ensino e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 26/79, que acrescenta parágrafo ao Art. 517 da Consolidação das Leis do Trabalho. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 45/79, que acrescenta e modifica a redação de dispositivo da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966 (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço). **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 2/80, que dispõe sobre a escolha e a nomeação dos dirigentes das Fundações de Ensino Superior. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 18/80, que dispõe sobre aposentadoria especial do músico. (Apreciação preliminar da Constitucionalidade). **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 51/80, que revoga o Decreto-lei nº 1.284, de 28 de agosto de 1973, que declarou o Município de Anápolis de interesse da Segurança Nacional, e dá outras providências. (Apreciação preliminar da Constitucionalidade). **Discussão sobrestada por falta de quorum, para votação do Requerimento nº 12/85.**

— Projeto de Lei do Senado nº 320/80, que revoga a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração e dá outras providências. (Apreciação preliminar da juridicidade). **Discussão encerrada, ficando a votação adiada por falta de quorum.**

#### 1.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

**SENADOR ÁLVARO DIAS** — Proposta para minimização dos custos de operação dos transportes coletivos.

**SENADOR NELSON CARNEIRO** — Equacionamento de problemas de interesse dos inativos e do funcionalismo em geral.

**SENADOR LOURIVAL BAPTISTA** — Considerações sobre relatório apresentado pelo Professor João Felício Scárdua, da Fundação de Assistência ao Estudante — FAE, relativo ao ano de 1984.

**SENADOR ALBANO FRANCO** — Inauguração do complexo industrial de Taquari-Vassouras. Necessidade urgente da construção do porto de Sergipe.

**SENADOR CARLOS ALBERTO** — Decisão do TFR restabelecendo o princípio da equivalência salarial nas prestações dos mutuários do BNH.

**SENADOR HELVIDIO NUNES** — Atuação do Dr. Eduardo de Castro Neiva à frente da Vice-Presidência de Relações Internacionais do Banco do Brasil.

#### 1.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

#### 2 — ATA DA 14ª SESSÃO, EM 14 DE MARÇO DE 1985

##### 2.1 — ABERTURA

##### 2.2 — EXPEDIENTE

##### 2.2.1 — Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 19, de 1985-Complementar, de autoria do Sr. Senador Odacir Soares, que cria o Estado de Brasília, e dá outras providências.

##### 2.2.2 — Requerimentos

— Nº 28/85, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro e outros Srs. Senadores, requerendo urgência, nos termos do art. 371, alínea b do Regimento Interno, para o Projeto de Lei do Senado nº 139/84, que revoga o Decreto-lei nº 1.541, de 14 de abril de 1977. (Lei das Sublegendas).

— Nº 29/85, de autoria do Sr. Senador Carlos Chiarelli e outros Srs. Senadores, requerendo urgência, nos termos do art. 371, alínea b do Regimento Interno, para o Projeto de Lei do Senado nº 14/79.

#### 2.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei do Senado nº 212/81, de autoria do Senador Pedro Simon, que dispõe sobre a competência da Justiça do Trabalho para conciliar e julgar dissídios oriundos das relações de trabalho entre trabalhadores avulsos e seus tomadores de serviço. **Aprovado em primeiro turno.**

— Projeto de Lei do Senado nº 147/82, de autoria do Senador Itamar Franco, que isenta de qualquer tributação os proventos da aposentadoria e dá outras providências. **Aprovado em primeiro turno.**

#### 2.4 — MATÉRIAS APRECIADAS APÓS A ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei do Senado nº 139/84, em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 28/85, lido no Expediente. **Aprovado**, após parecer da comissão competente. À Câmara dos Deputados.

— Projeto de Lei do Senado nº 14/79, em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 29/85, lido no Expediente. **Aprovado**, após parecer da comissão competente. À Câmara dos Deputados.

#### 2.5 — DISCURSO APÓS A ORDEM DO DIA

**SENADOR LOURIVAL BAPTISTA** — Considerações sobre a eleição e posse do Engenheiro Edwaldo Cardoso Botto de Barros no cargo de Diretor-Geral da União Postal Universal — UPU.

#### 2.6 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO

#### 3 — DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESSÃO ANTERIOR

Dos Srs. Virgílio Távora e Roberto Campos, proferidos na sessão de 13-3-85.

Do Sr. Virgílio Távora, proferido na sessão de 13-3-85.

#### 4 — ATA DE REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

##### 5 — ATA DE COMISSÃO

##### 6 — MESA DIRETORA

#### 7 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

# Ata da 13ª Sessão, em 14 de março de 1985

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência dos Srs. José Fragelli e Martins Filho

## ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Mário Maia — Fábio Lucena — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Cid Sampaio — Luiz Cavalcante — Lourival Batista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Alfredo Campos — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Mauro Borges — Gastão Müller — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Álvaro Dias — Jorge Bornhausen — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octavio Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — A lista de presença acusa o comparecimento de 44 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projetos de lei que vão ser lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidos os seguintes

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 17, DE 1985

Dispõe sobre a recondução de membros do Conselho Federal de Cultura.

O parágrafo 3º do Decreto nº 74.583, de 20-9-74, modificado pelo Decreto nº 85.881 de 8-4-81 e pelo Decreto nº 88.146 de 3-3-83, passa a ter a seguinte redação:

“De dois em dois anos cessará o mandato de um terço dos membros do Conselho, permitida a recondução”.

### Justificativa

Quando da criação do Conselho Federal de Cultura cuidou o Governo de nele reunir personalidades eminentes da cultura brasileira, buscando que colaborassem com o Executivo na formulação e acompanhamento da política cultural do País. Esta é a principal razão pela qual se reuniu neste Conselho personalidades representativas nas áreas das artes, letras e ciências humanas.

A idéia dos criadores foi a de permitir recondução, somente por uma só vez, dos seus componentes, conforme prescrevia o § 2º do Decreto-Lei nº 74:

“§ 2º De dois em dois anos cessará o mandato de um terço dos membros do Conselho, permitida a recondução por uma só vez”.

Posteriormente, considerou-se que esta limitação levaria a que eminentes personalidades da cultura nacional, por imposição da lei, ficassem impossibilitadas de compor o Conselho Federal de Cultura, para sanar esta dificuldade o § 3º do Decreto nº 74.583, de 20-9-74 definiu:

“§ 3º De dois em dois anos cessará o mandato de um terço dos membros do Conselho, permitida a recondução”.

Reconhecia-se, pois, a necessidade de evitar empecilhos legais, de qualquer ordem, à recondução de conselheiros.

Posteriormente, o Decreto nº 85.881, de 8-4-81, tornou a criar impedimentos ao definir em seu artigo 1º:

“Art. 1º É vedada a recondução de membro do Conselho Federal de Cultura que haja exercido dois mandatos completos e consecutivos.”

Verificou-se tempos depois, a impossibilidade de se manter o rigor desta legislação, procurando-se diminuí-la com o Decreto nº 88.146 de 3-3-83, que agregou ao artigo acima o seguinte parágrafo:

“Parágrafo único. Em casos excepcionais, devidamente justificados pelo Ministro da Educação e Cultura, poderão ser reconduzidos Conselheiros que hajam exercido dois mandatos completos e consecutivos, tendo, neste caso, o novo mandato a duração de três anos.”

A experiência vem demonstrando, portanto, que por não serem tão numerosos os quadros daqueles capazes de comporem o Conselho Federal de Cultura, considera-se conveniente reduzir as exigências para recondução dos seus membros. Razão pela qual a apresentação desta minha proposição.

Sala das Sessões, 14 de março de 1985. — Amaral Peixoto

## LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO—LEI Nº 74 — DE 21 DE NOVEMBRO DE 1966

Cria o Conselho Federal de Cultura e dá outras providências.

Art. 1º O Conselho Federal de Cultura será constituído por vinte e quatro membros nomeados pelo Presidente da República, por seis anos, dentre personalidades eminentes da cultura brasileira e reconhecida idoneidade. (\*)

§ 1º Na escolha dos membros do Conselho, o Presidente da República levará em consideração a necessidade de nele serem devidamente representadas as diversas artes, as letras e as ciências humanas.

§ 2º De dois em dois anos cessará o mandato de um terço dos membros do Conselho, permitida a recondução por uma só vez. Ao ser constituído o Conselho, um terço de seus membros terá mandato, apenas, de dois anos e um terço de quatro anos.

DECRETO Nº 74.583 — DE 20 DE SETEMBRO DE 1974

Dá nova redação ao artigo 1º do Decreto-lei nº 74, de 21 de novembro de 1966, que cria o Conselho Federal de Cultura.

Art. 1º O Conselho Federal de Cultura será constituído por 26 (vinte e seis) membros, sendo:

a) 24 (vinte e quatro) membros nomeados pelo Presidente da República, por 6 (seis) anos, dentre personalidades eminentes da cultura brasileira e de reconhecida idoneidade;

b) 2 (dois) membros natos, sem mandato prefixado, que serão Diretor-Geral do Departamento de Assuntos Culturais e o Diretor do Instituto Nacional do Livro.

§ 1º Na escolha dos membros do Conselho o Presidente da República levará em consideração a necessidade

de de nele serem devidamente representadas as diversas artes, letras e ciências humanas;

§ 2º Na hipótese de o Diretor-Geral do Departamento de Assuntos Culturais ou o Diretor do Instituto Nacional do Livro serem membros do Conselho Federal de Cultura, nomeados nos termos da alínea “a” deste artigo, o Ministro da Educação e Cultura designará substitutos enquanto permanecerem os titulares na direção dos referidos órgãos.

§ 3º De dois em dois anos cessará o mandato de um terço dos membros do Conselho, permitida a recondução.

DECRETO Nº 85.881, DE 8 DE ABRIL DE 1981

Dispõe sobre a recondução de membro do Conselho Federal de Cultura.

Art. 1º É vedada a recondução de membro do Conselho Federal de Cultura que haja exercido dois mandatos completos e consecutivos.

DECRETO Nº 88.146, DE 3 DE MARÇO DE 1983

Altera o Decreto nº 85.881, de 8 de abril de 1981, que dispõe sobre a recondução de membro do Conselho Federal de Cultura.

Art. 1º Fica acrescido ao artigo 1º do Decreto nº 85.881, de 8 de abril de 1981, que dispõe sobre a recondução de membro do Conselho Federal de Cultura, o seguinte parágrafo único:

“Art. 1º Parágrafo único. Em casos excepcionais, devidamente justificados pelo Ministro da Educação e Cultura, poderão ser reconduzidos Conselheiros que hajam exercido dois mandatos completos e consecutivos, tendo, neste caso, o novo mandato a duração de três anos.”

(As Comissões de Constituição e Justiça e de Educação e Cultura.)

PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 18, DE 1985

Inclui o marido como dependente da seguradora.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O item I do art. 11 da Lei nº 3.807, de 1960, com a redação que lhe foi dada pelo art. 1º da Lei nº 890, de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

“I — a esposa, o marido, a companheira, mantida há mais de 5 (cinco) anos, os filhos de qualquer condição menores de 18 (dezoito) anos ou inválidos, e as filhas solteiras de qualquer condição menores de 21 (vinte e um) anos ou inválidas.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

### Justificação

Hoje em dia, marido e mulher trabalham para a manutenção do lar e contribuem para o INAMPS, como segurados. A exclusão do marido como dependente da mulher é resíduo de uma época transposta, de uma pretensa superioridade masculina.

O projeto atende, assim, a uma realidade, a que será sensível o Congresso Nacional.

Na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, recebeu o seguinte Parecer:

**PARECER Nº 1.363, DE 1981**

**Da Comissão de Constituição e Justiça. Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 331, de 1979, que "inclui o marido como dependente da segurada".**

Relator: Senador Raimundo Parente

De autoria do ilustre Senador Nelson Carneiro, o Projeto sob exame visa a possibilitar a inclusão do marido como dependente da segurada.

2. Na justificação, após observar que hoje em dia marido e mulher contribuem para o INAMPS como segurados, salienta que não mais se justifica a exclusão do marido como dependente da mulher.

3. Na verdade, a questão não se há de situar no terreno da superioridade, ou não, de um sexo sobre o outro. Se formos perscrutar atentamente as características físico-psíquicas do homem e da mulher, tais como os fez o Criador, vemos que os sexos são complementares. O homem é superior nas características que lhe são próprias para a vocação de liderança — força física, aptidão e inclinação para o mando — e a mulher é superior nas características correspondentes à sua missão de companheira e de mãe — ternura, intuição, afetividade.

3.1. Dos pontos de vista jurídico-constitucional e técnico-regimental, nada há a objetar na proposição.

3.2. Assinale-se, ademais, que a possibilidade de o marido ser colocado como dependente resulta do dever de assistência mútua e também do regime de bens quase generalizadamente preferido entre nós, que é o da comunhão universal.

E se a legislação já beneficia a companheira, por que não beneficiar o cônjuge do sexo masculino.

4. Isso posto, opinamos pela aprovação do Projeto, por constitucional, jurídico, regimental e conforme à boa técnica legislativa.

Sala das Comissões, 28 de novembro de 1979. — Henrique de La Rocque. Presidente Raimundo Parente, Relator Aderbal Jurema — Bernardino Viana — Lenoir Vargas — Amaral Furlan — Murilo Badaró — Moacyr Dalla — Almir Pinto.

Sala das Sessões, 14 de março de 1985. — Nelson Carneiro

(As Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social.)

**O Sr. PRESIDENTE (José Fragelli)** — Os projetos lidos serão publicados e remetidos às comissões competentes.

Sobre a mesa, comunicações que vão ser lidas pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidas as seguintes

Em 14 de março de 1985

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em obediência ao disposto no art. 43, alínea "b" do Regimento Interno, que a partir de 15 de março do corrente ano, me afastarei do exercício do mandato de Senador pelo Estado do Rio Grande do Sul a fim de, nos termos do art. 36 da Constituição, assumir a função, para a qual fui nomeado, de Ministro de Estado da Agricultura.

Atenciosas Saudações, — Pedro Simon, Senador.

Brasília, 14 de março de 1985.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em obediência ao disposto no artigo 43, alínea "B" do Regimento Interno, que a partir de 15 de março de 1985 me afasto do exercício do mandato de Senador pelo Estado

de Pernambuco, a fim de, nos termos do artigo 36 da Constituição, assumir a função de Ministro de Estado da Educação e Cultura.

Cordiais saudações, — Senador Marco Maciel.

Em, 14 de março de 1985.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em obediência ao disposto no art. 43, alínea "B" do Regimento Interno, que, a partir de 15/03/85 me afastarei do exercício do mandato de Senador pelo Estado do Paraná, a fim de, nos termos do art. 36 da Constituição, assumir a função, para a qual fui nomeado, de Ministro de Estado dos Transportes.

Atenciosas saudações, — Affonso Camargo.

**O SR. PRESIDENTE (José Fragelli)** — O expediente lido vai à publicação.

A Presidência tomará as providências necessárias no sentido da convocação dos suplentes.

**O SR. PRESIDENTE (José Fragelli)** — Na sessão ordinária do dia 1º do corrente, foram lidos os Ofícios nºs S/3 a S/5, de 1985, do Governo do Estado de Santa Catarina, solicitando, nos termos do item IV do artigo 42 da Constituição, autorização do Senado Federal a fim de que aquele Estado possa realizar operações de empréstimo externo para os fins que especifica.

As matérias ficaram aguardando, na Secretaria-Geral da Mesa, a complementação dos documentos necessários.

Tendo a presidência recebido os referidos documentos, despachará as matérias às Comissões de Finanças e de Constituição e Justiça.

**O SR. PRESIDENTE (José Fragelli)** — A Presidência recebeu, do Governador do Estado do Maranhão, o ofício nº S/10, de 1985 (nº 168/85-GC, na origem), solicitando, nos termos do item IV do artigo 42 da Constituição, autorização do Senado Federal a fim de que aquele Estado possa realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 55.000.000. (cinquenta e cinco milhões de dólares americanos), para o fim que especifica.

A matéria será despachada às Comissões de Finanças e de Constituição e Justiça.

**O SR. PRESIDENTE (José Fragelli)** — Tendo sido criada, através da Resolução nº 1, de 1985, Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar irregularidades no transporte marítimo brasileiro e estaleiros nacionais, a Presidência, de acordo com as indicações das Lideranças, designa, para integrar a referida Comissão, os Senhores Senadores:

Pelo Partido Democrático Social — titulares: Virgílio Távora, Alexandre Costa e Benedito Ferreira. Suplentes: Gabriel Hermes e Altevair Leal.

Pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro — titulares: Álvaro Dias e Alfredo Campos. Suplentes: Martins Filho e Marcelo Miranda.

Pelo Partido da Frente Liberal — titulares: José Lins e Eunice Michiles. Suplente: Aderbal Jurema.

**O SR. PRESIDENTE (José Fragelli)** — tendo sido criada, através da Resolução nº2, de 1985, Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar e analisar as causas que determinaram a intervenção no Banco Sul Brasileiro S.A. e no Banco Habitusul, a Presidência, de acordo com as indicações das Lideranças, designa, para integrar a referida comissão, os Senhores Senadores:

Pelo Partido Democrático Social — titulares: Octávio Cardoso, Lenoir Vargas e Jorge Kalume. Suplentes: João Castelo e Odacir Soares.

Pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro — titulares: Jaison Barreto e Pedro Simon. Suplentes: Mauro Borges e Gastão Müller.

Pelo Partido da Frente Liberal — titulares: Carlos Chiarelli e João Lobo. Suplente: Carlos Lyra.

**O SR. PRESIDENTE (José Fragelli)** — A Presidência recebeu, do Governador do Estado da Paraíba, o Ofício nº S/11, de 1985 (nº 061/85, na origem), solicitando, nos termos do item IV do artigo 42 da Constituição, autorização do Senado Federal a fim de que aquele Estado possa realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de dólares), para o fim que especifica.

A matéria ficará aguardando, na Secretaria-Geral da Mesa, a complementação dos documentos necessários.

**O SR. PRESIDENTE (José Fragelli)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Fábio Lucena. (pausa.)

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mário Maia. (Pausa.)

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Martins Filho.

**O SR. MARTINS FILHO (PDS—RN. Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

No dia mesmo em que o Partido do Movimento Democrático Brasileiro — PMDB, às fileiras do qual hoje me integro com honra e orgulho, reunia-se em memorável convenção nacional, para indicar candidato à Presidência da República, o nome insigne de Tancredo de Almeida Neves, proclamei, à vista de toda a Nação brasileira:

"Está, hoje, aqui, lançada minha sorte com a do PMDB. Contem comigo Presidente Tancredo Neves e vice-Presidente José Sarney."

Se evocava naquela oportunidade as palavras de César, às margens do Rubicon, em meu espírito não corriam, por certo, as mesmas motivações do grande imperador.

Não vinha eu acompanhado de legiões. Assumia um gesto quase que isolado, saindo do PDS para ingressar no PMDB, fora do abrigo de qualquer grupo, de qualquer esquema, de qualquer acordo, depois de ter votado na candidatura vitoriosa da convenção do meu partido de então, como ficou de domínio público.

Não começara, ainda, a fase das adesões em massa e a candidatura Tancredo Neves, em lançamento, era um risco político a se correr.

Ao contrário de que a Júlio César, a Gália me fora adversa.

Perseguido em cada canto em meu Estado — o Rio Grande do Norte —, defendendo quixotescamente, dentro de um PDS mouco, eleições diretas à Presidência da República, vendo denegadas as reivindicações mais simples nos Ministérios da República onde meu Partido de então governava, fizera desta Tribuna, alguns dias antes, a denúncia do PDS e dele me colocara fora.

Não saía, também, como saíra César, para fundar um império.

Juntava, então, minhas decepções e descrenças para gritar um enfático basta a uma política sem vocação do poder e a um poder sem vocação política, que na eterna mesmisse de seus incongruentes vaivéns foi estiolando a confiança do povo exaurindo a paciência da Nação.

Lançava, pois, minha sorte com a proposta de mudança, que na frase lapidar do Presidente Tancredo Neves teria de se consubstanciar na proclamação de uma Nova República.

Hoje, às vésperas da posse de Sua Excelência, o Presidente da Nova República, achei oportuno voltar à tribuna do Senado para reiterar minha crença na mudança e minha arraigada esperança de que não haverá mais necessidade de mudar minha crença.

"Não se deve guardar vinho novo em odres velhos"; ensinam as escrituras, "para não ocorrer que se rompendo os odres venha a se derramar o vinho."

Deve, pois, a Nova República criar seu próprio continente jurídico-institucional para não fugir à advertência evangélica.

Creio, assim, que as mudanças esperadas encontrarão seu desagudouro maior na Assembléia Nacional Constituinte com a qual se comprometeu Sua Excelência.

Antes, porém, dessa culminância do processo de mudança institucional do País, há inúmeras medidas que se impõem urgentes, para removermos os entulhos do autoritarismo, como costuma dizer Sua Excelência o Presidente Tancredo Neves.

Uma destas medidas são eleições: há muito entulho de ditadura por aí, como nomeação de prefeitos nas capitais, nas estâncias hidrominerais e nos municípios considerados de segurança nacional, que precisa ir imediatamente para o lixo da história, ainda nestes albores primeiros da Nova República.

Cheguemos à Constituinte com todas as comunas brasileiras governadas por autoridades eleitas, sagradas em urnas limpas.

Há os que aconselharão atitude diversa. Os argumentos serão os mesmos, com as mesmas falácias, como os utilizados para justificar a nomeação dos governadores e dos Presidentes da República, como se fazia na fase mais negra de nossa história recente.

Há, também, os que engrossarão os clamores por essas eleições, não porque nelas acreditem, pois sempre se cearam nas artes canhestras do autoritarismo em proveito próprio, mas porque espera, com isso, criar dificuldades políticas ao Presidente Tancredo Neves.

Não será, porém, pelo receio de fazer o jogo dos inocentes úteis, que deixarei de lutar pelos anseios democráticos do povo brasileiro, que tem hoje, nas eleições, muito mais do que um mecanismo do exercício político: tem nelas o próprio símbolo da liberdade cívica que pretende conquistar com a Nova República.

Eleições diretas já, para os prefeitos de capitais, das estâncias hidrominerais e dos municípios em áreas de segurança nacional é uma esperança do povo em seu novo Governo, por incômodo que isso possa ser a quem quer que seja. Defendo-as, por isso. Como imperativo destes tempos de mudança.

Não se pode, todavia, realizar eleições com a legislação eleitoral e partidária que aí está, fabricada sob medida para garantir o poder das oligarquias regionais e manter a classe política acangalhada a um poder central discricionário e antipopular, que a Nova República começou a banir antes mesmo da posse do Excelentíssimo Senhor Presidente Tancredo Neves.

Que são as sublegendas senão um mecanismo matreiro, para dividir entre donatários vitalícios, capitães hereditários do poder, metendo no mesmo balaio gatos de espécies várias, que apenas têm em comum o insaciável apetite de continuar mandando?

Este não é o espírito da Nova República!

Não queremos partidos formados por homens cuja motivação básica seja empolgar o poder a qualquer custo, sob qualquer acordo, a despeito de qualquer idéia. Queremos sim, partidos políticos formados por homens de crenças comuns, que lutem pelo poder em razão das idéias que os empolgam e somente cometam acordos em torno da construção de grandes ideais, como o é o sonho da Nova República, hoje acalentado no coração de todos os brasileiros.

Sublegenda é antítese de partido. É mera acomodação fisiológica para a manutenção do poder.

Na mesma linha se encontram a vinculação de votos e a fidelidade partidária.

**O Sr. Gastão Müller** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. MARTINS FILHO** — Ouço V. Ex<sup>a</sup>, com muito prazer.

**O Sr. Gastão Müller** — Senador Martins Filho, o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> é sério, importante e dentro da li-

nha perfeitamente enquadrada dos princípios e das aspirações do povo brasileiro e representado, no momento, pelo PMDB. V. Ex<sup>a</sup> sabe que, ontem, foi instalada a Comissão Interpartidária para elaborar nova legislação eleitoral para o País, nova proposta de pequenas reformas constitucionais de emergência, que têm como objetivo principal, além de reformar tudo para o enquadrar dentro do princípio, um dos princípios da Nova República que se instala amanhã, também proporcionar meios legais para que se possa disputar as eleições dos prefeitos das capitais, dos prefeitos das chamadas áreas de segurança nacional e das estações hidrominerais. Eu, por exemplo, fui designado pelo relator para dar parecer, relatar filiação partidária. Procurei imediatamente tomar providências no sentido de obter todo o material referente ao assunto de filiação partidária para que possa, na próxima reunião, dar um parecer sobre esse problema, que é também importante para que possa haver essas eleições neste ano, com as eleições já em 85, que se preconizam para 15 de novembro. Parabéns pelo seu discurso, porque V. Ex<sup>a</sup> representa neste momento, o pensamento de todos nós.

**O SR. MARTINS FILHO** — Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup> e fico feliz em receber a solidariedade de um membro do meu partido, que no momento ocupa a sua Liderança.

Mas, creio, nobre Senador Gastão Müller, que nessa arrancada de todos nós, homens públicos, que queremos um Brasil limpo de todas as mazelas do passado, não deverá haver barreiras partidárias para impedir a purificação da nossa legislação eleitoral, para que aqueles que virão, no futuro, ocupar as cadeiras do Senado e da Câmara dos Deputados, possam, realmente, ser autênticos representantes do povo brasileiro e não aquilo que, hoje, representam aqueles que ocupam cargos executivos, eleitos através da fraude e da corrupção que todos conhecemos. Fui Prefeito, durante nove anos, numa pequena comuna no interior do meu querido Rio Grande do Norte e sei como se manipulam eleições municipais, apesar de nunca ter, na minha vida pública, usado a fraude, o poder econômico ou qualquer outro poder que pudesse influenciar o resultado das eleições. Precisamos impedir que esta legislação que aí está possa trazer, para o Senado e para a Câmara dos Deputados, aqueles que não representam as aspirações, os anseios e a vontade do povo brasileiro.

**O Sr. Carlos Alberto** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. MARTINS FILHO** — Pois não. Ouço, com muito prazer, o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, meu ilustre conterrâneo Carlos Alberto.

**O Sr. Carlos Alberto** — Nobre Senador Martins Filho, sabe V. Ex<sup>a</sup> que sou profundo admirador do seu talento, do seu trabalho, da sua capacidade de difundir e de reivindicar tudo para o seu Estado, ou seja, para o nosso pequeno Rio Grande do Norte. V. Ex<sup>a</sup> tem mantido nesta Casa uma característica das mais importantes, por ser um homem convicto das coisas da sua província, da sua cidade, da sua região, e tem sido aqui um autêntico porta-voz, muito especialmente da região oeste do Rio Grande do Norte. V. Ex<sup>a</sup>, hoje, profere discurso político que merece uma abordagem, uma análise, uma reflexão em torno dele, porque começa a analisar e a fazer reflexões em torno do futuro Governo que se vai instalar amanhã, já estigmatizado como "Governo da Nova República". Mas, Senador Martins Filho, gostaria de fazer algumas advertências a V. Ex<sup>a</sup> em torno do que poderemos buscar, no futuro, quando V. Ex<sup>a</sup> fala das propostas, dos programas de governo e também alinha, dentro de tudo isso, uma revisão no Colégio Eleitoral, vamos dizer, o Colégio que nos elege, que é o povo. Estou de pleno acordo e sabe V. Ex<sup>a</sup> que não me atinge quando fala daqueles que chegam aqui sem ser representantes do po-

vo, que chegam pelas fraudes. Sabe V. Ex<sup>a</sup> que sou filho de um ferroviário aposentado do Rio Grande do Norte, que saí de vereador, deputado estadual, deputado federal e senador; cheguei aqui, graças a Deus, com humildade e, talvez, pelo meu trabalho — desculpem-me a imodéstia — junto às bases do Rio Grande do Norte. Concordo com V. Ex<sup>a</sup> em que devemos fazer uma revisão completa, para que possamos realmente legitimar aqueles que poderão ser, amanhã, os representantes do povo. Mas, é preciso que também façamos uma revisão em torno já de um futuro Governo que se vai instalar. Primeiro, eu aqui não quero, não vou fazer e jamais terei a convicção de que serei um homem sectário de Oposição que viria aqui tão-somente fazer oposição por fazer, ou usar o radicalismo para tirar proveito de uma retórica demagógica, talvez para conquistar espaço eleitoral ou conquistar mais votos no meu Estado. Acho que vou fazer aqui uma oposição séria, responsável e buscar, através desta oposição, os benefícios para que a Nação possa crescer e sair deste subdesenvolvimento em que fomos mergulhados pelos diversos problemas, os mais amplos. Acho que nós, dentro da Oposição ou do Governo, — que já considero V. Ex<sup>a</sup> homem do Governo e eu da Oposição — devemos refletir em torno das propostas feitas ao povo em praças públicas. Estou vendo agora os mutuários do BNH, e quero saber qual vai ser a posição da Bancada de V. Ex<sup>a</sup>, da Bancada do Governo que se vai instalar amanhã, no que diz respeito aos mutuários do BNH que conquistaram uma vitória junto à Justiça contra o BNH, ou seja, aqueles que lutaram durante anos e anos por conta de problemas de um sistema já falido, que é o sistema do BNH. Outra, saber como vamos posicionar em torno de eleições diretas nas capitais, como vamos posicionar em torno de eleições presidenciais, como vamos posicionar em torno de maior liberdade à comunidade universitária, ou seja, devolver a autoridade, a autonomia universitária, isto é, que os reitores sejam escolhidos pela comunidade universitária. São propostas pelas quais acredito que V. Ex<sup>a</sup> vai lutar, mas é preciso façamos uma reflexão em torno disso. Quero aqui parabenizar V. Ex<sup>a</sup> pelo brilhante discurso que profere e também pela maneira como coloca, já em tom de perspectivas de futuro, ao analisar e fazer abordagem em torno de uma revisão eleitoral, porque isto é muito sério até para nós que esperamos conquistar mais uma vitória em 1986. Para que a conquistemos e para chegarmos ao governo do Rio Grande do Norte, em 1986, vamos precisar realmente desta colaboração de V. Ex<sup>a</sup>, fazendo a revisão no Colégio Eleitoral do nosso Estado. Muito obrigado.

**O SR. MARTINS FILHO** — Meu jovem Senador Carlos Alberto, quando falava V. Ex<sup>a</sup> e olhava eu a sua juventude, os seus cabelos negros, eu me recordava de uma sabedoria popular da minha região do oeste do Rio Grande do Norte, que diz: "se os velhos pudessem e os jovens soubessem, o mundo seria diferente".

É preciso, meu ilustre coestaduano, unamos as nossas forças. É difícil resolver o problema habitacional do Brasil, mas posso afirmar que o Governo Tancredo Neves não fará aquilo que a Revolução fez durante 21 longos anos. Iremos buscar nas aspirações do povo, na sabedoria do povo e, acima de tudo, no bem-estar desse povo, as soluções que venham de maneira sábia e condizentes com a situação em que o Presidente Tancredo Neves irá receber o Brasil do Presidente João Figueiredo. Vislumbro, no meu Estado, que eu e V. Ex<sup>a</sup> estamos procurando buscar os mesmos caminhos, os caminhos que procuram afastar da nossa comunidade, do nosso sofrido Rio Grande do Norte, oligarquias que vêm infelicitando o nosso Estado, contra as quais V. Ex<sup>a</sup> agora, com a sua juventude, com o seu prestígio junto às massas eleitorais do nosso Estado, está-se rebelando em boa hora, procurando unir a sua voz altaneira à nossa voz que aqui, solitariamente, durante quatro anos, procurou esclarecer a opinião pública do nosso Estado para aquelas



...as que precisamos afastar do nosso Rio Grande do Norte. Precisamos implantar no nosso Estado o governo do povo, sem prepotência, sem o achincalhe do poder econômico e, acima de tudo, respeitando os direitos individuais de cada cidadão norte-rio-grandense.

Continuo no meu pronunciamento:

Excrescências como a sublegenda à vinculação de votos, a fidelidade partidária compulsória, e outras tantas que por aí estão, devem ser eliminadas sem demora. Que são as sublegendas senão um mecanismo matreiro para dividir, entre donatários vitalícios, capitânias hereditárias do poder, metendo no mesmo balaio gatos de espécies várias, que apenas têm em comum o insaciável apetite de continuar mandando?

Este não é o espírito da Nova República. Não queremos partidos formados por homens cuja motivação básica seja empolgar o Poder a qualquer custo, sob qualquer acordo, a despeito de qualquer idéia. Queremos, sim, partidos políticos formados por homens de crenças comuns, que lutem pelo Poder em razão das idéias que os empolgam e somente cometem acordos em torno da construção de grandes ideais, como é o sonho da Nova República hoje acalentada no coração de todos os brasileiros. Sublegenda é antítese de partido, é mera acomodação fisiológica para manutenção do Poder. Na mesma linha se encontram a vinculação de votos e a fidelidade partidária. Vincular os votos é impor ao povo que "compre nabos em saco; para levar alguns bons, terá que correr o risco de levar também alguns podres". Voto vinculado vale para o eleitor apenas meio voto. A Nova República há de ser a República da cidadania plena e não da meia-cidadania.

Fidelidade partidária é um caso típico de amor por decreto. Evoca o famoso slogan de um dos períodos mais negros que já vivemos, o popular "Ame-o ou deixe-o."

**O Sr. Carlos Alberto** — Permite V. Ex<sup>a</sup> novamente um aparte?

**O SR. MARTINS FILHO** — Com muito prazer.

**O Sr. Carlos Alberto** — Aproveitando, já que V. Ex<sup>a</sup> fala em fidelidade partidária, me faz lembrar fidelidade conjugal. Realmente, a sociedade que hoje inteira o mundo foi levada, ou alguns segmentos que dela participam, a promover a infidelidade conjugal. E hoje nós temos, em nosso País, partidos políticos formados no período duro, no período rígido. Com o advento do Governo João Figueiredo tivemos uma abertura política. Com esta abertura, foram criados novos partidos, se bem que de cima para baixo porque não tiveram liberdade para se formar com lideranças nem autonomia para que as lideranças populares pudessem, então, neles fincar as suas bandeiras e defender as mesmas bandeiras do povo porque eles tinham, dentro do bojo da lei, coisas absurdas que faziam com que o líder ficasse impedido de participar de qualquer formação partidária, pelo medo de ficar num congelador no seu Estado, seu espaço político para fazer política. Esta, a grande verdade. Então, o adultério conjugal existe. Isto ninguém poderá jamais discutir. Ele é uma realidade. Mas existe hoje em voga neste País o adultério ideológico, está em voga no momento. Não é possível que estas leis partidárias que aí estão, possam continuar vigorando, senão vão continuar os adultérios. É bom que a Nova República possa fazer este reparo, para que a classe política deixe de praticar o adultério ideológico. Por isto louvo V. Ex<sup>a</sup> e acho que é necessário, mais do que nunca participarmos de uma reforma completa para que se possa tirar as algemas que estão garroteando os políticos brasileiros. Se V. Ex<sup>a</sup> não se afina dentro do PMDB, que tenha a liberdade de amanhã tomar uma posição e assumir outro partido político e que isto não seja censurado pela sociedade ou pelos segmentos sociais. Se amanhã eu entender que para mim, no Rio Grande do Norte, é inviável o PDS, que eu possa participar de uma luta, como falou V. Ex<sup>a</sup>, a luta que todos nós

vamos ter que enfrentar no Rio Grande do Norte para banir de uma vez por todas as oligarquias que manipulam e engendram fórmulas, de todas as formas possíveis e imagináveis, para se perpetuarem no poder. É necessário que eu participe de uma luta, mas é necessário que nesta luta não tenha algemas me garroteando. Por isto, louvo a V. Ex<sup>a</sup> e, mais uma vez, participo do seu discurso para enaltece-lo, para levar a minha palavra de congratulações pelo pronunciamento que profere nesta tarde — V. Ex<sup>a</sup>, que sempre foi um homem devotado às coisas de Umarizal; que defende com amor, muitas vezes até com lirismo, as coisas de Umarizal. Mas V. Ex<sup>a</sup> defende, acima de tudo, com autenticidade e hoje profere um discurso político que merece uma reflexão de todos nós, políticos, com assento nesta Casa. Parabéns.

**O Sr. Benedito Ferreira** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PRESIDENTE (José Fragelli)** — Solicito ao nobre orador não receber mais apartes porque o seu tempo já está para findar.

**O Sr. Benedito Ferreira** — É para uma breve intervenção.

**O SR. MARTINS FILHO** — Sou um cumpridor do Regimento Interno desta Casa, mas peço ao ilustre Presidente me conceda mais alguns minutos para concluir este pronunciamento, que é brotado do coração e diz muito a respeito das minhas idéias e do meu pensamento; apenas o suficiente para responder o aparte do meu ilustre conterrâneo Senador Carlos Alberto.

Creio que estamos no mesmo barco; meu ilustre conterrâneo. Passo o "maçarico" às suas mãos. Dirija a chama para o ponto concentrado para que possamos derreter aquele metal e o fundir de acordo com as aspirações do povo do nosso Estado.

**O Sr. Carlos Alberto** — Então, vamos juntos, Senador. Eu não pertenço a nenhuma oligarquia.

**O SR. MARTINS FILHO** — Mas é preciso que haja seguidores. Eu sozinho não poderei fundir aquele metal puro.

**O Sr. Carlos Alberto** — Tenho certeza de que, na hora em que V. Ex<sup>a</sup> der apoio a este humilde companheiro, a um projeto que queremos conquistar no futuro, é evidente que V. Ex<sup>a</sup> fará com que os demais liderados enveredem nesta caminhada, que será a gloriosa; não será uma vitória nossa, mas será a vitória das aspirações populares.

**O SR. MARTINS FILHO** — Não há problema. Acredito que a recíproca é verdadeira.

Ouç o aparte do ilustre Senador Benedito Ferreira.

**O Sr. Benedito Ferreira** — Nobre Senador, estou debras preocupado porque se falou aqui no maior e mais desgraçado dos pecados, que é o adultério, no adultério político e no adultério ideológico. São Mateus ensinava que o homem poderia cometer adultério até no seu próprio coração, mas Paulo, nas suas advertências, foi muito mais rigoroso e objetivo porque disse que "cometerá adultério aquele que se casar com a adúltera". Vê V. Ex<sup>a</sup> em que situação desagradável ficaram, principalmente, aqueles do PMDB com formação evangélica, com formação cristã, tendo que conviver com a adúltera, porque sabem que estão cometendo, aí, o pecado maior do adultério. Daí, por que, talvez, o nobre Senador Hélio Gueiros, pela sua formação moral e religiosa, não tenha conseguido essa convivência lá no Pará. Era essa a observação que queria trazer ao discurso de V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. MARTINS FILHO** — Ilustre Senador Benedito Ferreira, V. Ex<sup>a</sup> me procurou conduzir para um terreno que não é do meu conhecimento. Portanto, deixo de tecer comentários a respeito do adultério.

Vincular os votos é impor ao povo que compre nabos em saco. Para levar alguns bons, terá que correr o risco

de levar, também, alguns podres. Voto vinculado vale, para o eleitor, apenas meio voto. A nova república há de ser a república da cidadania plena e não da meia-cidadania.

Fidelidade partidária é um caso típico de amor por decreto. Evoca o famoso "slogan" de um dos períodos mais negros que já vivemos, o popular **ame-o ou deixe-o**. Deixe-o "na marra", bem entendido: pela expulsão, pelo banimento, pela cassação.

Fidelidade a um partido tem de ser através das idéias de um programa, de um projeto de poder. Se descrermos que há homens na Nação capazes de conduzir através da fidelidade, se reduzirmos todas as lideranças políticas à vala comum, se nos colocarmos ao lado de espertalhões e que, por isso, precisamos estar sempre vigiados por preceptores, então será melhor dissolvermos os partidos políticos, o Senado Federal, a Câmara dos Deputados e todas as demais casas legislativas do país e sairmos por aí em busca de um tirano iluminado que nos possa tutelar.

A Nova República tem que acreditar na cidadania;

No povo que exerce a seu destino elegendo os seus representantes para exercitarem o poder, sob o rigoroso império das leis, nas múltiplas funções que o governo da coisa pública exige;

Nas lideranças políticas que a encontram no exercício do mandato popular, sempre em benefício do povo que o outorgou, com toda a dedicação e desprendimento como que no exercício de um sacerdócio.

Os apóstatas da fé cívica serão banidos, sempre, pelas urnas, pois somente o julgamento do povo é legítimo para balizar a conduta política do homem público.

A Nova República que queremos é a república da liberdade, onde cada um assuma a plenitude de suas convicções, sem coação de espécie alguma e corra os riscos dos gestos assumidos, não perante uma legislação política castradora, mas perante a consciência cívica da nacionalidade.

De urnas limpas de todos estes entulhos, não de nascer lideranças políticas autênticas e capazes de estruturar, em sólidas bases, a república digna de nós e de nossos pósteros.

Na limpeza que há de se fazer, para realizarmos eleições livres e urgentes de prefeitos onde há ainda os nomeados, poderá ser achada a oportunidade de se introduzirem mecanismos moralizadores ao ato eleitoral, para evitar mil fraudes com mil engenhos engendrados que viciam as eleições.

Sei de um caso, nas últimas eleições, que um único eleitor votou treze vezes para todos os cargos em disputa.

A longa abstinência de votar que houve neste País talvez tenha sido a causadora de tanta sede de urna.

Se levanto aqui e agora o problema das eleições para as capitais e demais municípios onde os prefeitos ainda são nomeados e, como corolário deste, o problema da legislação partidária eleitoral, não é porque os ache os mais cruciais para este momento da vida nacional, quando de todos os lados, em todas as áreas, surgem questões vitais para nosso destino como Nação.

Levanto-os pelo símbolo em que se tornaram.

Nosso povo arma-se só de esperanças.

O Presidente Tancredo Neves não é de meu Partido — o PMDB, nem do PFL, nem da Aliança Democrática. É, antes de tudo, o Presidente feito pelo povo brasileiro. O povo que saiu às ruas de todas as cidades, de todos os Estados, de todo o País, às dezenas, às centenas, aos milhares, aos milhões, num clamor patético por eleições diretas. O povo que, decepcionado pelos governantes que não entenderam, traídos por representantes que não ouviram seu apelo tão enfático, frustrado por ver transformar-se em nada o maior movimento popular de que se tem notícia em nossa história, agarrou-se a Tancredo Neves como que a uma bandeira, transformou seu rosto e seu nome em símbolos encontrados em cada peça de vestuário, em cada automóvel, em cada lar, em cada escri-

tório, em cada canto onde a mão anônima de um operário, de uma dona de casa, de um estudante, de um profissional liberal, de uma pessoa qualquer do povo pudessem deixar a marca.

Assim Tancredo se fez Presidente de cada brasileiro, muito antes que o próprio Colégio Eleitoral — do qual me permitam dispensar adjetivos — cumprisse a formalidade legal de elegê-lo.

Por tudo isso, eleições agora seriam, sobretudo, um gesto: o gesto necessário a alimentar nossa esperança de que novos tempos efetivamente chegaram.

A partir daí a discussão do projeto político da Nova República há de tomar corpo. Nele haveremos de encontrar o caminho de um municipalismo forte, onde a comunidade básica da Nação possa assumir, com recursos e autonomia, a maior parte dos serviços públicos pois somente no município é possível à população influir decisivamente na atuação da autoridade política, pela proximidade desta.

Haveremos, também, de reencontrar a Federação, fortalecendo Estados e os livrando do centralismo burocrático a que estão submetidos.

Reencontraremos, não tenho dúvidas, a harmonia e o equilíbrio que deve haver entre os poderes da República, restaurando plenamente as prerrogativas do Legislativo e tornando intacta a magistratura do Judiciário, tantas vezes arranhada pelo arbítrio em nosso passado imediato.

Se nossos olhos se voltam aos difíceis problemas que terão de ser suplantados para se definir a nova fase constitucional do País, não nos é permitido olvidar as terríveis angústias que sofre a sociedade brasileira engolfada pela crise econômica que pode vulnerar a própria Nação.

Tornamo-nos um país de especuladores onde o dinheiro está sendo usado para produzir papel cada dia de menor valor. Vivemos falando em ORTN, open market, overnight, em percentos, em juros, em correção monetária, já que são estas as fontes do pseudodinheiro que ganhamos, mas que já não pode comprar comida, nem roupa, nem bens, porque, repito, não passa de papel pintado.

Nossa esperança são campos produzindo, fábricas rodando, gente trabalhando, onde o cruzeiro, antes de se transformar em cruzeiros, transforme-se em produtos da agricultura, da pecuária, da extração, da indústria e dos serviços, transforme-se, enfim, em alimento, em saúde, em bem-estar, em qualidade de vida para nosso tão sofrido povo.

A redenção do Brasil somente a vemos num quadro assim. Fazer dinheiro sem produção é imprimir moeda falsa, e com moeda falsa não pagaremos dívidas, em promoveremos o desenvolvimento, nem compraremos as coisas de que necessitamos para o nosso bem-estar.

Esperamos, todavia, muito mais. Temos, hoje, um Brasil social de muitas faces: faces bronzeadas nas praias da Europa, da América, de todos os continentes; faces coradas de corpos saciados e felizes; faces preocupadas de quem vê despencar o padrão de vida e, tendo mexido na casa, no carro e na roupa, mexe agora na própria comida; faces lívidas de desempregados; faces encovadas de quem sofre fome crônica, porque nasceu pobre, numa região pobre, esquecida da sorte. Não acalentamos a utopia da sociedade igualitária donde se baniram todos os privilégios e todas as injustiças. Negamo-nos, porém, em descrever na capacidade de um país como o nosso, em garantir, ao seu cidadão mais desvalido, uma vida pelo menos humana, com direito à alimentação, à saúde, à habitação, à segurança pessoal e à possibilidade de progredir.

A Nova República em nossos corações de brasileiros é a esperança de alcançarmos tudo isso: o pleno estado de direito, dentro de nossas vocações liberais; a economia funcionando a serviço do povo, em seu benefício e não para sacrificá-lo; a sociedade encontrando uma dimensão de justiça onde se preserve a dignidade humana

banindo-se a miséria, ainda que, para isso, tenha de se colocar certos freios à opulência.

Esta esperança não é, todavia, a de um milagre, no qual o Presidente Tancredo Neves, transfigurado em Messias libertador, a um gesto, transtorne os elementos deste quase caos em que estamos submergidos, para ordená-los num cosmos de felicidade eterna.

Não!

É a esperança de uma liderança nacional que por não ser onipotente nem onissapiente, pela contingência humana, saiba exercitar a humildade no poder, como apenas podem fazer os que são fortes; de uma liderança firme, orgulhosa do povo que conduz, para nos facilitar os rumos da construção de nosso destino como Nação; de uma liderança clarividente, cuja palavra nos inspire sempre confiança e cujos gestos possam ser seguidos sem titubeios.

Não esperamos milagres. Esperamos a oportunidade de, sem tutelas, criarmos o grande mutirão nacional que nos livrará da noite em que vivemos.

Não vejo, aliás, conceito melhor para a proposta de pacto social que o Presidente Tancredo Neves apresenta, do que este de, "Mutirão Nacional".

Todos unidos, superando rancores, vaidades, ambições, irmanados num esforço comum de construção nacional.

Sua Excelência, em palavras e atos, tem demonstrado essa disposição.

Lia, ainda há pouco, na imprensa nacional, que o novo Governo não admitirá a utilização de instrumentos ilegais e porque não dizer, terroristas, como os da interceptação telefônica das conversas privadas entre cidadãos.

Excelente começo, graças a Deus!

Somente pode saber o significado disso quem, como eu, não apenas teve o telefone grampeado mas foi inclusive vítima de telefonemas anônimos, inidentificados por autoridades que poderiam identificá-los, obviamente para proteger colegas de profissão.

Um Governo que se coloca, sem reservas, sob a lei, despojado de instrumentos de exceção, tem autoridade moral para propor aos governados um amplo pacto social, pois demonstra confiar em seus concidadãos.

Por todas estas razões, acredito não serem vãs as esperanças de meu povo na República Nova que ora se implanta.

Ao inscrever-me nos quadros partidários do PMDB, afirmei às pessoas que se encontravam, na ocasião, no gabinete do presidente do Partido, o insigne Deputado Ulysses Guimarães:

"Mudo, para não ter de mudar".

No limiar da Nova República deixo registrado, neste pronunciamento, minhas esperanças nos rumos que o País há de tomar. Fundam-se em convicções arraigadas em minha formação de cidadão e de homem público.

Nos limites dessas convicções, que coloco no exercício do mandato como fronteiras da honra, estarei sempre, de pé à ordem, para servir minha Pátria, com o Governo Tancredo Neves.

Bem-vindo Senhor Presidente Tancredo de Almeida Neves;

Bem-vinda Nova República brasileira!

Um e outra são símbolos de esperança que hoje nos acalentam.

Muito obrigado. Peço desculpas, Sr. Presidente, pelo alongado do meu discurso. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelle) — Consulto o Plenário sobre a prorrogação da Hora do Expediente por 15 minutos.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada.

Está prorrogada, por 15 minutos, a Hora do Expediente.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Sarney.

**O SR. JOSÉ SARNEY** (PFL — MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Deverei, amanhã, na forma da Constituição da República, assumir o cargo de Vice-Presidente. Assim, de-sejo marcar meu último dia nesta Casa na coerência de um gesto que norteou sempre a minha vida de homem público, que foi a de um político preocupado com as coisas da cultura. Sou avesso a despedidas e por isso, não a farei, formalmente, perante o Senado Federal. Quero, apenas, que fique nos Anais o projeto que encaminho à Mesa, para deliberação do Senado, que renova uma ideia constante, perseguida ao longo dos vários anos em que exerci o honroso mandato de Senador pelo Estado do Maranhão, nesta Casa.

Esse projeto, Sr. Presidente, visa sobretudo inserir, no processo do desenvolvimento econômico, o desenvolvimento cultural. Sabemos que a sociedade industrial gera permanentemente valores materiais, enquanto os valores do espírito são, muitas vezes, colocados num segundo plano, porque não estão na mesa do planejador como estão os outros valores de ordem econômica.

Apresentei ao Senado, desde 1973, o primeiro projeto que visa dar incentivos fiscais para promoção de bens culturais no País. Agora, deixo, no Senado Federal, as ideias constantes daquele projeto primitivo e mais a contribuição que recebi das entidades de classe no setor da música, do teatro, no setor das artes e no setor das ciências, para que o Senado possa, então, neste instante em que o Brasil caminha para uma nova etapa, contribuir para que os valores culturais sejam uma prioridade máxima da Nação.

Esse projeto, Sr. Presidente, basicamente, dispõe sobre benefícios fiscais, na área do Imposto de Renda, atribuídos a operações consideradas de caráter cultural e artístico. O abatimento é na base de 20% do Imposto de Renda devido pelo contribuinte, sem prejuízo dos demais abatimentos admitidos pela legislação. A finalidade, naturalmente, que terá esse recurso é favorecer a aquisição de obras de arte e patrocínio de edições artísticas; edição sem fins lucrativos de obras de interesse cultural; estímulo a edições de autores ou compositores estreados nacionais; concessão de prêmios destinados a livros, autores, obras de arte, peças teatrais e partituras musicais nacionais; restauração, preservação e conservação de prédios e logradouros públicos de interesse para o patrimônio artístico e histórico da Nação, tombados pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Em consonância com os poderes públicos, a ereção de monumentos que visem preservar a memória histórica e cultural do País; a realização de congressos, seminários, ciclos de debates, estudos, e pesquisas que tenham por objeto a literatura, as artes e a cultura nacionais; apoio ao estudo e à preservação do folclore e das tradições populares nacionais, bem como patrocínio de espetáculos folclóricos sem fins lucrativos; promoção de manifestações musicais sem fins comerciais; promoção, ajuda, colaboração ou qualquer outra forma de participação na elaboração de espetáculos considerados de interesse das artes cênicas, bem assim na construção, reforma, restauração, manutenção de teatros, salas ou quaisquer outros ambientes que se destinem às artes cênicas; produção de cinema de arte nacional; construção, organização, reparação, manutenção ou formação de acervos de museus de interesse cultural; apoio às atividades comunitárias de interesse cultural, compra de ações preferenciais sem direito a voto ou cotas de sociedades limitadas de editoras que publiquem pelo menos 3% dos seus títulos de autores nacionais; doação de livros adquiridos no mercado editorial, de edições subvencionadas às bibliotecas públicas federais, estaduais, municipais, escolares, de entidades e associações de classe, desde que os livros sejam de autores e tradutores nacionais e editados por editoras nacionais, bem como a formação de bibliotecas em núcleos comunitários, municípios, estados, associações, sindicatas.

tos e entidades reconhecidas de interesse público; doação de recursos a estabelecimentos de ensino para instalação e manutenção de cursos de aperfeiçoamento, especialização e formação de especialistas e pessoal ligado à atividade artística e cultural, em geral, bem como instituição de bolsas de estudo e treinamento no Brasil e no exterior; subscrição de ações preferenciais, sem direito a voto, ou cotas de sociedades limitadas de empresas da área editorial e livreira, regionais ou nacionais, devidamente cadastradas, conforme o caso, pelo Sindicato Nacional de Editores, pela Câmara Brasileira do Livro ou Associação Brasileira do Livro. A aquisição de obras de arte, nos termos do § 1º do art. 5º, para gerar o abatimento de despesa dedutível, regulada por essa lei, deverá consignar previamente museu a ser indicado pelo adquirente no ato da aquisição.

Por fim, Sr. Presidente, o projeto faculta a possibilidade da criação de um fundo que possa, no futuro, constituir um banco de investimento para financiamento de bens culturais.

Renovo a justificativa, assim, do projeto que anteriormente apresentei nesta Casa. Insisto no assunto neste dia, no alvorecer da Nova República, porque considero que a estrutura do Governo não pode mais eximir-se da realidade do problema cultural no Brasil, um tema que está em permanente debate na sociedade brasileira.

O presente projeto representa uma contribuição e um esforço do Poder Público de integrar-se com a iniciativa privada no contexto do nosso desenvolvimento econômico e social. Por outro lado, referindo-me aos aspectos práticos e objetivos, o projeto representa uma reciclagem de recursos, da qual o Governo se beneficiará, através de outros impostos a serem arrecadados, da criação de novos empregos, da expansão industrial e revitalização de uma área industrial que sobrevive precariamente.

Com toda a certeza, significará, para o futuro Ministério da Cultura, um poderoso reforço de meios, os quais, aplicados no setor cultural, irão, sem dúvida, reduzir a pressão de demanda de recursos em cima de uma área do Governo notoriamente desprovida.

Justifica-se assim, por si só, o dispositivo que permite também aos bancos privados utilizarem o incentivo para a formação de uma carteira de financiamento cultural, o que pode ser o primeiro passo para a criação desse banco de fomento, dedicado exclusivamente à indústria de bens culturais, como atualmente se faz na França, nos Estados Unidos, na Espanha e em outros países europeus.

**O Sr. Gastão Müller** — Permite V. Exª uma parte?

**O SR. JOSÉ SARNEY** — Com muita honra, Senador Gastão Müller.

**O Sr. Gastão Müller** — Sinto-me feliz em estar na Liderança do PMDB no momento em que V. Exª não se despede do Senado, mas coroa a sua passagem por esta Casa, apresentando um projeto de tão alto relevo, num momento tão significativo da vida brasileira, quando novos rumos esperamos nós aconteçam de amanhã em diante, neste País. Em nome do PMDB e pessoalmente fazemos votos de que V. Exª brilhe, como sempre brilhou na vida pública, na nova missão que o povo lhe outorgou, através do Colégio Eleitoral, como Vice-Presidente da República do Brasil. Faço votos pessoais de felicidades à sua família, e esperamos que V. Exª, algum dia, ainda possa voltar ao Senado, porque é um jovem Vice-Presidente da República que poderá atuar muito na vida pública, através do Senado, através da Presidência da República, enfim, em outras missões importantes da vida brasileira. Felicidades a V. Exª

**O SR. JOSÉ SARNEY** — Muito obrigado, Senador Gastão Müller.

**O Sr. Carlos Chiarelli** — Permite V. Exª um aparte?

**O SR. JOSÉ SARNEY** — Com muita honra, concedo o aparte a V. Exª:

**O Sr. Carlos Chiarelli** — Na qualidade de Líder da Frente Liberal não poderia deixar de aproveitar esta oportunidade, que não é de despedida, segundo diz V. Exª, mas é de um até breve, para registrar também o testemunho de apreço, de estima e de admiração de todos quantos integram a nossa Bancada, particularmente o nosso apreço pessoal pelo seu exemplo de vida pública, pela sua liderança na ação político-partidária, e juntar a esse testemunho os nossos votos renovados, reiterados, fraternos e solidários para que o seu amanhã seja tão exitoso quanto o seu ontem, e que a parcela significativa, com que haverá de contribuir para o processo crescente de democratização brasileira, venha a ser reconhecida e cada vez mais testemunhada nessa carreira ascendente. Êxito, estimado colega José Sarney, êxito para V. Exª, felicidades à sua família, e a certeza de que estaremos todos aqui solidários para que essa empreitada seja absolutamente exitosa, porque sendo ela exitosa, exitoso será o nosso País.

**O SR. JOSÉ SARNEY** — Muito obrigado, Senador Carlos Chiarelli

**O Sr. Nelson Carneiro** — Permite V. Exª um aparte?

**O SR. JOSÉ SARNEY** — Ouço, com muita honra, o Senador Nelson Carneiro.

**O Sr. Nelson Carneiro** — É com grande alegria que vejo o velho companheiro dos anos distantes de 1947, 48, da Câmara dos Deputados, através de uma brilhante carreira política, ascender à Vice-Presidência da República. E principalmente porque a atividade política, tão combatida neste País, afinal encontra uma razão de estímulo na convocação de tantos homens públicos para integrar o Governo que amanhã se instaura. Em nome do meu Partido, quero formular a V. Exª os melhores votos de êxito e a certeza de que continuará na Vice-Presidência da República a carreira brilhante iniciada nos dias distantes da juventude.

**O SR. JOSÉ SARNEY** — Muito grato, Senador Nelson Carneiro.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, desejei, como disse de início, marcar a minha saída do Senado Federal com um gesto de ação parlamentar...

**O Sr. Lourival Baptista** — Permite V. Exª um aparte, nobre Senador José Sarney?

**O SR. JOSÉ SARNEY** — ...como se não estivesse saindo, mas como se estivesse entrando, mantendo a mesma chama que tem um parlamentar quando deseja, através de um projeto, de uma iniciativa parlamentar, fazer com que as suas idéias sejam discutidas e que sejam transformadas em leis, para que se possa cumprir a destinação dessa lei.

Neste sentido, Sr. Presidente, eu quis também marcar no Senado aquelas duas vertentes que foram sempre as vertentes maiores da minha vida: a vocação da política, o destino da política e a vocação da literatura. Nunca passou um dia na minha vida que eu não tivesse esse convite de noivado para as coisas que dizem respeito às razões maiores do espírito. Na minha casa, duas coisas jamais existiram: estante vazia, e os meus ouvidos fechados para o clamor e o destino dos povos. Quero, portanto, seixar o Senado colocando, aqui, no final desta carreira, desta parte da minha vida que se encerra, essas duas fidelidades, que continuarei a preservar, uma sendo projeção da outra, e uma amarrada indissolivelmente à outra.

— Ouço o eminente Senador Lourival Baptista.

**O Sr. Lourival Baptista** — Eminente Senador José Sarney, o projeto que V. Exª apresenta à Casa, às vésperas de assumir a Vice-Presidência da República, projeto que visa inserir no processo de desenvolvimento econômico o desenvolvimento cultural, se caracteriza, primordialmente, pela excepcional categoria, seriedade, realis-

mo e valor dos conceitos emitidos. Os profundos conhecimentos e o integral domínio dos temas abordados, credenciam a V. Exª, Senador José Sarney, perante a Nação brasileira, como um autêntico estadista, o político atualizado, sensível às flutuações da conjuntura, às necessidades, angústias e exigências da sociedade traumatizada pelas crises. O administrador competente, de vasta experiência, e de comprovada capacidade empreendedora, e o exímio escritor, que pelo seu invulgar talento, já conquistou na Academia Brasileira de Letras a imortalidade literária nos domínios do ensaio, da poesia, do romance, da estética e da crítica. Todavia, nesta hora, desejaria apenas, nos limites deste aparte, congratular-me com o Senado da República e o Congresso Nacional pelo fato de que V. Exª deverá assumir amanhã a Vice-Presidência da República. Como um de seus amigos de muitos anos, de árduas pelejas, rogo a Deus que o seu destino luminoso lhe proporcione crescentes vitórias a serviço do seu Estado do Maranhão, o Nordeste e o Brasil. Fiel à sua vocação cristã, de um político de rara sensibilidade, engajado nas duras batalhas pelo desenvolvimento autossustentado da Nação, sempre atento às experiências do povo, da justiça social e da liberdade. Felicito V. Exª, eminente Senador José Sarney, como um dos verdadeiros construtores do estado de direito, paladino de uma renovada e autêntica democracia, condição preliminar para a transformação do Brasil, a curto prazo, em uma potência mundial, V. Exª honrou esta Casa, trabalhou, dignificou e defendeu as causas e interesses, não só do seu Estado, mas do Nordeste do Brasil.

**O SR. JOSÉ SARNEY** — Muito obrigado, Senador Lourival Baptista.

**O Sr. Luiz Viana** — Permite-me V. Exª um aparte?

**O SR. JOSÉ SARNEY** — Com muita honra, nobre Senador Luiz Viana.

**O Sr. Luiz Viana** — Talvez eu seja, nesta Casa, um dos mais antigos — não direi dos mais velhos — colegas e amigos de V. Exª. De forma que no momento em que V. Exª aqui chega para trazer a sua palavra de despedida, às vésperas de assumir a Vice-Presidência da República, eu não poderia calar-me, e quero dar um testemunho do interesse, do entusiasmo, do conhecimento com que eu acompanho a carreira de V. Exª desde os idos da década de sessenta, isto quer dizer que há cerca de vinte anos ou há mais de vinte anos eu acompanho a trajetória brilhante, fecunda, operosa de V. Exª que agora ascende ao segundo posto da República, à Vice-Presidência da República onde, certamente, continuará do mesmo modo como atuou aqui no Senado, logrando admiração, a estima, o apreço de seus colegas a trabalhar pelo Brasil, mas, sobretudo, pelo nosso pobre Nordeste. V. Exª vai à Presidência da República e deve ir com a consciência de que é um homem do Nordeste e que deve ajudar aquela pobre e sofrida região que, realmente, reclama uma atenção maior da República e do Governo. Faço os meus melhores votos pela felicidade pessoal de V. Exª e pelo seu êxito na ação que certamente vai desenvolver em favor da nossa pobre e sofrida região.

**O SR. JOSÉ SARNEY** — Muito obrigado a V. Exª, nobre Senador Luiz Viana.

**O Sr. Helvídio Nunes** — Permite V. Exª um aparte?

**O SR. JOSÉ SARNEY** — Com muita honra, nobre Senador Helvídio Nunes.

**O Sr. Helvídio Nunes** — Eminente Senador José Sarney, cada um invoca a sua razão e procura a sua justificativa para participar do discurso que V. Exª profere nesta tarde. A exemplo dos que me precederam eu invoco o direito de vizinhança — V. Exª do Maranhão e eu do Piauí. Ontem, na honrosa visita que me fez, V. Exª em nome desta amizade que já dura muitos anos, V. Exª



embrou um fato muito interessante: é que em 1970 foram poucos os que deixaram o governo para pleitear a representação dos seus estados no Senado Federal: V. Ex<sup>a</sup>, o Senador Lourival Baptista e eu. De maneira que em nome do passado, em nome de nossa amizade pessoal e em nome da união inseparável e indissolúvel dos nossos Estados, pois que o rio não nos separa, nos aproxima mais ainda, eu quero neste instante desejar a V. Ex<sup>a</sup> que, a partir de amanhã, no desempenho das suas novas funções, toda sorte de felicidades e dizer-lhe que ontem como hoje o nosso Nordeste, a nossa sofrida região, muito espera da sua participação e do seu trabalho.

**O SR. JOSÉ SARNEY** — Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Helvídio Nunes.

Srs. Senadores, estou chegando ao fim destas breves palavras com que, não querendo me despedir, despeço-me do Senado. Há alguns dias que procuro me defender das emoções destes dias. São 28 anos que deixo dentro destas duas casas do Parlamento nacional. Aqui assisti claros dias de sol e de floração das instituições democráticas. Aqui também assisti dias tristes, turvos, chuvosos, de tempos difíceis da política brasileira. Graças a Deus saio hoje do Senado no alvorecer de um momento extraordinário de floração de grandes esperanças no País.

Agradeço aos meus eminentes colegas, Senadores da República, a gentileza dos apertes que me deram, e que este não se transforme num discurso de despedida, mas que eu o transforme num momento de alegria em que todos nós, conjuntamente, comungamos dos mesmos ideais e das mesmas esperanças, independente das barreiras partidárias, porque este é o momento de união do Brasil para vencer as dificuldades que aí estão.

Tenho a nítida visão histórica e política da missão que irei exercer. Posso dizer ao Senado da República que exercerei a Vice-Presidência com absoluta doação, com total sacrifício, com uma visão maior das minhas responsabilidades de político, num momento de restauração do poder civil. E aí terei sempre presente, não a minha posição pessoal, mas a de todos nós políticos responsáveis por um momento extraordinário da História deste País.

**O Sr. Moacyr Duarte** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JOSÉ SARNEY** — Ouço o Senador Moacyr Duarte.

**O Sr. Moacyr Duarte** — Eminentíssimo Senador José Sarney, nós estamos ouvindo dizer, todas as horas e todos os dias, e se apregoar também que estamos nos umbrais de uma nova era, vivendo a véspera de um novo tempo, anteendo o advento de uma Nova República, que o autoritarismo está agonizante e em véspera de expirar, removidos todos os resquícios e todos os entulhos para ceder lugar ao reino da liberdade, não ao da Dinamarca, e ao império da lei a palavra mudança, nos últimos tempos, revestiu-se de caracteres cabalísticos, e de tanto ser repetida passou a se constituir num truismo.

A nossa confiante expectativa é que o vocábulo não corresponda à realidade, e que essa mudança tão apregoada se constitua em mudança de hábitos, em mudança de comportamentos, em mudança de métodos, em mudança de atitude. E que V. Ex<sup>a</sup> a partir de amanhã passe a ser um dos obreiros desse novo edifício, o edifício das mudanças, mas que essas mudanças não tardem, pois se tornam imperiosas e urgentes, e que V. Ex<sup>a</sup> seja um daqueles obreiros que irão edificar o grande edifício que esperamos.

E sobretudo que ele seja erigido, em bases sólidas, não em alicerces falsos, para que não se transforme torto e pendido como a Torre de Pisa. Estou certo de que V. Ex<sup>a</sup> haverá de oferecer a sua contribuição para que não se frustrem as esperanças do povo brasileiro.

**O SR. JOSÉ SARNEY** — Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Moacyr Duarte.

**O Sr. Milton Cabral** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JOSÉ SARNEY** — Ouço V. Ex<sup>a</sup> com grande prazer, Senador Milton Cabral.

**O Sr. Milton Cabral** — Meu caro Senador José Sarney, desde 1970, portanto há quatorze anos, frequentamos este mesmo plenário, participamos de muitas lutas, assistimos muitos episódios da vida política brasileira, e V. Ex<sup>a</sup> sempre apareceu colocando a sua experiência, os seus conhecimentos, a sua inteligência na solução dos problemas brasileiros. Saúde, em V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Senador José Sarney, o bom companheiro, o caro amigo, o grande político que, nesta hora, despede-se de sua Casa para assumir a Vice-Presidência da República, até de uma forma muito original, porque V. Ex<sup>a</sup> deixa à nossa consideração um projeto de lei, o seu último ato de presença nesta Casa. As palavras que acabei de ouvir dos meus companheiros, no Senado Federal, salientando a nobre missão que V. Ex<sup>a</sup> irá desempenhar, ao lado do Presidente Tancredo Neves, tem para mim um especial significado. Estou certo, agora, Sr. Vice-Presidente José Sarney, de que a tão ansiada, a tão esperada mudança que esperamos ver realizada, no Brasil, terá a sua plena viabilidade, porque V. Ex<sup>a</sup>, com o seu talento, com a sua inteligência e com a sua experiência, ao lado do Presidente Tancredo Neves, farão cumpri-la e o Brasil, a Nação brasileira começa, neste 1985, um novo período de esplendor da sua História. É o aparte que eu queria registrar, neste momento de emoção e de saudades que deixa V. Ex<sup>a</sup>, ao se despedir do nosso convívio.

**O SR. JOSÉ SARNEY** — Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Milton Cabral.

**O Sr. Carlos Alberto** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JOSÉ SARNEY** — Pois não. Ouço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Carlos Alberto.

**O Sr. Carlos Alberto** — Nobre Senador José Sarney, V. Ex<sup>a</sup>, que amanhã, ao lado do ex-Governador Tancredo Neves, sobe a rampa do Palácio do Planalto para exercer o cargo da Vice-Presidência da República, é uma prova inequívoca de que os tempos são outros. Ouvi muito se falar, nesta Casa, de autoritarismo, de ditadura, de regime autoritário, dos casuísmos impetrados e engendrados pelo Palácio do Planalto, engendrando fórmulas para a perpetuação do poder. V. Ex<sup>a</sup> é uma prova cabal; V. Ex<sup>a</sup> é uma prova inequívoca, para esta Nação de que o Brasil mudou; V. Ex<sup>a</sup> é uma prova de que a democracia já reina nesta Nação, porque V. Ex<sup>a</sup> se despede do Senado Federal, nesta tarde, se despede de seus companheiros para assumir a Vice-Presidência da República. V. Ex<sup>a</sup> que foi eleito por um Colégio Eleitoral formado por políticos, saiba V. Ex<sup>a</sup>, nesta hora, em que jogamos em terrenos opostos, V. Ex<sup>a</sup> de um lado, e este jovem parlamentar advogando a causa da eleição de um outro candidato, mas que se curva diante do regime democrático; pois exercitamos a democracia. E democracia é isto, Senador José Sarney, é conhecer que V. Ex<sup>a</sup> é um vitorioso; que V. Ex<sup>a</sup> haverá de ser, no Palácio do Planalto, junto com o Presidente Tancredo Neves, um defensor das causas mais nobres das aspirações populares. Tenho certeza de que V. Ex<sup>a</sup>, político vitorioso que é, haverá de ser aquele que dará respaldo às nossas reivindicações; haverá de dar respaldo às aspirações populares, porque como representante do povo do Maranhão, V. Ex<sup>a</sup> aqui chegou para ser Senador da República. E, pelo voto do Colégio Eleitoral, V. Ex<sup>a</sup> agora chega à Vice-Presidência da República. Senador José Sarney, o Brasil mudou, porque V. Ex<sup>a</sup> hoje é Vice-Presidente, dando uma prova inequívoca de que o autoritarismo foi banido desta Nação. Meus parabéns, e chegue à Vice-Presidência sem nenhum rancor daqueles que participaram de uma luta adversa de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOSÉ SARNEY** — Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Carlos Alberto.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, de nenhuma maneira desejo transformar estas breves palavras em palavras que

tenham qualquer conotação de natureza política. Desejo, finalmente, agradecer a todos os Srs. Senadores as atenções, o afeto, o carinho que sempre recebi ao longo da minha passagem por esta Casa. Tenho absoluta impossibilidade — talvez seja um defeito, mas eu acho que é uma virtude — de ter ressentimento ou de ter ódio. Se eu fizesse um exame de consciência, ao longo de toda a minha passagem pelo Congresso Nacional, eu não retiraria um dia, um momento, um instante de amargura para levar comigo no momento em que saio desta Casa. Ao contrário, o que levo é a certeza de que aqui nunca, em nenhum instante, as barreiras ou as posições políticas fizeram com que nós não fôssemos criatura humana que soubesse compreender a posição de cada um, e que soubesse pensar nos motivos, nas intenções e nas motivações que levavam cada um de nós a ter a sua posição política.

Assim, saio do Senado Federal, grato aos homens, meus companheiros desse tempo todo, e grato a Deus pela ventura e o destino que me deu e me entregou de poder, nessa trajetória imensa, de tantas paixões que vivi, e de tantas emoções, que eu pudesse sair neste dia dizendo que deixo a todos o mesmo carinho, a mesma amizade e o mesmo reconhecimento.

Aos funcionários desta Casa, a todos os funcionários, dos humildes aos mais altos, a todos eles, também, o meu agradecimento, porque fizeram parte das nossas vidas nesses anos todos, ajudando o nosso trabalho, colaborando de maneira modesta ou mais alta para o desempenho das nossas funções.

Finalmente, devo dizer que, destes 28 anos passados no Congresso Nacional, levo grandes recordações. E digo recordações para não dizer saudades, que é uma palavra bem portuguesa, mas que diz tudo numa abrangência de um universo de sentimentos que todos sabem o que é.

Fui chamado, também, pelo aparte de alguns companheiros, para que não me esquecesse do Nordeste, minha terra, minha área, esse Nordeste sofrido que me deu, nas terras do Maranhão, a presença de uma mãe pernambucana, de um avô paraibano, que foi retirante da seca de 22, e que conheceu o tição das caminhadas, dos pés rachados, dos jogos abandonados, dos bichos mortos, na dura busca da esperança do Maranhão. E que lá morreu feliz, dizendo que o destino tinha lhe dado tanta sorte que ele, pobre lavrador, morria com um neto que tinha sido até Governador do Estado.

Esse Nordeste jamais poderei esquecer; ele está dentro de mim porque é terra do meu sangue. Nordeste que, dentro da chapa que amanhã assume as altas funções do Poder Executivo, nesta terra está politicamente afirmado, uma vez que o Presidente Tancredo Neves, tendo as suas raízes no sul do País, as minhas raízes estão no Nordeste. Nessa junção temos a unidade nacional. Esse Nordeste, como eu disse, que eu jamais poderia esquecer, porque ele começa dentro da minha terra, aquela terra que evoquei, como Rui Barbosa evocou nesta Casa, no primeiro instante em que aqui pisou, porque o meu Nordeste começa no Maranhão, minha terra, minha paixão.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas. O orador é efusivamente cumprimentado.)

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — A Presidência vai suspender a sessão por 15 minutos, antes porém comunicando aos Srs. Senadores que se encontra nesta Casa o Sr. Deputado Lígios, Presidente, para a América Latina, do Parlamento Europeu, honrando-nos, também, com suas presenças Deputados e Senadores, membros do Parlamento Latino-americano.

Convido S. Ex<sup>as</sup> a ingressarem no plenário do Senado da República para receberem os cumprimentos dos Senadores da Casa.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 16 horas e 15 minutos a sessão é reaberta às 16 horas e 20 minutos.)

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — Declaro reaberta a sessão.

Honrados com a presença do Sr. Deputado Lígios, Presidente para a América Latina do Parlamento Europeu, e dos eminentes representantes das nações irmãs, latino-americanas, Deputados e Senadores, designo o nobre Senador Nelson Carneiro para, em nome da Casa, saudar os nossos ilustres visitantes.

**O SR. NELSON CARNEIRO (PTB — RJ.** Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do Orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Deputado Lígios, Presidente para a América Latina do Parlamento Europeu, Srs. Parlamentares da América Latina:

É com o maior júbilo que esta Casa do povo recebe as delegações parlamentares dos Países amigos, fazendo-o numa hora singular da sua vida democrática, quando vive às vésperas de um acontecimento que marca, de modo indelével, a concretização de um sonho que se vem alimentando há muitos anos e que tem sido conquistado palmo a palmo, qual seja a restauração democrática do País e o faz nesta hora em que a América Latina, de Norte a Sul rompe os liames do autoritarismo e, com raras exceções, que desejamos sejam sumamente transitórias, recupera o direito de dirigir-se por si mesma, pela vontade dos seus concidadãos.

Nessa breve saudação o Senado Federal cumprimenta a todos os ilustres visitantes e faz votos pela sua feliz permanência nesta terra, certo de que aqui deixarão semente das lembranças da sua passagem e recolherão as homenagens do Parlamento e do povo brasileiros. Era o que eu tinha dizer. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (José Fragelli)** — Declaro suspensa a sessão, para as despedidas dos Srs. Senadores com os nossos ilustres visitantes.

*(Suspensa a sessão às 16 horas e 25 minutos, é reaberta às 16 horas e 28 minutos.)*

**O SR. PRESIDENTE (José Fragelli)** — Está reaberta a sessão.

A Presidência convoca sessão extraordinária a realizar-se hoje às 18 horas e 30 minutos, destinada à apreciação das seguintes matérias:

— Projetos de Lei do Senado nºs 212, de 1981 e 147, de 1982.

**O SR. PRESIDENTE (José Fragelli)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon, que falará como Líder.

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB — RS.** Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Parece-nos importante a data que estaremos vivendo no dia de amanhã. Uma data, Sr. Presidente, que após 21 anos marca uma mudança que me parece importante no cenário político desta Nação.

A eleição do Sr. Tancredo Neves, ainda que pelo Colégio Eleitoral, não há qualquer dúvida que representou uma mudança profunda nos destinos desta Nação. Candidatura que nasceu do debate e da vontade popular, percorrendo as ruas e as praças deste País, na campanha pelas eleições diretas que, infelizmente, aprovada a emenda não foi pelo Congresso Nacional, uma candidatura que nasceu do debate, da discussão e da ampla presença da sociedade brasileira na elaboração de um programa de transição que significa, efetivamente, uma nova página na história deste País.

Uma candidatura que nasce com o compromisso de convocar uma Assembléia Nacional Constituinte para o ano que vem e que isso representa, efetivamente, um raio de uma modificação profunda nas instituições desta Nação, num momento como este, Sr. Presidente, em que um dos itens fundamentais da chamada Aliança Democrática foi, exatamente, o de valorização do Congresso Nacional, o de fazer com que esta Casa, representati-

vas, real e efetiva da vontade do povo brasileiro, tenha presença concreta nos destinos da condução dos negócios deste País.

O dia de amanhã marca a expectativa de mudanças reais e concretas na sociedade brasileira. É claro, Sr. Presidente, e eu tenho sido daqueles que acham que a expectativa exagerada, a confiança de que a simples presença do Dr. Tancredo Neves à frente dos destinos desta Nação, faça com que as coisas se mudem e a realidade se transforme da noite para o dia em real, porque a presença do Dr. Tancredo Neves à frente dos destinos deste País significa realmente a perspectiva de, juntos com ele, mudarmos o destino deste País.

Alguém como nós, Sr. Presidente, que praticamente fez a sua vida política toda no campo da Oposição, que levado pelos desígnios da realidade deste País, 21 anos após a vitória do movimento de 64, alimenta perspectivas de que possamos realmente mudar alguma coisa. Alguém como nós, que percorreu os cantos e os recantos do seu Estado natal, e muitas vezes da própria Nação, chamando a atenção para a importância e o significado de mudanças reais, de mudanças no sentido de transformações que busquem uma nova sociedade; alguém como nós que semeou a expectativa de que o povo deveria ter a esperança de um novo raio, de uma nova sociedade, chega e vive o dia de amanhã, na expectativa de que possamos, efetivamente, buscar em conjunto com a sociedade brasileira, iniciar esse processo de transformação.

Não sou daqueles que sonham o impossível, e não sou daqueles que estão a afirmar que a simples mudança de nomes e ainda que de métodos possa fazer com que as mudanças, pelas quais objetivamos a nossa luta, se efetuem como um passe de mágica.

Sabemos, Sr. Presidente, que a convocação da Constituinte e o estabelecimento de um novo pacto social, onde se mude essa legislação e essa Constituição que aí estão, onde o povo busque, realmente, fruto das urnas populares, um novo pacto social; onde tenhamos a elaboração de um novo compromisso, através de uma Constituinte, fará com que o ordenamento, não apenas constitucional, mas o social e o econômico busquem novas raízes de presença mais concreta, notadamente das classes menos favorecidas e hoje, praticamente, à margem das decisões da vida política brasileira.

É claro que as transformações irão ali, onde possamos, efetivamente, marcado pelo compromisso Histórico de uma geração que buscará nas urnas da Constituinte um ordenamento necessário para ordenar e orientar a nova sociedade. Mas é evidente, Sr. Presidente, que para chegarmos lá, para integrarmos a nova vida, o Governo do Dr. Tancredo Neves, e essa transição que estamos a almejar daqui até a existência da Constituinte, é da maior significação e da maior importância.

O Brasil e o mundo, Sr. Presidente, conclamou elogios fantásticos ao Pacto de Moncloa, como uma realização da Espanha, que o mundo teria que se curvar diante do significado importante daquele gesto. Depois de anos e anos da mais antiga ditadura e de tirania praticamente do mundo ocidental caía e o Rei conclamava a nação inteira de lutas fratricidas para, em torno de si, unirem-se no pacto e, convocado a Constituinte restabelecer, ainda que na monarquia, a democracia na Espanha.

Pois dizia eu, Sr. Presidente, que se lá merecia o gesto e a admiração, aqui, no Brasil, no momento que reuniram-se forças as mais estranhas e as mais heterogêneas em torno da figura do Dr. Tancredo de Almeida Neves, reunindo-se, apesar de não ter o apoio e o estímulo do Governo, pelo contrário, desejava perpetuar-se no poder com o seu candidato. No entanto, ainda que tendo o Governo do outro lado, essas forças se reuniram, uniram-se as mais heterogêneas para fazer a transição e ganhar a eleição da Presidência da República com o compromisso sagrado de convocar a Assembléia Nacional Constituinte.

Se vale, e mérito tem o Pacto de Moncloa, mérito tem aqui quando lá o Rei, ordenando e orientando o pacto, aqui, contra o comando e contra o Presidente a nação inteira se uniu e de certa forma podemos dizer que essa transição, do autoritarismo para a busca da normalidade democrática é feita sem violência, sem rancores, sem ódios e sem vindita, pela presença e pela capacidade de transição do Presidente Tancredo de Almeida Neves.

Acho, Sr. Presidente, que nenhum de nós sente-se realizado totalmente nesta transição. Cada um de nós gostaria que ela fosse ao seu molde e a seu sonho. Cada um de nós gostaria que essa transição, e que o Governo que vai se instalar, tivesse as tintas, as cores e as aspirações de cada uma das nossas pessoas que integram a Frente democrática.

A verdade, todavia, que todos tiveram que ceder, e tiveram que compreender que nesta hora, neste momento e neste instante que estamos vivendo, na hora da transição é a hora em que todos têm que ceder ao compromisso maior de darmos a nossa colaboração para que esta hora exista, efetivamente, e para que possamos com a nossa presença e o nosso trabalho construir não apenas a democracia liberal, mas a democracia social, e a democracia econômica que haveremos de marcar presença neste ano e tanto que nos separa da Constituinte, e haveremos de consolidá-la com o voto popular em 15 de novembro do ano que vem. Participando deste momento, com a nossa presença, queremos dizer que confiamos, que neste trabalho hercúleo que teremos que ter, nós, que de certa forma vivemos esses 21 anos de um regime fechado, aprender a conviver com o regime aberto da democracia a viver e a conviver vendo e sentindo os contrários, quer neste Parlamento quer no plenário do Executivo, com imprensa dizendo, denunciando, conclamando e opinando, e nós marcharmos no debate permanente e constante das idéias para construir a nova sociedade. Uma democracia que haveremos de buscar sem Lei Falcão. Uma democracia com eleições diretas. Uma democracia com a presença do Congresso Nacional. Uma democracia com autonomia do Legislativo. Uma democracia com a volta da Federação, a soberania dos Estados e Municípios. Uma democracia em que possamos realmente começar a fazer as transformações no campo econômico e social.

**O Sr. Benedito Ferreira** — Concede-me V. Exª um aparte?

**O SR. PEDRO SIMON** — Com todo o prazer.

**O Sr. Benedito Ferreira** — Nobre Senador Pedro Simon, a ida de V. Exª para o Ministério da Agricultura faz com que renasça em nós, os homens ligados à agropecuária, uma esperança extraordinária. Não por ser V. Exª um advogado brilhante; não só por ser um empresário bem sucedido, mas por ser um político combativo e um bravo gaúcho. Tivemos já exemplos extraordinários da presença de gaúchos no Ministério da Agricultura. Cirne Lima, foi um exemplo realmente edificante, que me parece, por outros métodos e outro estilo, vem sendo seguido pelo ilustre Ministro Nestor Jost. Então, V. Exª com a sua combatividade há de, no Ministério da Agricultura, projetar não somente o seu Estado, não somente a classe política, mas a própria agricultura, que tem sido tratada no Brasil, em todas as épocas, no regime que V. Exª chama de "fechado", mas também antes dele, tratada como filha bastarda. E o que é grave — e daria a V. Exª um subsídio neste instante, para demonstrá-lo e materializar essa minha queixa. Veja V. Exª que a Lei nº 2.975, de novembro de 1956, votada pelo Congresso e sancionada pelo Executivo de então, isentou a agricultura e a pecuária do Imposto Único sobre combustíveis. Essa lei sancionada foi publicada no *Diário Oficial*, nunca foi revogada, quer dizer continua em pleno vigor, só que nunca foi posta em prática. Então tal é o desprezo, tal é pouco caso com que se trata a agricultura e a pecuária que, na verdade, têm razão os dele-

gados de Polícia, que ao pegarem um vadio que não tem nenhuma profissão a declarar, coloca na ficha: lavrador, como se o lavrador fosse um marginal. Porque, na realidade, embora não o sendo de fato, embora sendo aquele que exerce a única atividade verdadeiramente honesta, no entendimento de Adam Smith, com tudo isso, somos tratados, na agricultura e na pecuária, como marginais. Daí por que V. Ex<sup>a</sup> assume uma responsabilidade enorme ao aceitar o Ministério dos bastardos neste País que é o Ministério da Agricultura. Mas esteja V. Ex<sup>a</sup> certo da solidariedade de seus companheiros, do apoio dos homens de mãos calosas, para que V. Ex<sup>a</sup> possa exercer em toda sua plenitude não o estado de direito, porque o estado de direito está aqui na lei não cumprida, mas o estado de justiça voltada para a agropecuária.

**O Sr. Carlos Chiarelli** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PEDRO SIMON** — Com prazer.

**O Sr. Carlos Chiarelli** — Senador Pedro Simon, nesta oportunidade em que V. Ex<sup>a</sup> faz uma manifestação que antecede à sua passagem para o Executivo, é preciso que se registre e se destaque a valia, a importância e a significação da sua postura como homem público, que testemunha a seriedade dos propósitos que sempre defendeu. A sua atuação de homem de Partido, sua vocação para o bem comum, a sua defesa intransigente e democrática de idéias valiosas, sobretudo sua competência de político. Quero saudar, na sua ascensão ao Ministério, a chegada consolidada do político e da classe política à gestão administrativa do País. Saúdo também o conterrâneo gaúcho e tenha certeza que, apesar de tantos embates, nos quais estivemos em trincheiras diversas, em tantos confrontos, nos quais fomos adversários e nunca fomos inimigos, estamos aqui para aplaudir, de maneira muito clara e objetiva, a escolha do Senhor Presidente da República e dizer que V. Ex<sup>a</sup> chega ao Ministério com o respeito desta Casa, com a esperança da agricultura brasileira e com a solidariedade do Rio Grande do Sul que confia no seu trabalho, que testemunha sua idoneidade e que, afinal de contas, acompanha admirado sua dedicação. Tenha êxito, meu caro Ministro, porque acreditamos que grande parte do esforço da recuperação nacional, do reencontro do Brasil com suas perspectivas históricas no campo econômico e grande parte da nossa possibilidade de domar a inflação e de matar a fome, dependem, não exclusivamente do Ministro, mas dependem, também, do Ministro; e na parcela em que dependem do Ministro, da sua sensibilidade, da sua dedicação, do seu conhecimento da realidade como um todo e da sua capacidade de ser permeável às aspirações nacionais, nisso nós estamos tranquilos. Tenha o preito da nossa admiração, a certeza do nosso entusiasmo e a confiança na nossa solidariedade.

**O SR. PEDRO SIMON** — Muito obrigado.

**O Sr. Octávio Cardoso** — V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. PEDRO SIMON** — Pois não.

**O Sr. Octávio Cardoso** — Nobre Senador Pedro Simon, V. Ex<sup>a</sup> não precisa do meu testemunho porque o Senado bem o conhece, mas não resisto a uma tentativa de dizer a esta Casa que acompanho V. Ex<sup>a</sup> há mais de vinte anos, duas vezes como deputado estadual e, já antes disso, na luta estudantil. V. Ex<sup>a</sup> sempre foi um homem de grande capacidade de luta, um grande combatente, um verdadeiro líder da oposição do Rio Grande do Sul. E V. Ex<sup>a</sup>, nesta hora em que é guindado a um Ministério e um Ministério que diz muito de perto ao Rio Grande do Sul, pela constituição da sua estrutura econômica, pela importância da atividade agropastoril em nosso Estado, V. Ex<sup>a</sup> assume, cercado de grande expectativa, esperança e estimulado pelo otimismo dos seus companheiros. Bem sabemos que V. Ex<sup>a</sup> não é especializado na matéria, e nisso não vai nenhum demérito. V. Ex<sup>a</sup> é um político do

melhor quilate e, justamente, porque é político tem a visão universal das coisas, conhecimento dos homens e da realidade social. V. Ex<sup>a</sup> assume o ministério cercado da melhor expectativa dos seus conterrâneos. E a oposição que lhe fizermos será uma oposição construtiva e patriótica, necessária ao mecanismo democrático; uma oposição, antes de tudo, voltada para o interesse público e para o bem comum. Estamos certos de que jamais precisaremos fazer qualquer ataque à pessoa ou à conduta de V. Ex<sup>a</sup>, homem ilibado e probo que é. Assim, em nome do meu Partido do Rio Grande do Sul, aqui nesta Casa, desejo manifestar a esperança que temos em que V. Ex<sup>a</sup> se saia bem no Ministério para o futuro do nosso Estado e do País que tanto precisamos valorizar e erigir a agricultura como uma verdadeira e efetiva prioridade nacional.

**O SR. PEDRO SIMON** — Muito obrigado.

**O Sr. Mauro Borges** — Senador Pedro Simon, no momento em que V. Ex<sup>a</sup> deixa este Senado eu devo manifestar a nossa admiração, o nosso apreço e a nossa confiança em V. Ex<sup>a</sup> e cumprimentá-lo pela magnífica escolha que fez o Senhor Presidente da República em nomeá-lo Ministro da Agricultura. V. Ex<sup>a</sup> deixa nesta Casa uma lembrança de respeito, de admiração, de estima, pela sua inteligência, pelo seu conhecimento, pela sua combatividade. E, agora que V. Ex<sup>a</sup> assumirá uma missão executiva da maior importância para o País, talvez a Pasta mais importante, da qual dependerá o restante, desejamos lembrar a V. Ex<sup>a</sup> que, há 7 anos, o Brasil se mantém em uma produção de grãos da ordem de 50 milhões de toneladas e, nestes 7 anos, a população brasileira aumentou de muitos milhões. Ainda mais: a nossa exportação de grãos também aumentou, o que caracteriza uma defasagem enorme das necessidades alimentares do povo brasileiro. Nos estudos que se fazem por técnicos, verifica-se que é preciso conquistar, imediatamente, o dobro da área já agricultável no Brasil, cerca de 50 milhões de hectares de terras novas, dependentes, naturalmente, do aumento da produtividade nas áreas já conquistadas, sobretudo, nos Estados do sul. Por isso, faço, desde já, um apelo a V. Ex<sup>a</sup> que ponha na sua agenda uma assunto da maior importância: a conquista do cerrado, porque nós temos absoluta certeza de que esses 50 milhões de hectares, que serão utilizados, deverão ser quase todos na área do cerrado por uma série de razões, que não seria o momento de mencionar agora, numa despedida de V. Ex<sup>a</sup>. Mas só queria lhe dizer, pela convicção profunda que tenho, que essa será a grande batalha de V. Ex<sup>a</sup>, do Governo Tancredo Neves e de todo o povo brasileiro. E V. Ex<sup>a</sup>, como seu grande comandante, há de marcar uma página indelével na prosperidade e na segurança do povo brasileiro.

**O SR. PEDRO SIMON** — Muito obrigado, prezado colega.

**O Sr. Gastão Müller** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PEDRO SIMON** — Com prazer.

**O Sr. Gastão Müller** — Senador Pedro Simon, eu iria falar como Líder, mas como está no plenário o eminente Líder Senador Humberto Lucena, falarei em meu nome pessoal. Estou de pleno acordo com o que disse o Senador Carlos Chiarelli. A ida de V. Ex<sup>a</sup>, como a do Senador Affonso Camargo, para o Ministério, é uma demonstração indelével de que novos rumos surgem para este País, porque o prestígio que está se dando aos políticos demonstra que vivemos uma nova era na vida institucional brasileira. Repetindo o que disse o eminente Senador Mauro Borges, V. Ex<sup>a</sup> talvez ocupe a mais importante Pasta deste País, porque, certa vez, fazendo um discurso, perante os agricultores de Mato Grosso, aliás, muitos gaúchos de Mato Grosso, eu dizia que os Estados Unidos não é forte só por ter bomba atômica ou grandes satélites artificiais. A grande potencialidade dos Estados

Unidos e da União Soviética é a sua riqueza na sua agricultura e na sua pecuária. De modo que a agricultura realmente fortalece esses países. E peço permissão a V. Ex<sup>a</sup> para desejar-lhe que seja muito feliz na administração da agricultura e da pecuária brasileira, porque V. Ex<sup>a</sup> assim o sendo, nós também os políticos estamos sendo felizes. E temos certeza de que o Governo Tancredo Neves será de fato e de direito uma nova república em todo Brasil.

**O SR. PEDRO SIMON** — Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Álvaro Dias** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PEDRO SIMON** — Com prazer.

**O Sr. Álvaro Dias** — Senador Pedro Simon, o Paraná, Estado eminentemente agrícola, deposita enorme confiança em V. Ex<sup>a</sup>. Ouvimos de Tancredo Neves que a agricultura será prioridade. E o Paraná espera e confia que, com V. Ex<sup>a</sup>, a agricultura não será apenas inspiração para os discursos dos governantes, mas será, de fato, prioridade. Lamentavelmente, a agricultura tem sido prioridade nos períodos eleitorais e, nos primeiros meses de todos os últimos Governos, a agricultura é questão secundária, apesar de financiar as aventuras e as desventuras do nosso crescimento econômico. V. Ex<sup>a</sup> é a grande esperança. E, se Tancredo Neves carrega para a Presidência da República as esperanças do povo, de assistirmos mudanças estruturais no País, temos certeza de que, pelo menos, na área da agricultura, podemos confiar que mudanças ocorrerão. Carrega V. Ex<sup>a</sup> esta grande expectativa nacional e, notadamente, dos Estados agrícolas deste País, o Sul do País. V. Ex<sup>a</sup> é a grande esperança de que a agricultura poderá ser a mola propulsora do nosso crescimento, instrumento capaz de arrancar o País da crise econômica em que se encontra. Felicidades a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PEDRO SIMON** — Muito obrigado.

**O Sr. Mário Maia** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PEDRO SIMON** — Pois não.

**O Sr. Mário Maia** — Nobre Senador Pedro Simon, o Estado do Acre, que tenho a honra de representar nesta Casa, se congratula com a indicação do nome de V. Ex<sup>a</sup> para o Ministério da Agricultura. E essa congratulação está baseada na esperança que traz o nome de V. Ex<sup>a</sup>, pelos laços históricos que prendem o meu Estado ao Estado de V. Ex<sup>a</sup>, uma vez que, pela Revolução Acreana, nos primórdios deste século, chefiada por um gaúcho de São Gabriel, o Cadete São Gabriel Plácido de Castro, é que o Acre fora, à força do sangue, da lágrima e do suor dos nordestinos, sob o comando daquele bravo gaúcho, integrado ao Território Nacional, legitimado pelo tratado de Petrópolis, em 17 de novembro, feito pelo Barão de Rio Branco. Então, a nossa esperança é que V. Ex<sup>a</sup>, das campinas serenas dos pampas do Rio Grande do Sul, veja, através do horizonte do Brasil, a grande Região Norte e o nosso Estado do Acre, engastado na parte mais ocidental da Amazônia, e tenha um carinho especial, na vigência da sua administração à frente do Ministério da Agricultura. Isto porque, nobre Senador Pedro Simon, o meu Estado está sendo considerado, ultimamente, como a última fronteira agrícola do Brasil. E que esta filosofia de compreensão não sirva de pretexto à devastação das nossas florestas, indiscriminada e criminosamente, para se colocarem em substituição à riqueza que a natureza levou séculos e milênios para construir, coloca-se a pata de alguns bois e algumas sementes que não correspondam à verdadeira expectativa daquela região economicamente. Então, nobre Senador Pedro Simon, à frente de um Ministério de Agricultura, esperamos que V. Ex<sup>a</sup> dê um carinho especial, não apenas à agricultura, nas áreas que já

foram ocupadas, mas às áreas que estão por ser ocupadas, fazendo uma seleção racional da exploração das glebas que ainda estão por ser ocupadas, como as grandes áreas da Amazônia. Fazer um zoneamento no Brasil todo, dando preferência às áreas da pecuária para a pecuária, da agricultura para a agricultura e da agrossilvicultura àquelas que lhe são apropriadas. Assim, Sr. Pedro Simon, o Acre se congratula com a presença de V. Ex<sup>a</sup> à frente do Ministério da Agricultura, achando que, não só as demais regiões deste grande País terão os benefícios da sua sabedoria administrativa, mas a grande região norte será beneficiada com as atenções de V. Ex<sup>a</sup> e especialmente o meu Estado, o Estado do Acre. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE (José Fragelli)** — Eu pediria aos nobres Srs. Senadores que fossem breves nos seus apartes, porque ainda temos que chegar à Ordem do Dia. Eu agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Benedito Ferreira** — Sr. Presidente, se V. Ex<sup>a</sup> me consentisse, eu lembraria a V. Ex<sup>a</sup> um precedente em que V. Ex<sup>a</sup>, tão generosamente, corroborou, de ofício, porque hoje se trata de uma manifestação, tanto que V. Ex<sup>a</sup> percebe que todo mundo já levantou os microfones e gostaria de dar uma palavra de carinho para o nosso colega que vai para o Executivo representar a nossa classe do Legislativo e a classe política.

**O SR. PRESIDENTE (José Fragelli)** — Estou de acordo com V. Ex<sup>a</sup>. Eu pedi apenas brevidade nos apartes para essa palavra de carinho.

**O Sr. Alberto Silva** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PEDRO SIMON** — Pois não.

**O Sr. Alberto Silva** — Nobre Senador Pedro Simon, V. Ex<sup>a</sup> pelo número de apartes que está recebendo, está sentindo que esta Casa toda traz o seu apoio e o apreço que V. Ex<sup>a</sup> merece. Sua sensibilidade e sua competência, sua extraordinária e brilhante carreira política dão a todos nós a certeza de que, qualquer que seja a pasta que o Governo Tancredo Neves lhe entregar, V. Ex<sup>a</sup> será um vitorioso. O que eu quero trazer é o abraço do Piauí, lá do outro lado do País, lá do lado seco, e agora verde, e dizer a V. Ex<sup>a</sup> que qualquer lugar deste País, qualquer pedaço de terra é capaz de produzir grãos, é capaz de produzir progresso. V. Ex<sup>a</sup> sabe muito bem como fazê-lo. E, de nossa parte, apenas o apoio e a esperança de que este País vai muito bem no novo Governo Tancredo Neves.

**O SR. SIMON** — Muito Obrigado.

**O Sr. Virgílio Távora** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PEDRO SIMON** — Pois não.

**O Sr. Virgílio Távora** — Eminentíssimo Senador, o nosso aparte vai ser muito breve, mas, ao mesmo tempo, de incentivo. Já estávamos acostumados a ouvir, meses a fio, as candentes palavras de V. Ex<sup>a</sup> quando condenado aquilo que se julgava errado em toda a política agrícola. Vamos esperar, e não há ironia nisto, que toda essa pujança, que toda essa combatividade que V. Ex<sup>a</sup> durante estes anos, transbordou aqui em plenário, seja traduzido justamente numa garra, compatibilizando, de um lado, a necessidade que todos os seus economistas hoje estão reclamando, de pôr nos trilhos a base monetária, e, de outro lado, a grandes e urgente imprescindibilidade que tem a agricultura de recursos, seja para o seu financiamento de custeio, seja de investimento. Vamos que V. Ex<sup>a</sup> seja bem sucedido. Este o desejo, não só do seu Partido, mas também da futura Oposição. Diremos que vamos lhe dar neste momento um voto de confiança. Te-

mos certeza de que essa fibra gaúcha, realmente, vencerá avante esse desafio. São estes os nossos votos.

**O SR. PEDRO SIMON** — Muito Obrigado.

**O Sr. José Lins** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PEDRO SIMON** — Com prazer.

**O Sr. José Lins** — Passo, nobre Senador Pedro Simon, por sobre todas as considerações que V. Ex<sup>a</sup> fez no início do seu discurso, para levar em consideração essa manifestação espontânea de simpatia que V. Ex<sup>a</sup> está recebendo. V. Ex<sup>a</sup> vai deixar um grande vazio neste plenário. Aqueles que com V. Ex<sup>a</sup> aqui conviveram, debateram problemas, que conhecem o seu espírito de combatividade, vão ter saudades das lições, de vontade de acertar que sempre nos deu nesta Casa. Acho não que é hora, de dar conselhos. Mesmo porque, se conselho valesse muito, o aconselhador cobraria um preço. Sei que V. Ex<sup>a</sup> está preparado para a luta. São milhões de brasileiros com os olhos voltados para o novo Ministro. Não só aqueles que desenvolvem hoje a agricultura pujante do Sul do País estão preparados para pressionar V. Ex<sup>a</sup>. Também os mesmos homens do Sul, que migraram para as terras novas, do Centro-Oeste voltam os olhos ansiosos. Também os agricultores pobres do Nordeste renovam as suas esperanças. E eu gostaria de dizer, talvez nem precise lembrar - que V. Ex<sup>a</sup> vai ter grandes lutas: a primeira, se desencadeará dentro do próprio Governo, e V. Ex<sup>a</sup> vai contar conosco para conseguir o apoio que o seu Ministério tanto merece; a segunda, certamente será travada pelos próprios agricultores. É certo que há uma classe de agricultores que tem um alto poder de pressão. Mas, há também aqueles quase marginalizados, aqueles mais pobres, aqueles que precisam de mais apoio. Também a esses sei que V. Ex<sup>a</sup> não deixará de escutar. O que desejamos, nobre Senador Pedro Simon, é que V. Ex<sup>a</sup> possa satisfazer essa esperança, que já não é só um ideal, que já é uma coisa palpável, crescendo no Brasil todo. Temos a certeza de que V. Ex<sup>a</sup> fará o maior esforço para não frustrar esses anseios. E, de nossa parte, creia, V. Ex<sup>a</sup> terá apoio para o seu trabalho, para a sua luta e, sobretudo, para o seu desejo de acertar. Conte conosco.

**O SR. PEDRO SIMON** — Muito Obrigado

**O Sr. Jorge Kalume** — V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. PEDRO SIMON** — Pois não.

**O Sr. Jorge Kalume** — Gostaria de dizer ao eminente amigo e colega que me honrou com sua amizade durante estes seis anos, embora sabendo que a Nova República, como se convencionou chamar, será dirigida, comandada, administrada por elementos da antiga e da Velha República. Vou pedir a Deus que inspire os seus administradores para que, efetivamente, transformem este País dentro daquilo que todos nós desejamos, num progresso retumbante. Quero, nesta oportunidade, dizer, com todo o respeito e sem o espírito de hironia, que V. Ex<sup>a</sup> agora transforme em realidade aquelas críticas mordazes que V. Ex<sup>a</sup> usou durante mais de cinco anos neste Plenário; que V. Ex<sup>a</sup> seja o novo Arquimedes da agricultura. V. Ex<sup>a</sup> precisava de um ponto de apoio, para levar a efeito aquilo que apregoou aqui. Que V. Ex<sup>a</sup> o tenha agora, como Ministro da Agricultura. Que V. Ex<sup>a</sup> olhe com todo carinho o Brasil inteiro, e que não seja apenas Ministro do Rio Grande do Sul, ou do sul. Que V. Ex<sup>a</sup> olhe, também, a terra da promessa que é aquela gleba da grande Amazônia, olhe com carinho, olhe com esse patriotismo que o caracteriza, olhe os seringueiros, olhe os agricultores, os pecuaristas tão carentes de recursos adequados para desenvolverem a sua atividade. A V. Ex<sup>a</sup>, sucesso e felicidade.

**O SR. PEDRO SIMON** — Muito obrigado!

**O Sr. Carlos Alberto** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PEDRO SIMON** — Pois não, nobre Senador Carlos Alberto.

**O Sr. Carlos Alberto** — Nobre Senador Pedro Simon, no momento em que V. Ex<sup>a</sup> profere o seu último discurso como Senador da República, porque amanhã, V. Ex<sup>a</sup> escolhido pelo Presidente Tancredo Neves, assume uma Pasta da maior importância para esta Nação, e sendo um homem que crê no talento dos homens e, assim sendo, tenho que crer em V. Ex<sup>a</sup> no Ministério da Agricultura. V. Ex<sup>a</sup> que nesta Casa deu testemunho de capacidade, de talento e de competência política, é um político vitorioso e sei perfeitamente que vai enfrentar os mais adversos problemas desta Nação. Mas eu espero, nobre Senador Pedro Simon, que V. Ex<sup>a</sup>, quando amanhã assumir o Ministério da Agricultura, possa ter o pensamento voltado para aqueles que são os mais pobres, os mais humildes, os que estão sofrendo na miséria e na fome das secas, das estiagens e das enchentes que assolam o Nordeste e o Sul na adversidade do tempo, eu espero que V. Ex<sup>a</sup> possa dar uma grande contribuição para que este Brasil, amanhã, possa dizer que mudou; espero que V. Ex<sup>a</sup>, no Ministério da Agricultura, possa banir, de uma vez por todas, os projetos faraônicos que são levados para o Nordeste, tão somente para acabar com o nosso homem do campo, que já morre de fome, de sede; espero que V. Ex<sup>a</sup> possa, no Ministério da Agricultura, dar a dimensão maior para que o homem do campo tenha a terra para nela produzir; espero que V. Ex<sup>a</sup>, no Ministério da Agricultura possa de uma vez por todas lutar contra aqueles que estão acabando, no Nordeste, com o homem sofrido, que é o nosso agricultor, que são os latifundiários, que tomam terras, e dão terras tão-somente; Senador Pedro Simon, V. Ex<sup>a</sup> que é Ministro da Agricultura, as terras hoje no Nordeste são para a monocultura: a produção de cana-de-açúcar, quando não é tão-somente para cana-de-açúcar é para o plantio do capim, e o homem do campo está sendo levado para a cidade, não porque ele queira, mas o êxodo rural todo santo dia é exercitado, no Nordeste, por conta dos latifundiários que, cada vez mais, estão empobrecendo aqueles que querem na terra produzir. Eu espero, Senador Pedro Simon, V. Ex<sup>a</sup> que foi e que é um político competente, habilidoso, um guerreiro nas reivindicações populares, eu espero muito de V. Ex<sup>a</sup>, não somente no Ministério da Agricultura; não vou dizer que estaria mentindo que espero tão-somente a sua competência no Ministério da Agricultura, espero sim que V. Ex<sup>a</sup> possa dar grandeza, possa dignificar esta Nação, atuando como Ministro junto ao Governo Federal, para que, realmente, a democracia que todos nós queremos possamos exercitá-la. Senador Pedro Simon, que Deus o ajude e abençoe, para que V. Ex<sup>a</sup> possa tirar o nosso homem do campo da miséria e da fome.

**O SR. PEDRO SIMON** — Muito obrigado, meu caro colega.

**O Sr. Saldanha Derzi** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PEDRO SIMON** — Pois não!

**O Sr. Saldanha Derzi** — Senador Pedro Simon, meu querido e prezado amigo, sentimo-nos verdadeiramente orgulhosos em ver a manifestação de toda a Casa em regozijo pela feliz idéia do Presidente da República em escolher V. Ex<sup>a</sup> para exercer o Ministério da Agricultura. O presidente da República, Dr. Tancredo Neves, realmente, deseja dar uma prioridade à agricultura neste País. Não a prioridade apregoada por este Governo que está findando o seu mandato, e que em nenhum momento veio em socorro, em ajuda ao homem do campo, quer



ao agricultor, quer ao pecuarista. Retiraram os subsídios da agricultura e da pecuária, dizendo que o que era natural — e foi aceito pelos produtores — que lhes seria substituído pelo preço real do produto, aos homens do campo. Mas o que acontecia neste País? Quando havia uma possibilidade de o produtor, o agricultor, o pecuarista terem uma chance de amealhar um pouquinho mais de recursos, através dos preços, lá vinha a intervenção, este Governo, malfadado Governo que está findando o seu mandato, contra os produtores, estabelecendo o confisco cambial, dificultando a comercialização dos produtos agrícolas, não lhes dando os recursos para que pudessem, realmente, entregar o seu produto num valor justo de preço. Mas temos esperança de que neste Governo, através de V. Ex<sup>a</sup>, teremos uma outra face para a agricultura e a pecuária brasileiras. Vimos o exemplo, ainda há poucos dias, pois este mesmo Governo, que aí está, acaba de autorizar a importação de soja e de seus derivados através de uma portaria, pelo prazo de um ano, a qualquer um que deseje importar. Ora, estamos já no início da colheita da grande produção de soja brasileira e não temos preço para o nosso produto e está-se permitindo que se importe, através do nosso suor, dos nossos impostos, soja estrangeira. Não compreendemos e temos certeza de que V. Ex<sup>a</sup> fará com que o Presidente da República, num de seus primeiros atos, termine com essa autorização para a importação de soja. Acreditamos em V. Ex<sup>a</sup> porque é um homem humano, um homem inteligente, um homem capaz, de uma habilidade política excepcional, um homem que não é puramente um técnico frio. V. Ex<sup>a</sup> com a sensibilidade, com o espírito público, com o amor que tem a esta Pátria, dará uma esperança grande, imensa, aos agricultores e pecuaristas deste Brasil. O homem do campo, o homem rural, estará muito bem amparado com a assunção de V. Ex<sup>a</sup> ao Ministério da Agricultura. Em nome dos produtores de Mato Grosso desejamos a V. Ex<sup>a</sup> imensas felicidades.

**O SR. PEDRO SIMON** — Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>

**O Sr. Marcelo Miranda** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PEDRO SIMON** — Pois não.

**O Sr. Marcelo Miranda** — Companheiro Senador Pedro Simon, é com entusiasmo que, em nome do nosso Estado de Mato Grosso do Sul, hoje o terceiro produtor de soja do País, cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pela feliz indicação, do Presidente Tancredo Neves, para a Pasta da Agricultura. V. Ex<sup>a</sup> é um homem que disputou eleição pelo voto direto, percorreu as rodovias, os rincões, as cidades, as vilas do seu Estado, o Rio Grande do Sul, um Estado também eminentemente agrícola, pôde ver e sentir as necessidades do lavrador e do colono brasileiro, pôde sentir, durante a peregrinação que fez, quando fazia sua campanha eleitoral, o grito do homem do campo, nas horas de dificuldades que atravessa e durante esse longo período que tem atravessado a agricultura e a pecuária brasileira. Quando vemos um companheiro ser guindado a um posto tão importante de Ministro da Agricultura, companheiro nosso do Legislativo, quando a esperança brasileira é em mudança, com a investidura do Presidente Tancredo Neves, Mato Grosso do Sul inteiro se levanta e se coloca à disposição de V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Ministro Pedro Simon, para que possamos, através do esforço da nossa gente, do colono brasileiro e de Mato Grosso do Sul, do pecuarista e do trabalhador do nosso Estado, ao seu lado, trabalhar e conduzir esta Nação, para que possamos exatamente cumprir aquilo que pede hoje, pela televisão, a CNBB, dar pão para quem tem fome. É necessário que isso seja bem refletido, e que através do Ministério de V. Ex<sup>a</sup> possamos conscientizar o povo brasileiro inteiro de que precisamos e necessitamos produzir neste País, para que nossos irmãos não passem fome, e para que nosso

País possa, através da nossa produção, fazer divisas para o pagamento de nossas dívidas.

**O SR. PEDRO SIMON** — Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>

**O Sr. Lomanto Júnior** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PEDRO SIMON** — Pois não.

**O Sr. Lomanto Júnior** — Eu não poderia me omitir nesta tarde, Senador Pedro Simon. Nós tivemos aqui debates acalorados, mas o fragor da luta e das nossas divergências, a minha consciência diz que nós construímos uma amizade que eu a qualifico de fraterna. Eu vejo a ida de V. Ex<sup>a</sup> para o Ministério da Agricultura como o início ou reinício da caminhada certa do homem para o cargo. O Ministro da Agricultura é um cargo político, eminentemente político, e eu acredito na ação do político. O político tem a visão panorâmica dos problemas, o político sabe escolher, porque conviveu, aprendeu, durante muito tempo, a escolher os seus auxiliares e sua equipe. Eu tenho certeza, Senador Pedro Simon, de que na alegria de que todos estamos possuídos, nesta tarde, por vê-lo convocado para um setor dos mais importantes que, diria mesmo o mais importante deste País, é o Ministério da Agricultura; porque o destino do Brasil é o de ser o grande celeiro do mundo, de alimentar esta humanidade faminta, e temos aqui a possibilidade de produzir. Alguém já lhe desejou felicidades, vários colegas desejaram-lhe sucesso. Sou um homem religioso como V. Ex<sup>a</sup>, e peço a Deus pelo seu êxito, vou acompanhar o seu sucesso, porque será também do Senado da República e, sem dúvida alguma, no Ministério da Agricultura aquilo que nós sonhamos: transformar o Brasil no grande celeiro de produção do mundo.

**O SR. PEDRO SIMON** — Muito obrigado.

**O Sr. Cid Sampaio** — Serei curto. V. Ex<sup>a</sup> vai, na realidade, enfrentar uma batalha; a desordem que se implantou no Brasil em todos os terrenos atingiu a agricultura, uma batalha onde as forças não estão organizadas; não existe no Brasil sequer um programa agrário e sem um programa agrário não pode existir agricultura; mas V. Ex<sup>a</sup> forjou a sua vida, a sua formação na luta, na coragem, no destemor; isto vai caracterizar a sua ação. Por outro lado, Bacharel, V. Ex<sup>a</sup>, por profissão, habituado a normalizar, a procurar normas para conduzir as coisas, vai realizar, ou normalizar o plano agrícola, agrário brasileiro e, ao mesmo tempo, com a sua intrepidez, sua coragem, forjada ao longo de uma vida de luta, V. Ex<sup>a</sup> vai vencer essa batalha, que é a batalha da agricultura brasileira. Congratulando-me com o Governo por lhe ter escolhido, aceite os meus votos de bom êxito e acredito que o seu trabalho à frente do Ministério da Agricultura vai ser mais um passo à frente na agricultura brasileira. Muito Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. PEDRO SIMON** — Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>

**O Sr. Hélio Gueiros** — Nobre Senador Pedro Simon, permito-me o atrevimento de discordar do seu ilustre conterrâneo e Líder, Carlos Chiarelli, quando diz que V. Ex<sup>a</sup> está tendo uma ascensão ao Ministério. V. Ex<sup>a</sup> não está tendo ascensão alguma, o Ministério é que está se engrandecendo e se enriquecendo com a sua presença. V. Ex<sup>a</sup> é hoje, uma das figuras mais expressivas, mais expontenciais e mais queridas do Parlamento brasileiro. Aqui há muita gente solidária, muita gente amiga, muita gente fraterna, Senador Pedro Simon, mas tenho a impressão que ninguém é mais solidário, mais compreensivo, mais compassivo do que V. Ex<sup>a</sup>, no trato com seus colegas correligionários e também com os nossos adversários. Tenho uma simpatia especial por V. Ex<sup>a</sup> e quando digo que V. Ex<sup>a</sup> não está tendo ascensão alguma é porque

sabe V. Ex<sup>a</sup> que havia um movimento aqui, na bancada do seu Partido, tendo à frente, inclusive, o nobre Senador Humberto Lucena, para fazê-lo Líder do nosso Partido, mesmo quando nem pensávamos na vitória do nosso candidato Tancredo Neves. Havia uma unanimidade na sua Bancada. Então, é por isso que digo que V. Ex<sup>a</sup> está apenas se deslocando para dar realce, para dar mais autoridade a esse Ministério. Há um ditado que diz que: "Deus escreve certo por linhas tortas"; creio, nobre Senador Pedro Simon, que quando V. Ex<sup>a</sup> experimentou a amargura de um insucesso eleitoral há dois anos, não poderia prever que a sua figura e a sua presença iriam ser imprescindíveis neste Parlamento, para tornar efetiva a vitória de Tancredo Neves. V. Ex<sup>a</sup> sabe que haviam certas incompreensões, certos ridicalismos dentro da nossa Bancada, mas foi V. Ex<sup>a</sup>, com a sua serenidade, com a sua compreensão, com a sua compassividade e tolerância que foi conquistando, pouco a pouco, aquelas resistências e tivemos, há poucos dias, aquela vitória espetacular de mais de 300 votos de diferença no Colégio Eleitoral. Não sei, nobre Senador Pedro Simon, se V. Ex<sup>a</sup> tivesse sido recrutado para esse posto e estivesse ausente desta Casa se teríamos esse resultado extraordinário. É por isso que acho que Deus, embora dolorosamente, escreveu certo por linhas tortas. Quero trazer aqui a minha mensagem de êxito, de sucesso, a V. Ex<sup>a</sup>. Falo de uma região que já foi a maior produtora de borracha e hoje é a última; falo por uma região que trouxe o café para o Brasil e hoje não produz um kilo de café; falo de uma região que trouxe e se transformou na primeira região produtora de pimenta-do-reino do mundo e hoje está pouco a pouco perdendo essa primazia. Nossa esperança é que V. Ex<sup>a</sup>, exatamente por não ser o técnico não irá se impressionar apenas com gráficos, com números estatísticos, vá querer realmente saber a situação do homem do campo no Brasil.

É por isso que temos esperanças de V. Ex<sup>a</sup> voltar seus olhos, suas preocupações para nossa região dando melhores e maiores rumos para a nossa agricultura. O Senador Jorge Kalume falou que V. Ex<sup>a</sup> é um novo Arquimedes, peço também licença para discordar de S. Ex<sup>a</sup>. V. Ex<sup>a</sup> é Pedro e está no Evangelho: "Tu és Pedro e sobre esta pedra edificarei a minha igreja". Estou certo que o Presidente Tancredo Neves vai edificar em cima deste Pedro, nosso colega, novos rumos para a agricultura do Brasil. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Severo Gomes** — Senador Pedro Simon, meu caro amigo, em todos os Governos que se instalaram nestes últimos tempos da República, houve sempre a afirmação de que a Agricultura seria uma prioridade da administração. Passava-se o tempo e novas prioridades eram estabelecidas exatamente porque outras forças surgiam no cenário e conduzia mas decisões em outros rumos. Até o dinheiro que faltava para a agricultura era aquele que iria sobrar para a SUNAMAN ou para a Coroa Brastel. O início do Governo Tancredo Neves, com a sua presença no Ministério da Agricultura, dá um bom sinal, porque coloca no Ministério um político, lutador, capaz de organizar forças, de mobilizar a sociedade para se contrapor àquelas que têm sempre colocado a agricultura na rabeira das preocupações e provocado isso que temos assistido, quer dizer, o Banco do Brasil reduzido, hoje, a 25% do que era o grande banco agrícola deste País. Estamos, hoje, com uma safra que se inicia sem recursos para a defesa de preços mínimos. Essa situação de termos um político que, portanto, compreende, que as decisões, por melhores que elas sejam, demandam da mobilização, da força da sociedade, da discussão, para que a agricultura cresça para alimentar os brasileiros e, não, para alimentar as vacas da Holanda. Por sinal, Senador Pedro Simon, gostaria que todo esse unânime apoio que V. Ex<sup>a</sup> recebe, hoje, do Senado, se transformasse amanhã no apoio político, para que realmente essas



prioridades da agricultura sejam mantidas e reforçadas. Seja feliz e forte na sua luta.

**O SR. PEDRO SIMON** — Muito obrigado.

**O Sr. Amaral Peixoto** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PEDRO SIMON** — Pois não.

**O Sr. Amaral Peixoto** — Ilustre Senador, atenderei ao apelo do nosso ilustre Presidente. Serei breve. Mas não posso deixar de juntar minha voz à de todos os Senadores que se pronunciaram, desejando felicidades a V. Ex<sup>a</sup>, e não apenas em seu benefício, mas em benefício do Brasil. Devo declarar que, quando governador, sempre dizia aos meus auxiliares: se estivesse de escolher uma pasta para ocupar, escolheria a da Agricultura, porque é aquela em que maiores oportunidades se tem para prestar serviços ao seu povo, ao seu Estado. V. Ex<sup>a</sup> é um homem feliz. Mas lembre-se que tem uma pesada tradição, V. Ex<sup>a</sup> representa o Rio Grande do Sul, Estado tradicionalmente ligado às atividades do campo, e deve levar a experiência do seu povo, da sua gente, para difundir por todo o Brasil o que se faz no Rio Grande do Sul. Sempre defundi o técnico porque, ele é necessário ao lado do político, ajudando-o, orientando-o, e resolvendo os problemas que o político lhe propõe. V. Ex<sup>a</sup> tem toda esta capacidade para ser um grande Ministro, e de coração, desejamos que realize uma grande gestão à frente da Pasta que lhe foi confiada.

**O SR. PEDRO SIMON** — Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O Sr. Humberto Lucena** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PEDRO SIMON** — Pois não.

**O Sr. Humberto Lucena** — V. Ex<sup>a</sup> está recebendo hoje, na sua despedida circunstancial do Senado Federal, guindado que foi às altas funções de Ministro de Estado para os Assuntos da Agricultura, uma verdadeira consagração do Senado. E V. Ex<sup>a</sup> faz jus à ela pelo que sempre foi na sua vida pública: coerente, digno, ativo, combatente das boas causas populares, V. Ex<sup>a</sup> sempre se destacou a partir da liderança do nosso Partido na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e, depois, nas altas funções de Senador da República, seja no plenário ou nas comissões, e na Comissão Executiva do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, como um democrata convicto, lutando tenazmente pelo apressamento da normalidade institucional em nosso País. E, agora, V. Ex<sup>a</sup> é convocado pelo Presidente Tancredo Neves para compor a sua equipe de primeiro escalão e vai gerir os negócios da agricultura em meio à expectativa reinante no País, que espera e confia nas mudanças prometidas e que são o nosso grande compromisso em termos de aliança democrática que elegeu Tancredo Neves para a Presidência da República. A Pasta que V. Ex<sup>a</sup> vai dirigir é uma Pasta difícil, na medida em que V. Ex<sup>a</sup> tem essa consciência. A sua ação administrativa vai depender muito dos recursos que lhe forem liberados para fazer face ao custeio das safras e para efeito de levar adiante um programa que realmente melhore a situação da produção rural brasileira. E, embora hoje, seguindo paralelamente ao Ministério da Agricultura, haja um Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários, V. Ex<sup>a</sup> há de convir, e tenho certeza de que está atento para isso, que não poderá ficar fora do problema fundiário, que está intimamente ligado ao seu Ministério. E eu, como homem do Nordeste, que é a região que, como sabe V. Ex<sup>a</sup>, tem a mais rígida estrutura agrária do País, confio e espero que V. Ex<sup>a</sup> haverá de estimular ao máximo uma reforma agrária no Brasil, em termos autênticos, em termos democráticos. E, para isso, como sabe V. Ex<sup>a</sup> o nosso compromisso e do Presidente Tancredo Neves, inclu-

sive com a CONTAG, é apenas cumprir rigorosamente a lei vigente, isto é, o Estatuto da Terra, para que possamos, inclusive, contornar a situação gravíssima que está por aí, sobretudo no Norte e Nordeste do Brasil, com conflitos que têm gerado mortes, até hoje na sua maioria impunes. Então, neste momento, eu clamo a V. Ex<sup>a</sup> pelo apoio decidido à reforma agrária, para que tenhamos condições de melhorar as condições de vida do trabalhador rural brasileiro. Congratulo-me com V. Ex<sup>a</sup>, e tenho certeza de que o Ministro Pedro Simon não será diferente do Deputado Pedro Simon, do Senador Pedro Simon. V. Ex<sup>a</sup> honrará no Ministério a sua Bancada no Senado, o nosso Partido, o PMDB. Meus parabéns.

**O SR. PEDRO SIMON** — Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup> prezado Líder.

**O Sr. Alfredo Campos** — V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. PEDRO SIMON** — Pois não.

**O Sr. Alfredo Campos** — Senador Pedro Simon, quando há dois anos eu ingressava neste plenário, para assumir a cadeira do hoje Presidente Tancredo Neves, foi V. Ex<sup>a</sup> que aqui me introduziu. Por isso mesmo todas as vezes que eu precisei de conselhos, nesta Casa fui buscá-los no conhecimento e na experiência de V. Ex<sup>a</sup>, que sempre foi o amigo de todos os momentos, o Senador cordial, o professor para os calouros desta Casa. Atendendo ao aviso, ao conselho do Presidente José Fragelli, não posso mais me alongar, mas gostaria, neste instante, de ter a certeza de que o encontraria aqui, novamente, num futuro não próximo, porque sua tarefa é grande e estafante, mas temos a certeza absoluta que ainda haveremos de tê-lo nesta Casa, para que continuemos haurindo de seus conhecimentos e conselhos que só podem engrandecer o Senado e a República.

**O SR. PEDRO SIMON** — Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, realmente fico profundamente grato pela gentileza, pela grandeza dos apartes a mim dirigidos. É claro que eu entendo, Sr. Presidente, que esses apartes não engrandecem a minha pessoa, mas engrandecem a figura deste Senado. Eu entendo e dou a devida dinâmica a esses apartes, Sr. Presidente. Eles são o estímulo, eles são a reflexão do gesto de grandeza e compreensão dos meus Pares, que querem que eu saia daqui extamente com essa dimensão, que eu saia daqui com o estímulo, com o apoio e com a compreensão, para que possa melhor me dirigir para os novos rumos que tenho pela frente.

Eu entendo essa dimensão, fruto da grandeza e da compreensão dos meus prezados colegas de Senado Federal, que querem que com essa grandiosa imagem de respeito e estímulo a um Senador colega, possa melhor desempenhar-me na futura função.

Eu agradeço, com profunda emoção, o gesto de carinho e afeto dos meus colegas. Não me preocupava, Sr. Presidente, na busca de cargos. Não imaginava que nesta alteração profunda nos destinos deste País coubesse a mim uma parte dessa tarefa. Pensava eu de certa forma: perdendo a eleição, ao Governo do Estado é compreensível, a primeira na minha vida, mas é compreensível, talvez o meu destino se destinasse a desempenhá-lo no Poder Legislativo. E acho muito importante, muito nobre e muito respeitável a missão do parlamento. O parlamento que critica, que orienta, que abre rumos e que aponta destinos que outros haverão de executar, mas cho que na minha vida longa, dedicada ao parlamento, senti a emoção profunda do dia a dia, da tribuna que fala, da tribuna que sugere, da tribuna que critica, da tribuna que esta permanece e constantemente voltada para o interesse do bem comum. Se saio dela neste momento, levado pelas circunstâncias, a mim, Sr. Presidente, que em meio

à luta da vida senti — a derrota ontem é compreensível — no extremo do meu ser, a mágoa e a incompreensão levadas a serem íntimas da minha família. E senti uma compreensão, quando levado pelo protesto íntimo daquilo que o destino me pregava, senti ali e naquele instante, de que a vida é feita realmente desse jogo, a vida é feita realmente desses desafios, e dei a minha dinâmica uma nova formação da realidade social, e compreendi que nós, por maiores que sejam os nossos destinos, por maior que sonhemos para o nosso futuro e para o futuro dos nossos entes mais queridos, nós temos que cumprir a nossa missão, resignando-se àquilo que por ventura a, nós, é destinado pela realidade do mundo.

O importante é estarmos em paz com a nossa consciência, seja no momento de alegria, seja no momento da dor, seja no momento da vitória, seja no momento da derrota, seja no momento de frustração ou seja no momento de realização pessoal. O importante é estarmos em paz com a nossa consciência no sentido de que tenhamos a convicção de que fizemos o que era possível. E fazendo o que era possível possamos olhar os nossos colegas e aqueles que em nós detem confiança com a consciência tranquila de que fez o que a consciência mandava.

Sei que o destino do Governo Tancredo Neves é um destino muito difícil e o dos seus auxiliares também haverá de sê-lo.

Sei de que se armou uma expectativa fantástica de que a partir de amanhã, mudar-se-ão os destinos dos homens desta Nação e sei que isso é inconcebível e é impossível. Mas sei que O Dr. Tancredo Neves, dos seus erros e acertos em seu Governo tentará — e isso é importante — buscar o equilíbrio social necessário e a compreensão de todos para, juntos, iniciarmos a reconstrução deste País. E eu me sinto, na minha humildade, ali numa Pasta que todos que me aconselham dizem que para lá não deveria ir. E dizem eles: "Olhe para trás e veja, ao longo dos anos desta pasta, o nome de alguém que nela tenha se notabilizado".

Pessoas ilustres por lá passaram. Lutaram, se esforçaram mas ali é realmente um local, que é de uma das realidades deste País. A verdade é que se eu falar em exportar alimento, ao exportar os nossos produtos primários, aí, as forças vivas se unem, porque é necessário exportar, pois exportando se aumenta a divisa de dólares para fazer frente às nossas dívidas externas.

No momento em que este País lança um programa PROÁLCOOL para que através da cana-de-açúcar transformada em álcool possamos ter um substitutivo do petróleo e foi, realmente, um marco extraordinário em que o País mostrou a sua capacidade, e que todas as perspectivas de que o programa não daria certo desapareceram, porque a rapidez demonstrou, e realmente aí está, o Brasil produzindo 160 mil barris correspondentes de gasolina, de álcool.

No entanto, na hora de enfrentar o desafio de produzir alimentos para milhões de brasileiros, aí ele não tem acesso, aí fica difícil. Fica difícil porque o desafio é mais sério e milhões de brasileiros, que deveriam ter acesso à alimentação, produzindo-a, e tendo o necessário para comprá-la. Esse programa, desafio de governos que se sucederam ao longo do tempo, a ele não chegamos.

Não é a minha proposta e não estou aqui a dizer que esta será a minha meta que será alcançada! Mas não nego, que este é o meu sonho e que gostaria de vê-lo realizado! Jamais será executado pelo Ministro da Agricultura, ou pelo Governo Tancredo Neves, essa perspectiva de chegarmos lá, deste País ser, ao lado da 8ª potência econômica do mundo, na correspondente do desenvolvimento social e do bem-estar dos seus filhos, que seja realmente um País celeiro do mundo, mas celeiro do mundo para que possam ter o alimento necessário ao dia-a-dia, para que desapareça a geração dos nanicos do Nor-

deste pela fome e pela miséria. Este é um desafio para todos nós.

Posso ter, a partir de amanhã, responsabilidade maior, maior ainda a do Presidente Tancredo Neves, mas me parece, me perdoem a sinceridade, que é uma responsabilidade deste Senado, do Congresso Nacional, dos políticos e de todos nós, no sentido de buscarmos alcançar essa meta. Deste Congresso ao votar as mensagens, dos políticos brasileiros neste rumo novo, onde o Congresso terá participação no debate das soluções e da trajetória da escolha da política econômica que haveremos de buscar. Não será ela mais fruto de "A", de "B" ou de "C", isoladamente. Será fruto do debate a nível político dentro do Governo, a nível político dentro dos Partidos que integram o Governo e a nível político dentro do debate dentro deste Congresso Nacional.

Somos todos nós, portanto, convocados a essa real mudança que me parece importante. Buscar a educação é necessário e um plano de mudanças não pode passar sem educação. Buscar o trabalho para todos é necessário e é indispensável. Buscar mudanças profundas no conteúdo social deste País é o que desejamos. Mas nenhuma delas poderá ser alcançada se não buscar, de um lado, como produzir o alimento e, de outro, darmos condições a que todos tenham acesso ao pão de cada dia, como diz a CNBB. Para isto estamos convocados, Sr. Presidente. Se chegarmos lá, não sei. Mas é importante tentar, nós, pelo nosso conjunto, porque não será o Ministro do Trabalho, isoladamente, que terá força política para que as decisões sejam tomadas a favor do social e a favor daqueles brasileiros que não fazem protestos, que não fazem comícios, que não fazem greves, que não se reúnem, que não gritam, que não protestam, porque são milhões de brasileiros que vivem na fome, que vivem na miséria, muitas vezes não votam porque analfabetos são, por isso, muitas vezes esquecidos. Mas não me parece que me lembrar deles nesta hora e neste momento, e não me parece que voltar a eles, pelo menos a nossa preocupação e a nossa sincera intenção de buscarmos equacionar esse problema esteja sendo equivocado quando se fala no raír numa Nova República, quando se fala no resplandecer de uma nova hora, a mim me parece, Sr. Presidente, que nós devemos nos voltar neste instante de festa, exatamente para aqueles que, talvez, não veem televisão, não escutam rádio e nem sabem que estamos vivendo uma nova era, mas exatamente para transformar esses párias em cidadãos, para que eles possam estar presentes e conviver com a realidade social deste País, é que me parece que juntos devemos buscar a nova sociedade, porque jamais poderemos imaginar, por melhor que seja a nossa situação, por maior que sejam os zeros das nossas reservas, por melhores que sejam as riquezas deste País, jamais seremos o Brasil que nós sonhamos, a grande pátria, a grande nação, enquanto tivermos milhões de brasileiros, neste Brasil, chorando a dor e a miséria da fome.

Agradeço, Sr. Presidente, a honra da participação nessa reunião que para mim, singelamente, é um instante de dizermos até breve, porque seja onde estiver, lutando onde estiver a luta, para mim os momentos mais honrosos, mais dignos e mais felizes da minha vida passei aqui, nesta Casa, recebendo a lição e os ensinamentos dos Senhores, uma Casa que realmente dignifica o nosso País, porque aqui, neste Senado, no convívio, na palavra e no debate aprendemos que realmente podemos confiar neste País, porque o seu Senado dignifica e honra a vida brasileira.

Muito obrigado e até breve, se Deus quiser. (Muito bem! Palmas prolongadas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Aloysio Chaves, como Líder do PDS...

**O SR. ALOYSIO CHAVES PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

**COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:**

Altevir Leal — Eunice Michiles — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Alexandre Costa — Almir Pinto — Aderbal Jurema — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Albano Franco — Moacyr Dalla — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Morvan Acayaba — Amaral Furlan — Henrique Santillo — Roberto Campos — Enéas Faria — Jaison Barreto — Lenoir Vargas.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Sobre a mesa, comunicação que vai ser lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência e por seu alto intermédio ao Senado Federal, que assumirei amanhã, dia 15 de março, o cargo, para o qual fui eleito, de Vice-Presidente da República.

Sala das Sessões, 14 de março de 1985. — Senador José Sarney.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — O lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

**REQUERIMENTO Nº 27, DE 1985**

Nos termos regimentais, requeremos que não seja realizada Sessão do Senado no dia 15 de março de 1985, nem haja expediente em sua Secretaria.

Sala das Sessões, 14 de março de 1985. — Gastão Müller — Virgílio Távora.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — De acordo com o disposto no art. 238, item II, o requerimento que acaba de ser lido poderá ser votado com a presença de onze Senadores.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

em consequência da deliberação do Plenário, não será realizada sessão no dia 15, nem haverá expediente na Secretaria.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — A Presidência recebeu, do Governador do Estado do Piauí, o Ofício nº 5/12, de 1985, solicitando, nos termos do item IV do artigo 42 da Constituição, autorização do Senado Federal a fim de que aquele Estado possa realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares), para o fim que especifica.

A matéria ficará aguardando, na Secretaria-Geral da Mesa, a complementação dos documentos necessários.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Esgotado o tempo destinado ao Expediente, passa-se à

## ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 1984 (nº 1.208/83, na Casa de origem), que dispõe sobre a criação de cargos no

Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região e dá outras providências, tendo

Pareceres favoráveis, sob nºs 374 e 375, das Comissões:

De Serviço Público Civil; e  
de Finanças.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão extraordinária de 12 do corrente, tendo sido aprovada, em primeiro turno.

Discussão do projeto, em segundo turno. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Nos termos do inciso II, do Art. 322, do Regimento Interno, a matéria depende, para a sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta dos membros da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo nominal. Tendo havido, entretanto, acordo entre as lideranças, a matéria foi aprovada, em primeiro turno, simbolicamente. Assim, em consonância com aquela decisão, a Presidência irá submeter o projeto ao plenário, em segundo turno, pelo mesmo processo.

Votação do projeto, em segundo turno.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A matéria vai à sanção

É o seguinte o projeto aprovado.

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA  
Nº 117, DE 1984**

**Dispõe sobre a criação de cargos no Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam criados, no Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, os cargos de provimento efetivo e os cargos em comissão, constantes respectivamente, dos anexos I e II desta lei.

§ 1º Os cargos de provimento efetivo a que se refere este artigo serão escalonados pelas classes das respectivas Categorias Funcionais, por ato da Presidência do Tribunal, observados os critérios legais e regulamentares pertinentes ao Sistema de Classificação de Cargos, vigente na área do Poder Executivo.

§ 2º Os cargos em comissão a que se refere este artigo terão correspondência com a escala de níveis de que trata o art. 6º do Decreto-lei nº 1.984, de 28 de dezembro de 1982, na forma prevista pelo art. 2º do Decreto-lei nº 12.620, de 10 de março de 1978.

Art. 2º O preenchimento de cargos de provimento efetivo do Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região far-se-á de acordo com as normas legais e regulamentares estabelecidas para os demais Tribunais do Trabalho, observadas as disposições do § 2º do art. 108 da Constituição Federal.

Art. 3º Aos cargos criados por esta lei aplicam-se, no que couber, as disposições do Decreto-lei nº 1.828, de 22 de dezembro de 1980, com as alterações introduzidas pelos Decretos-leis nºs 1.917, de 12 de janeiro de 1982, e 2.004, de 6 de janeiro de 1983.

Art. 4º Para os fins previstos no § 3º do art. 10 da Lei nº 6.915, de 1º de junho de 1981, o Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, em relação aos Servidores Públicos à disposição das Juntas de Conciliação e Julgamento, observará as disposições legais e regulamentares estabelecidas para os demais Tribunais do Trabalho.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação da presente lei serão atendidas pelos recursos orçamentários próprios do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

## ANEXO I

(Art. 1º da Lei nº , de de de 198 )

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª. REGIÃO			
GRUPOS	CATEGORIAS FUNCIONAIS	Nº DE CARGOS	CÓDIGO
Atividades de Apoio Judiciário Código TRT-11a.-AJ-020	Técnico Judiciário	70	TRT-11a.-AJ-021
	Oficial de Justiça Avaliador	5	TRT-11a.-AJ-022
	Auxiliar Judiciário	115	TRT-11a.-AJ-023
	Agente de Segurança Judiciária	43	TRT-11a.-AJ-024
	Atendente Judiciário	45	TRT-11a.-AJ-025
Outras Atividades de Nível Superior Código TRT-11a.-NS-900	Médico	4	TRT-11a.-NS-901
	Psicólogo	2	TRT-11a.-NS-907
	Odontólogo	2	TRT-11a.-NS-909
	Contador	5	TRT-11a.-NS-924
	Bibliotecário	2	TRT-11a.-NS-932
Outras Atividades de Nível Médio Código TRT-11a.-NM-1000	Auxiliar de Enfermagem	2	TRT-11a.-NM-1001
	Telefonista	3	TRT-11a.-NM-1049
Artesanato Código TRT-11a.-ART-700	Artífice de Estrutura de Obras e Metalurgia	2	TRT-11a.-ART-701
	Artífice de Mecânica	2	TRT-11a.-ART-702
	Artífice de Eletricidade e Comunicação	2	TRT-11a.-ART-703
	Artífice de Carpintaria e Marcenaria	2	TRT-11a.-ART-704
	Artífice de Artes Gráficas	2	TRT-11a.-ART-706

## ANEXO II

(Art. 1º da Lei nº , de de de 198 )

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª. REGIÃO		
GRUPO DIREÇÃO E ACESSORAMENTO SUPERIORES - CÓDIGO TRT - 11a. DAS 100		
NÚMERO	CARGO EM COMISSÃO	CÓDIGO
1	Diretor de Secretaria Financeira	TRT-11a.-DAS-101
1	Diretor de Serviço	TRT-11a.-DAS-101
2	Assessor	TRT-11a.-DAS-102

## O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Item 2:

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 251, de 1983 (nº 15/83, na Casa de origem), que exclui o Município de Canoas da relação dos Municípios declarados área de segurança nacional, tendo

Pareceres favoráveis, sob nºs 541 a 543, de 1984, das comissões

- de Constituição e Justiça;
- de Segurança Nacional; e
- de Municípios.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão anterior, tendo a votação adiada por falta de quorum.

Votação do projeto, em turno único.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA  
Nº 251, DE 1983

(Nº 15/83, na Casa de origem)

Exclui o Município de Canoas da relação dos municípios declarados áreas de segurança nacional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica excluído o Município de Canoas, no Rio Grande do Sul, da relação dos municípios declara-

dos de interesse da segurança nacional, conforme inciso VII do art. 1º da Lei nº 5.449, de 4 de junho de 1968.

§ 1º A eleição para Prefeito e Vice-Prefeito do Município de Canoas será fixada pela Justiça Eleitoral, dentro de 60 (sessenta) dias da publicação desta lei.

§ 2º Os eleitos tomarão posse imediatamente após a diplomação e seus mandatos findarão em 31 de dezembro de 1988.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

## O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Item 3:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 4, de 1985, de autoria dos Senadores Aloysio Chaves, Nelson Carneiro e Roberto Saturnino, solicitando, nos termos do Art. 371, alínea "C", do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 218, de 1984 — Complementar, que cria o Estado do Tocantins e determina outras providências.

O Sr. Aloysio Chaves — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Aloysio Chaves.

*O SR. ALOYSIO CHAVES PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.*

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Na forma regimental, V. Exª será atendido.

Concedo a palavra, para encaminhar a votação, ao nobre Senador Mauro Borges.

O SR. MAURO BORGES (PMDB — GO. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente:

Antes de iniciar o meu discurso de encaminhamento de votação, devo dizer que já tinha conhecimento do documento lido pelo eminente Líder Aloysio Chaves. Realmente, é um documento que me merece todo respeito, mas o recebo com pesar e estupefação.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Projeto de Lei Complementar nº 1-B/83, que trata da criação do Estado de Tocantins, ora em pauta nesta Casa, merece algumas considerações.

A matéria, por sua importância política, social e econômica, não deve ser votada de maneira precipitada, por mais respeitáveis que sejam os propósitos que lhe deram origem. Sua tramitação não pode prescindir de estudos acurados, debates e questionamentos que poderão ensejar modificações e aperfeiçoamentos necessários.

Esse projeto deu entrada nesta Casa na última semana da Sessão Legislativa, não chegando praticamente ao conhecimento dos Srs. Senadores. Voltou a ser levado a esta Casa praticamente no dia 1º, quando reiniciamos nossos trabalhos, hoje é dia 14. Veja V. Exª que um assunto dessa importância, merece um estudo mais acurado.

Não pretendemos obstruir a votação da proposição, mas dar-lhe um sentido de tramitação normal e nos curvaremos à imposição do veredito popular, na certeza de que a iniciativa expresse realmente consulta aos interesses do Estado de Goiás frente à divisão que está sendo proposta. É necessário saber, através de consulta popular, se esta é a vontade do povo goiano, tanto do Norte quanto do Sul.

Sabemos que as queixas e frustrações das populações do Norte são justas, pois as promessas que lhes foram feitas, durante várias campanhas eleitorais, não têm sido cumpridas. Permaneceram nas gavetas do esquecimento. Seus emitentes e avalistas, uma vez eleitos e empossados, perderam a memória.

— A criação da Cia. de Desenvolvimento do Norte (que iria atuar, justamente na área proposta para o Estado de Tocantins) e a participação dos representantes da região no primeiro escalão do Governo estadual fazem parte desse elenco de promessas perdidas no tempo. Tais fatos, negados por uns e explorados por outros, aumentaram a descrença e o inconformismo dos habitantes do Norte de Goiás, levando-os a reivindicações radicais de separatismo. Entretanto, o remédio para seus males, a nosso ver, não está nesse divórcio, mas na sua real integração política e administrativa com o Sul, de forma participativa e permanente, sem engodos eleitoreiros.

— A criação de um Estado é medida de transcendente importância. Independe da vontade de alguns para se transformar no consenso da maioria. Todos devem ser ouvidos. Afinal, está em jogo o destino de uma comunidade inteira, que ainda não foi chamada a opinar e tampouco debateu a questão. Portanto, os diversos ângulos do problema precisam ser examinados com seriedade e sem atropelos, acima de interesses pessoais e grupais. Para os mais afoitos, essa é uma posição que talvez não renda dividendos eleitorais. Enganam-se. O povo goiano tem consciência política de seus direitos e sabe como fazer a sua História. Entendemos que o exercício da vida pública impõe posições claras, retas e inquestionáveis. De nossa parte, procuramos agir dentro de princípios, e não de circunstâncias. Por isso, não pretendemos inovar nem adaptar tais princípios, porque eles se confundem com a nossa própria vida.

— Sr. Presidente, quando a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal suguiu a aprovação do Projeto em causa, mediante a exclusão do § 2º do art. 36,

inviabilizou-se sua execução, pois retirou-se da União a obrigatoriedade de contribuir com recursos iniciais da ordem de Cr\$ 40.000.000.000,00 (quarenta bilhões de cruzeiros) indispensáveis à organização do novo Estado.

— Assim, a região a ser desmembrada não teria recursos próprios para sustentar despesas com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Da renda do Sul, conta apenas com 6,47%, o que condenaria o novo Estado a ser um eterno dependente da União para manter as suas despesas de custeio, excluindo-se os investimentos necessários ao seu desenvolvimento.

É claro que a autonomia é necessariamente vinculada à capacidade de auto-suficiência.

Ocorre, também, que não é de hoje que se fala na criação do Estado dos Carajás englobando partes dos Estados do Pará, Goiás e Maranhão. Se isto acontecer, haverá uma nova subdivisão do nascente Estado do Tocantins, o que seria também desaconselhável.

Para não inutilizar Goiás como um grande Estado, cremos que o melhor e o mais sensato seria levar ao Norte o desenvolvimento econômico a que tem direito, através de melhor administração, tanto dos recursos do Estado como da SUDAM, hoje pouco utilizados.

O que se busca, Sr. Presidente, não é a separação, é o desenvolvimento, é o progresso, querem que a divisão propicie, crie condições para isso. Mas aí é que está o possível engano.

Mas é preciso, simultaneamente, que seja assegurada a imediata participação dos norienses na vida política e administrativa de Goiás, no mínimo em 30% das oportunidades que o Governo estadual tem condições de oferecer.

Construir uma Universidade do Norte, a Universidade de Tocantins, e, caso não seja possível, instituir imediatamente um sistema de concessão de bolsas de estudos; elaborar e por em execução, imediatamente, um Plano de Emergência para o Desenvolvimento do Norte; estabelecer rodízio político na escolha do Vice-Governador e até mesmo do Governador do Estado; defender junto a SUDAM, com zelo e eficiência, dotações orçamentárias adequadas e suficientes aos atendimentos prioritários à região; com a participação do Governo Estadual e dos Ministérios da Agricultura e dos Assuntos Fundiários, deve ser planejada e executada uma política agrária nos moldes tentados realizar por mim enquanto Governador, os Combinados Agrouurbanos, que é uma associação de várias agrovilas.

Estas são algumas sugestões a serem analisadas e debatidas, sem prejuízo de outras que ainda poderão ser oferecidas.

Os baixos índices de desenvolvimento econômico observados na região não justificam esse movimento separatista, pois eles decorrem, principalmente, da descontinuidade dos planos de Governo e da falta de uma visão macroeconômica das potencialidades da área.

Respeitamos a legitimidade da reivindicação, porém discordamos da sua oportunidade. Nossa discordância se fundamenta no fato de que ainda não foram esgotados os recursos políticos e administrativos capazes de preservar a unidade e a grandeza do Estado de Goiás.

— Nesta oportunidade, fazemos um apelo ao ilustre Governador Iris Rezende e aos nossos companheiros de Partido para que juntos, fraternalmente, reunamos os nossos esforços em torno de uma ação política planejada e integrada à realidade do Norte.

— Se o problema é falta de recursos para promover o desenvolvimento dessa área, não acreditamos que sua obtenção se efetive com a subdivisão do Estado, mas sim através de um movimento político estruturado, forte e atuante. Em verdade, os governos federal e estadual, ao longo desses 20 anos, com raras exceções, não deram ao Norte de Goiás a atenção que ele merece e tem direito. Mas não seria mutilando o Estado de Goiás que iríamos

corrigir tais distorções. Ao contrário, enfraqueceríamos mais ainda a economia da nossa Unidade.

— É de se supor que os empreendimentos que vêm sendo implantados na região amazônica, tais como a exploração do minério de ferro de Carajás, a Usina de Tucuruí, a ALUMAR e, futuramente, a Usina de Santa Isabel, no Araguaia e outros em curso, refletindo, de maneira positiva, a curto prazo, sobre as economias dos Estados limítrofes, particularmente sobre a área mencionada no Projeto de Lei Complementar. Isto fortalece, ainda mais, a inoportunidade desse desmembramento.

— É preciso considerar, por outro lado, que embora a região Sul de Goiás apresente características geoeconômicas bem diferentes das do Norte, ambas se completam e se interligam política, social e economicamente.

— Se valesse a tese de que a área de um Estado, quando grande, pode impedir ou prejudicar seu desenvolvimento, certamente Sergipe e Alagoas seriam os estados mais desenvolvidos do País. Seguindo o mesmo raciocínio, o Projeto apresentado — que atinge uma área tão expressiva como a que se localiza ao norte do paralelo 13 — deveria, no mínimo, propiciar a criação não de um Estado, mas de dois. O argumento não serve, nem se justifica.

— Antes desse desmembramento — que consideramos medida extrema — devem ser usados todos os recursos governamentais até agora subutilizados. Além do mais, a criação do novo Estado impõe a participação de todos os segmentos da sociedade goiana diretamente envolvidos na questão.

O Sr. Gastão Müller — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

O SR. MAURO BORGES — Pois não.

O Sr. Gastão Müller — Senador Mauro Borges, não quero, absolutamente, intervir num problema tipicamente goiano, embora ele o seja brasileiro, mas quero dar o testemunho do meu Estado, que não foi dividido, foi desdobrado em dois. Temos que pensar que os Estados podem ser desdobrados em dois, no caso de Goiás também seria a mesma coisa, e para nós foi benéfico em todos os sentidos, o desdobramento de Mato Grosso em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. E foi com a maior vibração cívica que eu, como do velho Mato Grosso, o embrião inicial, vi a ascensão do eminente Senador José Fragelli, do Mato Grosso do Sul, à Presidência do Congresso Nacional. De modo que eu, pessoalmente, com a licença de V. Ex<sup>a</sup>, sou francamente favorável aos desdobramentos dos Estados brasileiros em vários outros Estados. Desde que haja a manutenção da unidade da Pátria, as divisões ou os desmembramentos dentro de um País, não atingem, absolutamente, a segurança nacional e o espírito nacional, o espírito brasileiro. E como outro exemplo, Senador Mauro Borges pode-se citar, os municípios. Se formos nesse raciocínio, não se criaria município, também. Quando um município ou um distrito chega a um tal estágio de desenvolvimento não tem mais sentido ficar dependendo do município de origem. É bem o caso dos nossos filhos, Senador Mauro Borges; nós os criamos — diz a voz popular — para o mundo e não para nós mesmos. De modo que, quando chega a um estágio de desenvolvimento uma região, ou que se quer precipitar o desenvolvimento dessa região, acho válida a idéia do desmembramento em dois estados federados do Brasil. Essa a minha opinião pessoal e com todo o respeito e admiração pela posição de V. Ex<sup>a</sup>, que é válida e tem o meu respeito, repito.

O SR. MAURO BORGES — Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> o esclarecedor aparte.

Mas pergunto a V. Ex<sup>a</sup>: qual era a região mais desenvolvida, o sul de Mato Grosso ou o norte?

O Sr. Gastão Müller — Desenvolvida economicamente o sul.

O SR. MAURO BORGES — Desenvolvida no sentido econômico social, maior produção de riqueza. Qual era a região, norte ou sul?

O Sr. Gastão Müller — O sul.

O SR. MAURO BORGES — Exatamente. V. Ex<sup>a</sup>, de certa forma, reforça os meus argumentos. O sul queria se separar porque, de certa forma, sentiu o peso; ele se achava, de certa forma, sustentando o norte. Aí é o contrário. V. Ex<sup>a</sup> viu, são 6,47% apenas da renda do Estado, daquela região, é a parte mais pobre que quer se separar da mais rica, na presunção de ter recursos doados pela União e não dos seus próprios recursos. Esta é a verdade. E eu estou fazendo um apelo à classe política do meu Estado, estou fazendo um apelo ao Governador, percebendo que o sentido é o da busca do progresso, porque não recebe do Estado de Goiás o que deveria. Então, que façamos, numa demonstração de apreço e de afeição ao povo do norte, uma demonstração de amor e de interesse, porque o que está havendo é o total desinteresse, o desprezo pelos interesses pelo próprio povo do norte, porque não se toma essas providências que seriam essenciais para a integração. Faça-se lá uma universidade, faça-se uma companhia de desenvolvimento, dê-se uma participação política e dentro de pouco tempo não se falaria mais em desmembramento. O que está ocorrendo é uma manifestação de uma gente ferida pelo desprezo do poder central de Goiás. (O Sr. Presidente faz acionar a campainha.)

O Sr. Gastão Müller — Nobre Senador Mauro Borges, não vou mais apartear-lo, porque seria impertinente, em virtude da premência do tempo.

O SR. MAURO BORGES — Muito obrigado.

Além desse desmembramento, que consideramos medida extrema, a emancipação do povo nordestino merece o nosso respeito, porém o novo Estado deve ser criado e organizado segundo critérios que impliquem em levantamento e planejamento realistas das atuais condições financeiras e econômicas dos municípios que irão integrá-lo. Isto pode ser e deve ser assim. Fora disto, não daremos começo de realidade a essa nova Unidade da Federação brasileira.

— Não se improvisa um Estado, por melhor que nos pareça a idéia do autor do Projeto. Há pré-requisitos a serem observados.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, a nova estrela precisa nascer do ideal comum, da unidade que resultará da sua integração e da concordância profunda dos seus interesses. Não podemos perder de vista a complexidade e dependência de uns problemas em relação aos restantes.

— Não se trata de fazer apenas uma grande arrumação político-administrativa, mas de introduzir-se no contexto de uma vasta e rica região uma verdadeira e profunda reforma política.

Ainda atendendo ao que falei há pouco, sobre a participação, vimos aqui o nosso Vice-Presidente se despedindo do Senado. Isto é uma deferência ao povo do Nordeste: a presença de um homem daquela região sofrida e carente de desenvolvimento. Mas o Governo deu uma satisfação à Região Nordeste, colocando um de seus filhos na Vice-Presidência da República. Isso é o que peço por Goiás, também, que se demonstre interesse e respeito por esta região subdesenvolvida.

— Eis por que achamos que é necessário desenvolver com fidelidade e sem acodamento a idéia da criação do novo Estado, aplicá-la com critério, propagá-la, vivê-la e fazê-la viver para termos um estado sem catástrofes político-administrativas. Neste sentido, não podemos esconder nem diminuir as dificuldades a serem superadas.

— No caso deste Projeto de Lei Complementar, podemos, em princípio, a título de contribuição, arrolar estes questionamentos:

— As Câmaras e as Prefeituras dos municípios atingidos foram ouvidas?

— As entidades de classe e/ou outras organizações representativas debateram a idéia e ofereceram suas sugestões?

— A Assembléia Estadual discutiu a matéria, a nível de participação do governo estadual e da sociedade em geral, equacionando e pesando os interesses em causa?

— Qual a participação que tiveram os órgãos como o Serviço Geográfico do Exército, a SEMA, o Conselho de Segurança Nacional, a SEPLAN, o IBGE, a Fundação Getúlio Vargas e tantos outros que direta ou indiretamente têm condições de ajudar no levantamento e na execução de providência de tamanha relevância?

— Do ponto de vista orçamentário, o novo Estado tem vida própria assegurada?

— A União tem condições de participar com recursos financeiros na estruturação do novo Estado?

Estas, Sr. Presidente, as ponderações que julgamos oportuno trazer à reflexão dos eminentes companheiros nesta Casa.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Martins Filho)** — Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa.)  
Aprovado.

**O Sr. Mauro Borges** — Sr. Presidente, peço verificação de votação.

**O SR. PRESIDENTE (Martins Filho)** — É evidente a falta de quorum.

A votação do requerimento fica adiada.

Em consequência, as demais matérias da Ordem do Dia, todas em fase de votação constituídas dos Requerimentos nºs 10/85 e 15/85; Projetos de Lei do Senado nºs 22/81, 26/79, 45/79, 2/80 e 18/80, ficam com a sua apreciação adiada para a próxima sessão ordinária, bem como o Projeto de Lei do Senado nº 51/80, por depender de votação do Requerimento nº 12/85.

**O SR. PRESIDENTE (Martins Filho)** — Item 12:

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da juridicidade, nos termos do art. 296, do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 320, de 1980, de autoria do Senador Pedro Simon, que revoga a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração, e dá outras providências, tendo

Parecer, sob nº 1.144, de 1981, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela injuridicidade.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação fica adiada por falta de quorum.

**O SR. PRESIDENTE (Martins Filho)** — Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Concedo a palavra ao nobre Senador Álvaro Dias.

**O SR. ÁLVARO DIAS (PMDB — PR.** Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

É dos fundamentos básicos da Nova República que ao Congresso caiba um papel mais ativo na formulação das políticas de Governo. Cumpre-nos, portanto, dar eficácia ao uso do espaço político-institucional que se abre, contribuindo ativamente para a agenda de políticas e para a colocação de alternativas de solução para os mais angustiantes problemas nacionais, não só no plano legislativo, como, através de normas programáticas, para induzir ações do próprio Poder Executivo.

É nesta linha que nós desejamos, ao longo desta legislatura, contribuir com proposições de variadas ordens, para o encaminhamento de questões sociais de mais alta relevância. Acreditamos que alternativas de políticas governamentais não podem emergir apenas dos gabinetes técnicos do Executivo. O Congresso é muito mais amplamente aberto à auscultação dos vários segmentos sociais, que têm interesses objetivos e legítimos no encaminhamento de medidas no campo social. E também, na medida em que se faz aberto e franco o debate, público por sua própria natureza, é o Congresso menos permeável às ações particularistas, à influência isolada e, às vezes forte, de lobbies empresariais e individuais.

Um fato de enorme repercussão de que não podemos alegar ignorância ou menoscabar, é que o Brasil sofreu um desequilibrado e perverso processo de urbanização concentradora. Menos pelos atrativos evidentes dos conglomerados urbanos, do que pela iníqua situação social e econômica a que foi relegado o campo. Menos pelas oportunidades de emprego e de salários dignos para o sustento familiar, do que pela espoliação selvagem do trabalho rural e pelo açambarcamento da terra em que viveu o pequeno produtor rural.

E aí temos, agravados e sob impasses dramáticos, os grandes problemas urbanos: a escassez de habitação popular, a especulação sobre o solo urbano, a deteriorização criminosa do meio ambiente, a saturação dos equipamentos urbanos e a vertiginosa queda de qualidade dos serviços essenciais à convivência e à sobrevivência das famílias citadinas. Até há pouco, julgava-se e reclamava-se de que isto se dava nos anômalos conglomerados metropolitanos: nas inúmeras favelas e encostas do Rio de Janeiro, nos tugúrios das baixadas fluminenses e santistas, nos arredores de Belo Horizonte, nos meandros da Grande São Paulo e nos alagados do Recife. Entretanto, são centenas, quase um milhão de prefeitos de cidades médias que hoje se vêem a braços com problemas semelhantes, à medida em que a população de suas comunas veio crescendo a ritmos superiores a 5 ou 6 por cento ao ano.

Estimativas preliminares antecipam que em 1990 o Brasil terá cerca de 81% de sua população vivendo em áreas urbanas. E isto significa nada menos de 124 milhões de seus pouco mais de 150 milhões de habitantes. Em nosso Estado — que tradicionalmente exerce uma função básica de suprimento agropecuário à economia nacional e, portanto, pode ser encarado como uma região de base rural — as perspectivas são semelhantes. Mesmo dependendo da força de trabalho situada no campo, prevê-se que, para o final da década, 70% dos paranaenses estarão vivendo em cidades. E mais, 60% dos habitantes urbanos estarão vivendo na Capital e nas cidades de médio porte do interior.

Ou seja, o **inchaço** urbano veio aumentando na década de setenta e tende a continuar aumentando nos anos oitenta. Sim, Senhores Senadores, não se trata de uma desejável urbanização que se associa a progresso e bem-estar ampliado. Boa parte do fenômeno é um efeito patológico das graves distorções impostas ao processo de desenvolvimento econômico e social de nosso País. Políticas agrícolas desastrosas, descaso absoluto para com a questão fundiária, omissão escandalosa para com a proteção e estímulo ao trabalhador e ao produtor rural e à sua família, impeliram vagas imensas de migrantes do campo para as cidades. Forçaram este crescimento de cinco ou seis por cento ao ano de nossas populações urbanas, quando o emprego urbano aumentava a apenas três ou quatro por cento ao ano, nos períodos de mais ilusório crescimento econômico. E mesmo após a descida da ladeira recessiva dos anos 81/84. Ou talvez até mais nesta última quadra.

Ademais, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a acumulação de problemas não pára aí. O crescimento urbano, graças às nefandas políticas habitacionais, de indiscriminados estímulos à incorporação imobiliária especulativa,

ao descalabro do sistema financeiro, levou à transformação do crescimento urbano em novas fontes de enriquecimento predatório. O Brasil é um dos exemplos de países em desenvolvimento onde as distorções fundiárias foram replicadas nas cidades, depois de terem sido agravadas no meio rural. O solo urbano, o espaço de moradia e de trabalho foi também discriminatoriamente monopolizado e levado a um avançado estágio de má utilização e ociosidade.

E isto não é nenhuma novidade, nem deve ser uma surpresa para ninguém. Em fins dos anos sessenta, o Governo Federal — inclusive durante a ocupação da Presidência por uma Junta Militar — já reconhecia a existência destes problemas e tinha consciência de que, em parte, eles se deviam às distorções das políticas habitacionais e de desenvolvimento urbano (ou à falta destas). Foi época em que o Ministério do Interior se dedicou, debilmente diga-se de passagem, a programas de desenvolvimento local integrado, procurou estimular a adoção de planos de desenvolvimento das cidades e iniciou um debate, logo abortado, sobre as questões de uso do solo urbano.

Reconhecia-se, então, há mais de quinze anos atrás, que o processo urbanizatório se dava em detrimento das condições básicas que determinam a qualidade da vida urbana. Com efeito, multiplicavam-se as fábricas, os escritórios, espalhavam-se as áreas comerciais e de serviços e as cidades viam espalhar-se desordenadamente a malha urbana. Valorizavam-se os lotes urbanos pela intensidade de seu uso econômico; mas também se inflacionavam seus valores de venda pela especulação desenfreada. E com isso as famílias de baixa renda iam sendo expulsas para os loteamentos periféricos, sem infra-estruturas decentes, ou para áreas insalubres incrustadas entre zonas industriais, de inflamáveis ou de tráfego intenso, às margens das rodovias ou das avenidas de escoamento de transporte pesado. Ou foram sendo tangidas para os verdadeiros guetos em que se transformaram os conjuntos habitacionais, financiados pelo BNH a título de moradia popular, mas na realidade, para locupletar incorporadoras gananciosas ou desviar para a construção civil a pressão do desemprego gerado em outros setores da economia.

Entre as muitas consequências danosas e perversas destas orientações, uma tem especial relevo. E queremos destacá-la para sugerir medidas concretas de correção. Trata-se da enorme distorção causada na distribuição do espaço de trabalho e de moradia do trabalhador. Impelido para as periferias — como eufemisticamente são hoje chamadas as áreas marginais das cidades — os trabalhadores e suas famílias distanciaram-se, cada vez mais, de seu local de trabalho. Consequentemente, veio em constante aumento a proporção do orçamento familiar que deve ser despendida em transportes.

E aí temos um duplo impacto da distância habitação-emprego: de um lado os longos percursos acarretam forçosamente o encarecimento dos serviços de transporte coletivo. E à medida em que estes custos acompanham os aumentos de preços dos produtos que utiliza, os salários se reajustaram a taxas menores, aumentando o ônus do transporte sobre os salários se reajustaram a taxas menores, aumentando o ônus lado, a insuficiência dos salários determinou que maior número de membros da família procurasse empregar-se; e isto implicou em multiplicar os gastos com transporte. Estima-se, por exemplo, que cerca de 4 a 6% do orçamento familiar dos trabalhadores é dispendido em transportes.

Os últimos Governos tentaram enfrentar estes problemas como sempre com soluções megalômanas e de efeitos a longo prazo, descurando a realidade cotidiana e urgente do cidadão. Metrô, trens suburbanos, minhocões, viadutos imensos, avenidas suntuosas. Ao mesmo tempo retiravam dos Governos Estaduais e das Municipalidades os meios mais elementares para dar conta de um problema que eles têm muito melhores condições de equacionar e enfrentar.



É o que influi, mais pesadamente, para atacar de pronto a questão são os custos de operação das múltiplas redes de transportes coletivo por ônibus. Até onde foi possível, muitas prefeituras avançaram através de negociações com as empresas concessionárias, de melhorias do sistema viário, de medidas técnicas para o planejamento de transportes urbanos. Mas persistem os problemas de custos de operação.

Como já mencionamos, há uma irredutível divergência entre o modo como crescem os custos de veículos, pneus, combustíveis, peças de reposição, serviços de manutenção e o modo como se reajustam os salários. Em consequência, as tarifas tendem a aumentar mais do que aumentam os salários. E mesmo os esforços por racionalizar e aumentar a produtividade dos sistemas de transportes não conseguem reduzir este desvio.

Estamos certos de que há medidas de fôlego muito amplo, demandando prazos mais longos de execução, que poderiam, alterando a tecnologia do transporte, oferecer soluções para uma parte deste problema. Entretanto, é necessário, é urgente, é inadiável, fazer algo a muito curto prazo. As inovações podem melhorar os serviços de aqui há muitos anos. Mas precisamos fazer algo para aliviar o orçamento do trabalhador de hoje, cujos salários estão tão terrivelmente deteriorados.

Nossa proposição é simples e acacianamente evidente. O que pressiona os custos dos transportes coletivos? Em primeiro lugar, obviamente, o custo de combustíveis, que responde por um quarto dos gastos de consumo da transportadora. Em seguida vêm as peças e pneus, que juntos perfazem 11,6% dos custos. E há duas incidências de encargos que elevam estas proporções de custos: as margens de comercialização entre o produtor e o usuário e a carga fiscal.

E o que se pode fazer, desde logo?

Todos sabemos que o componente principal do preço dos combustíveis e lubrificantes não é o custo industrial destes produtos, mesmo acrescidos da remuneração de capital do refinador. Mas sim o elenco de tributos e sobretaxas que incidem sobre o valor básico do produto e que engordam a arrecadação governamental.

Em escala menor, mas não menos importante, isto ocorre com pneus e peças e acessórios. Adquiridos nas distribuidoras autorizadas estes produtos têm pelo menos 40% de seu preço associados às margens de comercialização e cerca de 30% aos impostos que incidem sobre o produto e sobre sua comercialização.

Cálculos cuidadosos, preciosos, mostram que poderíamos obter reduções da ordem de 18 a 20% nas tarifas de transportes coletivos urbanos e suburbanos se conseguíssemos eliminar estas incidências sobre os custos básicos de combustíveis, pneus, peças e acessórios para os veículos destinados exclusivamente ao transporte coletivo.

E de um lado, bastaria isentar dos impostos e taxas respectivos os referidos produtos. Enquanto de outro se teriam racionalizações improntantes de operação, se as empresas, através de suas entidades representativas, oficialmente reconhecidas, pudessem adquirir estes insumos diretamente dos produtores: as refinarias e indústrias de pneumáticos e autopeças, através de centrais de compras que permitissem identificar e especificar a natureza das operações de compra e assegurar lisura nas isenções fiscais e no repasse destas vantagens ao usuário do transporte coletivo.

Nosso projeto prevê, ademais, que às Municipalidades seja atribuído o poder regulamentar para que este repasse seja assegurado e para que as negociações tarifárias sejam conduzidas em função estrita do interesse do cidadão.

Estou certo de que o texto do projeto é em si claro quanto às consequências e benefícios que pode acarretar para milhões de trabalhadores e cidadãos deste País, como estou certo de que o Congresso dará o andamento breve e urgente que a matéria requer, contribuindo para o bem-estar do brasileiro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Martins Filho)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

**O SR. NELSON CARNEIRO (PTB-RJ.** Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A inatividade de quem prestou serviço público em qualquer das esferas administrativas já é, em si mesma, um pesado ônus, pela redução dos liames sociais do inativo, obrigados a procurar novas relações que compensem aquelas obtidas em alguns decênios de trabalho.

Mas, além desse isolamento crescente, sofre o aposentado certas restrições patrimoniais, quando principalmente o Executivo, ainda hoje onipoderoso, legisla em detrimento dos aposentados.

Principalmente o problema da paridade de vencimentos com os funcionários em atividade não tem sido convenientemente equacionado, mediante o aumento puro e simples ou as gratificações a qualquer título, ressalvados apenas os cargos de chefia, quando aquela compensação da inatividade atingiria apenas os ex-ocupantes de tais cargos.

Trata-se de um problema tão importante quanto a extensão do décimo terceiro salário ao funcionalismo estatutário, quando há celetistas, nas autarquias, que percebem até deztoito salários por ano.

Outro problema contrário aos interesses dos inativos que ocupavam cargos de chefia e se aposentaram com mais de vinte e cinco anos de serviço é a incompatibilidade de direitos prevista no § 2º do art. 180, combinado com o art. 184, do Estatuto dos Funcionários Públicos da União, que impede a acumulação, na aposentadoria, da Função Gratificada, hoje DAS, com os vinte por cento de gratificação de fim de carreira.

Isso se constitui numa agressão ao direito ao prêmio de antiguidade aos trinta e cinco anos de serviço e tal vedação entra em desacordo com a justiça social e todos os seus reclamos.

Indaga-se se tal vedação tende a estimular o funcionário, quanto à ascensão funcional e dedicação ao serviço público durante tantos anos.

Assinale-se que a perda é do próprio Estado, com essa amputação de direitos, qualquer que seja o ângulo de visão do problema.

Problemas como esses não podem ser solucionados por nossa iniciativa, desde que a competência da matéria é exclusiva do Poder Executivo, nos termos do art. 57 da Constituição.

Esperamos que a Nova República encontre instrumentos legislativos mais urgentes, para restaurar a competência do Poder Legislativo, para que possamos equacionar esses problemas de interesses dos inativos e outros do funcionalismo em geral, dando-lhes as soluções mais consentâneas com os interesses e aspirações dessas classes.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Martins Filho)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

**O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PDS — SE.** Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), criada em 1983, se consolidou o ano passado, nos parâmetros das diretrizes norteadoras do seu desempenho, estabelecidas pela Ministra da Educação e Cultura, Prof. Esther de Figueiredo Ferraz.

É de justiça salientar que coube ao ilustre Prof. João Felício Scárdua uma grande responsabilidade no sentido de redimensionar e consolidar a FAE, à qual se dedicou com inextinguível zelo e despojada do paternalismo assistencialista, voltada para uma atuação pragmática, de natureza sócio-educativa e econômica.

Assim, desde o início de sua fecunda gestão, voltou-se Professor João Felício Sacárdua para o atendimento das

necessidades básicas do alunado carente da pré-escola e das escolas de 1º e 2º grau, através de ações desenvolvidas no sentido de ampliar as oportunidades de acesso à escola; de prover e melhorar a qualidade do ensino, com a consequente elevação dos índices de aproveitamento e rendimento escolar.

O Relatório do prof. João Felício Scárdua, relativo ao ano de 1984, condensou em termos quantitativos e gráficos, os resultados obtidos no que tange aos programas e despesas realizadas, principalmente no concernente ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (FNAE), destinado à suplementação das necessidades nutricionais do escolar durante o seu período de permanência na escola, para otimização da frequência escolar, durante o período letivo; e para melhoria do desempenho no processo ensino-aprendizagem.

Para execução desse Programa, contou a FAE, no exercício de 1984, com recursos da ordem de Cr\$ 272,0 bilhões o que correspondeu a 75,2% dos recursos globais. Deste total Cr\$ 246,8 bilhões de destinaram à aquisição de gêneros alimentícios, ou seja, 90,4% dos recursos alocados.

O restante, Cr\$ 26,0 bilhões, foi gasto com ações de apoio operacional do Programa, tais como controle de qualidade, armazenagem, transporte, taxa de administração da COBAL, e cooperação técnica.

Para o Programa Editorial de apoio didático-pedagógico aos professores e alunos da Rede oficial de Ensino, é da Rede Particular, através da divulgação, em caráter supletivo, de livros didáticos e paradidáticos, foram alocados recursos da ordem de Cr\$ 2,1 bilhões, representando 0,6% dos recursos orçamentários da FAE.

O Programa de Material Escolar — constituído de material de fabricação própria e aquisição de material escolar — absorveu Cr\$ 14,3 bilhões, abrangendo cadernos, blocos de rascunho, blocos de desenho, papel almaço, papel ofício, jogos pedagógicos, mapas, globos, slides, etc.

O Programa de Bolsas de Estudo para alunos da 5ª à 8ª séries do Ensino de 1º grau, em estabelecimentos particulares de ensino regular, onde a rede pública não absorve as demandas, absorveu recursos da ordem de Cr\$ 13,0 bilhões, sendo que, para o 1º grau, Cr\$ 4,9 bilhões, e, para o 2º grau, Cr\$ 7,4 bilhões, isto é, 3,3% do Orçamento Global da FAE.

Estas, e muitas outras informações valiosas se contêm no Relatório do Professor João Felício Scárdua, que deixamos de enumerar, a fim de não prolongar demasiado este pronunciamento que tem como finalidade, exclusivamente, valorizar uma instituição digna de apoio e enaltecer o excepcional desempenho do seu ilustre Presidente.

Eram estas as considerações que desejava formular, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Martins Filho)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Albano Franco.

**O SR. ALBANO FRANCO (PFL — SE.** Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Foi com grande e merecida alegria que o povo sergipano comemorou no último dia cinco de março a inauguração, pela PETROMISA, do Complexo Industrial de Taquari—Vassouras, obra pioneira no Hemisfério Sul, destinada à mineração e industrialização das imensas reservas de potássio que jazem no subsolo sergipano.

Além do fato histórico em si, a importância econômica desse empreendimento para o nosso País pode ser mensurada a partir de uma economia de divisas superior a 70 milhões de dólares anualmente, tendo em vista que as importações de cloreto de potássio atingem atualmente a casa de um milhão e setecentos e cinquenta mil toneladas por ano, implicando em gastos superiores a 200 milhões de dólares nas compras externas deste fertilizante indispensável ao aumento da produtividade da agricultura brasileira.

Dessa forma, o meu Estado, com o funcionamento dessa unidade produtora de potássio, irá proporcionar uma redução de 35% no volume das importações, na medida em que irá produzir, a partir deste ano, cerca de 600 mil toneladas/ano.

Do ponto de vista tecnológico a exploração do potássio sergipano contribuirá decisivamente para a criação de uma tecnologia nacional capaz de promover a exploração de jazimentos potássicos em outras regiões do País, notadamente na Amazônia, onde a própria PETROBRÁS Mineração encontrou expressivos depósitos de silvinita, na região de Fazendinha.

Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, tudo isto não seria possível se não fora a tenacidade administrativa e a competência profissional do Doutor Edilson Távora, Vice-Presidente da PETROMISA e responsável direto pela execução do Projeto Potássio em terras sergipanas. Coube a este grande brasileiro a tarefa de implantar um processo pioneiro de mineração altamente complexo, em vista das dificuldades geológicas de se extrair os sais evaporíticos a 500 metros de profundidade em camadas às vezes contendo aquíferos.

Portanto é meu dever, como representante do povo sergipano nesta Casa, externar ao Doutor Edilson Távora as congratulações mais efusivas pela inauguração do Complexo Industrial de Taquari—Vassouras.

Em termos de Sergipe os benefícios advindos da exploração e industrialização do potássio são por demais significativos. Além dos investimentos realizados que atingem a cifra de 250 milhões de dólares, o projeto ofertará cerca de 750 empregos diretos beneficiando indiretamente cerca de quatro mil pessoas, acarretando, desta forma, a elevação dos níveis de renda e emprego na economia estadual.

Um outro aspecto digno de menção é a plena possibilidade de se instalar um pólo de fertilizantes em Sergipe, isto devido à descoberta pela PETROMISA de ocorrências de enxofre nativo. Caso se comprove a viabilidade econômica de sua exploração poder-se-á cogitar da implantação de uma fábrica de ácido sulfúrico e com isto se produzirá fosfatos.

Assim, ter-se-á em uma única e privilegiada área os três macronutrientes indispensáveis ao desenvolvimento agrícola, ou seja, o potássio, os nitrogenados (uréia) — que Sergipe já produz — e, finalmente, os fosfatos com a produção de ácido sulfúrico e a importação de rochas fosfáticas.

Ainda como desdobramento natural da extração do potássio sergipano prevê-se a instalação de uma fábrica de barrilha com capacidade de 400 mil toneladas/ano a partir do aproveitamento do cloreto de sódio, cuja produção compulsória associada aos sais de potássio será de um milhão e quinhentas mil toneladas por ano. Vale ressaltar que para produzir barrilha, Sergipe possui reservas de calcário de excelente grau de pureza.

Vê-se, portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que o meu Estado, em que pese a sua diminuta área territorial, vem colaborando decisivamente com o desenvolvimento nacional a partir da exploração de suas riquezas minerais.

Devo, entretanto, lembrar mais uma vez desta tribuna, a necessidade imperiosa de iniciar imediatamente a construção do porto de Sergipe sob pena de se comprometer irremediavelmente o processo de industrialização ora em ritmo acelerado, no Estado.

Na verdade, passos importantes já foram dados na administração do Governador Augusto Franco tais como a construção da rodovia de acesso, a elaboração do projeto básico de engenharia e a aquisição da área visando as obras em terra.

Resta apenas o apoio decisivo do Governo Federal, através do Ministério dos Transportes, para que as obras em mar aberto sejam iniciadas. Neste sentido, devo alertar as autoridades sergipanas para a participação da PETROBRÁS no processo de construção, tendo em vis-

ta que esta empresa estatal é quem deverá assumir os encargos técnicos e financeiros pela sua própria natureza de entidade executora da política portuária nacional.

Devo ainda acrescentar que como Presidente da Confederação Nacional da Indústria e Senador por Sergipe fiz passar às mãos do então candidato à Presidência da República, Doutor Tancredo Neves, documento técnico enfatizando a necessidade urgente de se construir o porto sergipano a fim de viabilizar o escoamento de aproximadamente um milhão e oitocentas mil toneladas de carga a ser movimentada em curto e médio prazos.

Estou convencido que o Presidente Tancredo Neves e seu Ministro dos Transportes, Doutor Afonso Camargo, concederão prioridade à construção do terminal portuário de Sergipe por tratar-se de uma obra não apenas importante para o Estado de Sergipe, mas para o Nordeste e, por via de consequência, para o Brasil.

Muito obrigado! (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Martins Filho)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Alberto.

**O SR. CARLOS ALBERTO (PDS — RN. Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A recente decisão do Tribunal Federal de Recursos, resgatando, em termos que esperamos definitivos, o princípio da equivalência salarial — e devolvendo a milhões de mutuários a convicção de que o sonho da casa própria não é um pesadelo — merece nossos aplausos. Tratou-se de decisão soberana, justa e absolutamente dentro do espírito da lei. A partir dela, retoma nossa política habitacional o sentido social que a inspirou e que, de resto, justificou a criação do Banco Nacional de Habitação.

Por isso mesmo, causaram-nos estranheza e repulsa as infelizes declarações do atual presidente do BNH, Sr. Nelson da Matta, questionando a decisão judicial e considerando-a desastrosa. Além da inadequação dos termos com que se referiu à Justiça — o que já bastaria para censurá-lo — registre-se a espantosa demonstração de insensibilidade dada por aquele funcionário.

Se o BNH, hoje, está inadimplente, certamente, a culpa não é dos mutuários. Muito menos do sistema — que, em sua concepção, é perfeitamente lógico e adequado. A falha, segundo dados que me fornecem empresários e técnicos do setor, decorre de falhas puramente administrativas. Mais especificamente, da atual administração. Não são poucas as denúncias de irregularidades que nos chegam. Alguns jornais — como a Tribuna da Imprensa, do Rio de Janeiro — chegaram a registrá-las com abundância de dados. E, curiosamente, não houve — pelo menos as ignoro — manifestações de defesa dos acusados.

O princípio da equivalência salarial — pelo qual os financiamentos são fixados a partir de uma prestação que não ultrapasse 20% do salário do mutuário — é perfeitamente lógico e justo. E foi subvertido pela atual administração. Hoje, há milhares de situações esdrúxulas. Há mutuários cujas prestações ultrapassam mesmo os seus salários. A consequência é óbvia: o nível de inadimplência tornou-se insuportável e, a rigor, já desmantelou o sistema.

Diz o Sr. Nelson da Matta que, se a decisão judicial for cumprida — o que dá a entender que ela pode ser descumprida, o que é um absurdo — o BNH vai à falência. Isto é, os mutuários terão mesmo de pagar pelos erros que não cometeram. E os que os cometeram continuarão tranquilos e prestigiados.

Essa, pelo menos, é a impressão que se tem diante do noticiário da imprensa que atribui ao novo Governo a disposição de conservar à frente do BNH o mesmo Sr. Nelson da Matta. E ainda: que tal pleito atenderia a reivindicações obstinadas do Governador de Pernambuco, Sr. Roberto Magalhães. Causa-me estranheza tal informação. Primeiro, porque o Sr. Roberto Magalhães foi um dos que, com maior veemência, assumiu em praça

pública o compromisso com as mudanças. E mudanças há.

Ora, se há um setor que inspira reivindicações de mudanças — e mudanças já — este é, sem dúvida, o Banco Nacional de Habitação. E as mudanças — frise-se — referem-se não aos princípios que nortearam sua criação, mas, sim, aos métodos consagrados pela desastrosa administração do Sr. Nelson da Matta.

Chegam-nos informações preocupantes, através do noticiário da imprensa, que, na circunstância de não ser viável a permanência do Sr. Nelson da Matta — dada a sua notória inaptidão para a função e a consequente antipatia que angariou — a “Nova República” cogita de nomear para a função um preposto seu, o Sr. José Maria Aragão. Por trás desse pleito, estaria, mais uma vez, o Governador de Pernambuco, Roberto Magalhães, cuja atuação política e reputação ilibada me fazem descrever nessa informação.

O BNH deve ser entregue a alguém que, no ramo, tenha-se notabilizado justamente por sua visão social. Está aí o novo Ministro da Habitação, Sr. Flávio Peixoto, homem que se consagrou na promoção de mutirões, que, em tempo recorde, produziram milhares de habitações, a custos acessíveis ao homem do povo.

Porque não colocar à frente do BNH alguém com postura idêntica, afastando de vez os tecnocratas estereótipos, que, ao invés de servir a sociedade, preferem usá-la para cobrir seus rombos contábeis?

A Federação Nacional dos Mutuários, comandada por Jó Resende, está de parabéns. Fez valer seus direitos e deve levar sua luta às últimas consequências. Hipotecamos-lhe nosso modesto apoio e nos colocamos a seu dispor. Esperamos que o Supremo Tribunal Federal — a cuja instância recorreu o Presidente do BNH — mantenha a sentença do TRF, dando assim o primeiro passo concreto no rumo das mudanças prometidas pela Nova República do Presidente Tancredo Neves.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Martins Filho)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Helvídio Nunes.

**O SR. HELVÍDIO NUNES (PDS — PI. Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Senadores, no momento em que, a partir do Presidente da República, se operam profundas mudanças nos quadros governamentais do País, a par dos votos de profluo desempenho que formulo aos que entram, desejo homenagear a um dos que saem, através do registro nos anais da Casa da brilhante atuação do meu conterrâneo, nascido em Amarante, Dr. Eduardo de Castro Neiva, à frente da Vice-Presidência de Relações Internacionais do Banco do Brasil.

Ingressando em nosso principal estabelecimento de crédito nos idos de 1942, iniciou sua carreira bancária em Floriano, no Piauí.

Logo de início, destacou-se pela eficiente atuação no campo creditício e financeiro, como ainda pela extraordinária facilidade no aprendizado de línguas, pendor que lhe valeu o completo domínio dos idiomas espanhol, francês, inglês, italiano, alemão, russo, árabe e japonês.

Mais tarde, graças ao elevado conceito funcional, à capacidade de trabalho demonstrada e aos conhecimentos especializados que revelou, Eduardo Neiva serviu como Gerente das filiais em Londres e Buenos Aires e chegou ao cobiçado posto de Gerente da Carteira de Câmbio do Banco do Brasil.

Após a conquista da aposentadoria por tempo de serviço, o Governo do Presidente Figueiredo reclamou os seus serviços para desempenhar as funções de Vice-Presidente de Relações Internacionais da instituição.

Nestas funções, criou e instalou inúmeras agências no exterior, do Japão à Austrália, de Nassau a Hong Kong.

Ao deixar a Vice-Presidência, as agências do exterior contribuíram com a parcela de Cr\$ 447 bilhões do lucro líquido de Cr\$ 1,8 trilhão apresentado pelo Banco do

Brasil no exercício de 1984, resultado superavitário que representa um acréscimo de 368% em relação a 1983.

Por tudo isso, quero em meu nome e em nome do Estado do Piauí, que represento nesta Casa, enviar a Eduardo Neiva calorosos cumprimentos pelos relevantes serviços que prestou, por intermédio do Banco do Brasil, ao País, e dizer-lhe que os piauienses acompanhamos as suas vitórias e exaltamos o seu fecundo trabalho.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Martins Filho)** — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a sessão extraordinária das 18 horas e 30 minutos, anteriormente convocada, a seguinte

## ORDEM DO DIA

1

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 212, de 1981, de autoria do Senador Pedro Simon, que dispõe sobre a competência da Justiça do Trabalho para conciliar e julgar dissídios oriundos das relações de trabalho entre trabalhadores avulsos e seus tomadores de serviço, tendo

**Pareceres**, sob nºs 700 e 701, de 1982, das Comissões: — de Constituição e Justiça, pela Constitucionalidade, Juridicidade, e, quanto ao mérito, favorável; e — de Legislação Social, Favorável.

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 147, de 1982, de autoria do Senador Itamar Franco, que isenta de qualquer tributação os proventos da aposentadoria e dá outras providências, tendo

**Pareceres**, sob nºs 7 e 8, de 1984, das Comissões: — de Constituição e Justiça, pela Constitucionalidade e Juridicidade; e — de Finanças, Favorável.

**O SR. PRESIDENTE (Martins Filho)** — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 30 minutos.)

## Ata da 14ª Sessão, em 14 de março de 1985

### 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

#### — EXTRAORDINÁRIA — Presidência do Sr. Martins Filho

#### ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hêlio Gueiros — Alexandre Costa — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Morvan Acayaba — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Henrique Santillo — Mauro Borges — Benedito Canelas — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Álvaro Dias — Encas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

**O SR. PRESIDENTE (Martins Filho)** — A lista de presença acusa o comparecimento de 65 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos. Sobre a mesa, projeto de lei que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 19, DE 1985

##### COMPLEMENTAR

**Cria o Estado de Brasília, e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

##### CAPÍTULO I

##### Da criação do Estado de Brasília

Art. 1º Fica criado o Estado de Brasília, pelo desmembramento de parte da área do Distrito Federal.

Parágrafo único. A cidade de Taguatinga será a capital do Estado de Brasília.

Art. 2º A parte desmembrada que, nos termos do art. 1º, constitui o Estado de Brasília, é a que se refere o art. 1º da Lei nº 2.874, de 19 de setembro de 1956, com exclusão da abrangida pela Região Administrativa I (RAI) denominada Brasília, onde permanecerá a sede do Distrito Federal, Capital do Brasil.

§ 1º Os novos limites do Distrito Federal serão demarcados por Comissão designada pelo Presidente da República, e fixados mediante decreto do Poder Executivo.

§ 2º A Comissão a que se refere o parágrafo anterior será constituída no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta lei e, a partir de sua constituição, terá o prazo de 90 (noventa) dias para conclusão de seus trabalhos.

Art. 3º Constituem municípios do Estado de Brasília as cidades-satélites do Gama, Taguatinga, Brazlândia, Sobradinho e Planaltina, compreendidas pelas Regiões Administrativas II, III, IV, V e VI do atual Distrito Federal.

Parágrafo único. A destinação das Regiões Administrativas VII (Paranoá) e VIII (Jardim) do atual Distrito Federal será estabelecida na Constituição do Estado de Brasília.

#### CAPÍTULO II

##### Dos Poderes Públicos

##### SEÇÃO I

##### Da Assembléia Constituinte e do Poder Legislativo

Art. 4º Os Deputados à Assembléia Constituinte do Estado de Brasília serão eleitos em 15 de novembro de 1986 e empossados no dia 5 de janeiro de 1987, data esta em que será instalada a Assembléia Constituinte.

§ 1º A Assembléia Constituinte terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados de sua instalação, para elaborar e promulgar a constituição do Estado, sem prejuízo do exercício cumulativo das competências como Poder Legislativo Ordinário.

§ 2º Promulgada a Constituição, a Assembléia Constituinte continuará a exercer unicamente as competências atribuídas ao Poder Legislativo ordinário.

§ 3º O número de Deputados à Assembléia Constituinte será fixado em conformidade com o disposto na Constituição Federal, para a composição das Assembleias Legislativas.

§ 4º A sessão de instalação da Assembléia Constituinte, com a posse de seu Presidente, será presidida pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

Art. 5º Nas eleições gerais de 15 de novembro de 1986, serão eleitos o Governador do Estado, os Senadores, os Deputados Federais, os Deputados Estaduais, os Prefeitos e os Vereadores às Câmaras Municipais.

Parágrafo único. Os dois Senadores mais votados terão mandato de oito anos.

#### SEÇÃO II

##### Do Poder Executivo

Art. 6º O Presidente da República, no prazo de 30 (trinta) dias contados da vigência desta Lei Complementar e na forma do disposto no art. 4º da Lei Complementar nº 20, de 1º de julho de 1974, nomeará o Governador do Estado de Brasília, para o período que se encerrará com o do mandato dos governadores dos demais Estados, eleitos a 15 de novembro de 1982.

§ 1º O Governador nomeado tomará posse perante o Ministro da Justiça, no prazo de 30 (trinta) dias contados do ato da sua nomeação.

§ 2º O Governador nomeado somente poderá baixar decretos sobre matérias de competência exclusiva do Poder Executivo.

Art. 7º Até que se estabeleça a organização e funcionamento dos serviços administrativos do Estado de Brasília, permanecerão em atividade os atualmente desempenhados pelo complexo administrativo do Distrito Federal, sem ônus para o novo Estado.

Parágrafo Único. O Governador nomeado designará comissão composta de 1 (um) representante da União, que a presidirá, indicado pelo Presidente da República, de 1 (um) representante do Distrito Federal e de 1 (um) representante do Estado de Brasília, com a finalidade de elaborar os atos de organização administrativa do Estado de Brasília, e os referentes às normas de execução e funcionamento dos respectivos serviços públicos.

Art. 8º Até que se verifique a posse dos Prefeitos a serem eleitos em 15 de novembro de 1986, ao Governador nomeado caberá prover os cargos de Prefeito da Capital e dos Municípios referidos no art. 3º.

Art. 9º Até que a lei disponha sobre a estruturação das Polícias Militar e Civil do Estado de Brasília, os ser-

viços de segurança e policiamento continuarão a ser prestados pelas Polícias Civil e Militar do atual Distrito Federal, abrangidos, nessa norma, os relativos ao trânsito, sem qualquer ônus para o Estado de Brasília.

**Parágrafo Único.** O pessoal que integra os órgãos do Distrito Federal, referidos neste artigo, poderão optar pelo seu aproveitamento nos respectivos quadros das Polícias Militar e Civil, sem prejuízo de seus direitos e vantagens.

### SEÇÃO III

#### Do Poder Judiciário

Art. 10. O Poder Judiciário do Estado de Brasília será exercido pelo Tribunal de Justiça, ora criado, por seus Juizes de Direito e Tribunais do Júri, com a colaboração dos órgãos auxiliares instituídos em lei, observadas as normas do art. 144 da Constituição Federal e as insertas na Constituição do Estado de Brasília.

Art. 11. O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Brasília providenciará sobre a instalação do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Brasília.

Art. 12. Até que entre em funcionamento o Tribunal de Justiça do Estado de Brasília, fica mantida a jurisdição da Justiça do Distrito Federal, bem assim a do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal.

**Parágrafo Único.** Estende-se ao Estado de Brasília a jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região e respectivas Juntas de Conciliação e Julgamento, bem assim a das Justiças Federal e Militar, com sede no Distrito Federal.

### SEÇÃO IV

#### Do Ministério Público

Art. 13. O Ministério Público do Estado de Brasília será organizado na forma prevista na Constituição do Estado e na Lei Complementar nº 40, de 14 de dezembro de 1981.

**Parágrafo Único.** Até que seja organizado o Ministério Público do Estado, as suas competências serão exercidas pelo Ministério Público do Distrito Federal.

### CAPÍTULO III

#### Do Patrimônio, Dos Serviços Públicos e do Pessoal

##### SEÇÃO I

Art. 14. Ficam transferidos ao Estado de Brasília o domínio, a posse e a administração dos seguintes bens:

I — As terras pertencentes ao Distrito Federal, desmembradas para constituírem o Estado de Brasília;

II — Os bens móveis e imóveis pertencentes ao Distrito Federal, situados no território desmembrado para constituir o Estado de Brasília, que forem julgados indispensáveis ao uso de sua administração;

III — Os direitos, obrigações e rendas decorrentes dos bens referidos nos itens I e II, bem assim os relativos a impostos, taxas e contribuições arrecadados no território desmembrado.

Art. 15. Os bens e serviços pertencentes às empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações do Distrito Federal, continuarão funcionando no Estado de Brasília, mediante convênio e na forma da legislação vigente.

Art. 16. Sem prejuízo de seus direitos e vantagens, ficarão à disposição do Estado de Brasília os servidores do Distrito Federal que estejam prestando serviços nos órgãos situados nas Regiões Administrativas desmembradas para a Constituição do Novo Estado, os quais continuarão a ser remunerados pelo Governo do Distrito Federal.

**Parágrafo Único.** Estruturado o Quadro de Pessoal do Estado de Brasília, os servidores a que se refere este

artigo e os da União, em exercício no território desmembrado para formar o Novo Estado, poderão optar pela inclusão no referido Quadro.

### CAPÍTULO IV

#### Do Orçamento e Da Fiscalização Financeira

##### SEÇÃO ÚNICA

Art. 17. As despesas previstas no orçamento do Estado de Brasília, para os exercícios de 1986 a 1987, serão custeadas por créditos concedidos pela União, de acordo com a proposta a ser encaminhada pelo Governador, sem prejuízo dos encargos da União e do Distrito Federal, relacionados com os serviços sob sua responsabilidade, nos termos desta Lei Complementar.

Art. 18. Até que seja instalado o Tribunal de Contas do Estado de Brasília, fica mantida, em sua plenitude, no território do Novo Estado, a jurisdição do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Art. 19. As despesas com proventos de inatividade e pensões de pessoal do Distrito Federal, existente até a data da implantação do Quadro de Pessoal do Estado de Brasília, continuarão a cargo da União.

Art. 20. O Poder Executivo Federal instituirá, a partir da vigência desta Lei Complementar, programa especial de desenvolvimento para o Estado de Brasília, com duração mínima de cinco anos.

**Parágrafo Único.** Os recursos para o programa referido neste artigo constarão dos orçamentos da União.

Art. 21. Ficam assegurados ao Estado de Brasília os recursos do FUNDEF (Fundação de Desenvolvimento do Distrito Federal), para aplicação nos projetos nas áreas de saneamento básico, educação, transportes, energia, segurança pública, abastecimento, agricultura, urbanização, habitação, assistência social e lazer.

### CAPÍTULO V

#### Das Disposições Especiais e Transitórias

Art. 22. Fica criada a Universidade Federal do Estado de Brasília, a qual será organizada, instalada e mantida pela União.

Art. 23. Aplicar-se-á ao Estado de Brasília a legislação vigente para o Distrito Federal, até que seja substituída pela legislação específica do Estado.

Art. 24. Poderão concorrer a cargos eletivos do Estado de Brasília, nas eleições gerais de 15 de novembro de 1986, os eleitores inscritos no Distrito Federal, até seis meses antes das referidas eleições gerais, e que estejam filiados a Partidos Políticos.

Art. 25. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, no Orçamento da União — Ministério da Justiça, crédito especial até o limite de Cr\$ 20.000.000.000 (vinte bilhões de cruzeiros) destinado a atender despesas com a instalação do Estado de Brasília e demais providências relacionadas com a execução desta Lei Complementar.

Art. 26. Esta Lei Complementar entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 27. Revogam-se as disposições em contrário.

#### Justificação

Completam-se, no próximo mês, vinte e cinco anos de inauguração da NOVA CAPITAL, tempo suficiente para que se possa avaliar se os motivos que induziram à sua implantação e consequente transferência da sede dos Poderes da República para o Planalto Central produziram os frutos esperados.

A efetiva ocupação de mais da metade do território nacional para onde foram trazidos dos benefícios materiais do processo civilizatório, iniciado com a chegada do Primeiro Governador Geral — mantido, todavia, predominantemente, ao longo do litoral, implantada a "civilização carangueijo" a que se referia Frei Vicente do Salvador, fazendo com que muitos dos nossos políticos vissem à beira do Atlântico, de costas para o interior do

País, na crítica de cronistas contemporâneos — esse processo, não obstante, aqui deverá prosseguir.

Mesmo que se pretenda minimizar os resultados, como procuram fazer alguns, atribuindo-os ao progresso dos meios de transporte e à ação dos governos revolucionários, não se poderá desprezar a circunstância, constante na vida política brasileira, de tudo gravitar na órbita do Poder Público.

As regiões onde se situam as Capitais muitas vezes se apresentam como o único pólo, nem sempre dinâmico, de alguns Estados, exercendo atração sobre os que migram em busca de mudanças ou dos que procuram o ócio com dignidade.

O processo de metropolização que sofre o país, com o crescimento das grandes cidades, principalmente das Capitais e suas áreas de dominância, não deixaria à margem o Distrito Federal, onde cresce, ativa e participante, a primeira geração de brasilienses, presente nos centros universitários e no mercado de trabalho.

Os adultos, que até 1961 participaram da eleição do Presidente da República e que, durante longo período se viram excluídos da participação política, estão a reclamar que o exercício da cidadania se concretize na sua plenitude, que é o gozo efetivo do direito de votar e ser votado.

Por que negar-se ao eleitor do Distrito Federal o direito de se realizar politicamente, a ele a quem se impõe a obrigatoriedade do alistamento?

Dir-se-á que outra razão induziu à mudança da Capital do País, qual seja a de retirar o Presidente da República do centro de pressões que foi outrora a cidade do Rio de Janeiro, próxima de outro núcleo pressurizador que é São Paulo.

Os acontecimentos políticos que se desenrolaram desde 1961, logo após a mudança, contrariam todo os argumentos nesse sentido. Os interesses sediados no eixo Rio — São Paulo continuaram a conduzir os acontecimentos, contando, já agora, com a colaboração de Goiás, cuja influência começa a emergir atuante.

Concessões estão sendo feitas a eleitores de outros Estados, que participam eleitoralmente a partir do Distrito Federal, contemplados pelo eleitor inscrito em Brasília, aos milhares, para nenhum fim outro que não seja estatístico. Entretanto, a contemplação deixou a ser estática; dinamiza-se em permanente reclamo — **que lhe deem votar de ser votado.**

Indaga-se, não obstante: como conciliar os interesses da Capital da União, onde estão situados os Poderes da República, de trabalho e residência tranquilos, sem o inconveniente das pressões e das agitações, com interesses outros, de grupos ou instituições de variada caracterização?

Problemas diversos, distantes do dia-a-dia de qualquer cidadão, presentes, todavia, aos responsáveis pelo funcionamento e preservação da máquina do Estado, fazem com que o atendimento das reivindicações seja precedido da necessária cautela.

O Estado é o poder político. E a participação no poder político há de ser condicionada a um processo de equilíbrio no interesse das partes. O Governo é do povo. Mas os interesses do povo são administrados pelo Governo, que dispõe de uma visão mais ampla dos interesses que administra, interesses da Nação.

Os interesses de uma determinada parcela do povo são localizados; os interesses da Nação são amplos, abrangentes. São os interesses da Nação que aconselham que a sede do Governo da União, a Capital da República, seja preservada dos problemas que envolvem uma disputa eleitoral, principalmente como a que se anuncia para Brasília, de expressiva intensidade.

Para harmonizar os interesses, do Governo e do povo, na busca de um equilíbrio que deve ser preservado, é que se propõe a criação do Estado de Brasília, pelo desmembramento do Distrito Federal e formado pelo território onde se localizam as Regiões Administrativas, que

não a de Brasília (RAI), que sediará o Distrito Federal como capital da União (art. 2º da Constituição).

O projeto que apresentamos concede ao eleitor inscrito no Distrito Federal o direito de votar e ser votado no Estado de Brasília, e estabelece as diretrizes que deverão ser seguidas para a viabilização do novo Estado.

É um projeto politicamente aberto, sem restrições elitistas, possibilitando a eleição de Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais, Governador, Prefeitos e Vereadores, pois prevê a transformação em Municípios das Regiões Administrativas do Distrito Federal, excetuando a de Brasília, bem como os meios de que disporá o novo Estado para a sua sobrevivência político-administrativa. Os habitantes do Distrito Federal deverão de meditar sobre os motivos que inspiraram a apresentação deste projeto, compreendendo que os seus interesses serão atendidos, pois a participação política na Sala das sessões, 14 de março de 1985. — **Odacir Soares.**

#### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 2.874, DE 19 DE SETEMBRO DE 1956

Dispõe sobre a mudança da Capital Federal e dá outras providências.

#### CAPÍTULO I

Art. 1º A Capital Federal do Brasil, a que se refere o art. 4º do Ato das Disposições Transitórias da Constituição de 18 de setembro de 1946, será localizada na região do Planalto Central, para esse fim escolhida, na área que constituirá o futuro Distrito Federal circunscrita pela seguinte linha:

Começa no ponto da Lat. 15º 30'S e long. 48º 12'W. Green. Desse ponto, segue para leste pelo paralelo de 15º 30'S até encontrar o meridiano de 47º e 25'W. Green. Desse ponto segue o mesmo meridiano de 47º e 25'W. Green, para o Sul até o Talweg do Córrego de S. Rita, afluente da margem direita do Rio Preto. Daí pelo Talweg do citado córrego S. Rita, até a confluência deste com o Rio Preto, logo a jusante da Lagoa Feia. Da confluência do córrego S. Rita com o Rio Preto, segue pelo Talweg deste último, na direção Sul, até cruzar o paralelo de 16º 03' S. Daí, pelo paralelo 16º 03' na direção Oeste, até encontrar o Talweg do Rio Descoberto. Daí para o norte, pelo Talweg do Rio Descoberto, até encontrar o meridiano de 48º 12' W. Green. Daí para o Norte pelo meridiano de 48º 12' W. Green, até encontrar o paralelo de 15º 30' Sul, fechando o perímetro.

#### LEI COMPLEMENTAR Nº 20

DE 1 DE JULHO DE 1974

Dispõe sobre a criação de Estados e Territórios.

Art. 4º Durante o prazo estabelecido na Lei Complementar, nos termos do artigo 3º, item II, o Presidente da República nomeará o Governador do novo Estado, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de reputação ilibada.

§ 1º O Governador nomeado na forma do caput deste artigo será demissível *ad nutum*; e, em casos de impedimento, o Presidente da República designar-lhe-á substituto.

§ 2º O Governador tomará posse perante o Ministro de Estado da Justiça.

#### LEI COMPLEMENTAR Nº 40, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1981

Estabelece normas gerais a serem adotadas na Organização do Ministério Público estadual.

(*As Comissões de Constituição e Justiça, de Serviço Público Civil, do Distrito Federal e de Finanças.*)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — O projeto lido será publicado e remetido às comissões competentes.

Sobre a mesa requerimentos que vão ser lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidos os seguintes

#### REQUERIMENTO Nº 28, DE 1985

Requeremos urgência, nos termos do art. 371, alínea b, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei do Senado nº 139, de 1984, que revoga o Decreto-lei nº 1.541, de 14 de abril de 1977. (Lei das Sublegendas).

Sala das Sessões, 14 de março de 1985. — Nelson Carneiro, Aloysio Chaves, Fábio Lucena.

#### REQUERIMENTO Nº 29, DE 1985

Requeremos urgência nos termos do art. 371, alínea b, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei do Senado nº 14, de 1979.

Sala das Sessões, 14 de março de 1985. — Carlos Chiarelli, Nelson Carneiro, Aloysio Chaves, Roberto Saturnino, Humberto Lucena.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Os requerimentos que vêm de ser lidos serão votados após a Ordem do Dia nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Passa-se à

#### ORDEM DO DIA

##### Item 1:

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 212, de 1981, de autoria do Senador Pedro Simon, que dispõe sobre a competência da Justiça do Trabalho para conciliar e julgar dissídios oriundos das relações de trabalho entre trabalhadores avulsos e seus tomadores de serviço, tendo

Pareceres, sob nºs 700 e 701, de 1982, das Comissões:

— De Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade, e, quanto ao mérito, favorável;

— De Legislação Social, favorável.

Em discussão o projeto. (Pausa.)  
Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)  
Aprovado.

A matéria voltará oportunamente à Ordem do Dia para o segundo turno regimental.

É o seguinte o projeto aprovado

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 212, DE 1981

Dispõe sobre a competência da Justiça do Trabalho para conciliar e julgar dissídios oriundos das relações de trabalho entre trabalhadores avulsos e seus tomadores de serviço

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 643 da Consolidação das Leis do Trabalho, Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

#### TÍTULO VIII

#### Da Justiça do Trabalho

#### CAPÍTULO I

#### Introdução

“Art. 643. Os dissídios oriundos das relações entre empregados e empregadores, bem como de trabalhadores avulsos e seus tomadores de serviços, em atividades reguladas na legislação social, serão dirimidos pela Justiça do Trabalho, de acordo com o presente título e na forma estabelecida pelo processo judiciário do trabalho.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Item 2:

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 147, de 1982, de autoria do Senador Itamar Franco, que isenta de qualquer tributação os proventos da aposentadoria e dá outras providências, tendo

Pareceres, sob nºs 7 e 8, de 1984, das Comissões:  
— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de Finanças, favorável.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto voltará oportunamente à Ordem do Dia para o segundo turno regimental.

É o seguinte o projeto aprovado.

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 147, DE 1982

Isenta de qualquer tributação os proventos da aposentadoria, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As importâncias recebidas em dinheiro, por pessoa física, a título de pensão ou aposentadoria são isentas de qualquer tributação, contribuição ou outra arrecadação compulsória promovida pela administração pública direta ou indireta.

Art. 2º A remuneração proveniente de trabalho assalariado até a quantia equivalente a 100 (cem) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional não poderá ser objeto de retenção na fonte a título de antecipação de recolhimento de tributo de qualquer natureza.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se aos honorários percebidos por profissional autônomo e demais rendimentos de trabalho sem vínculo empregatício.

Art. 3º As restituições devidas pela Receita Federal aos contribuintes que houverem sofrido retenção na fonte serão corrigidas monetariamente quando não efetua-



das no prazo de 30 (trinta) dias contados da entrega da declaração de renda.

Parágrafo único. Ocorrendo a hipótese prevista neste artigo, o interessado comunicará o fato à Delegacia regional do Ministério da Fazenda que instaurará imediatamente inquérito administrativo para apurar responsabilidades.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º São revogadas as disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE (Martins Filho)** — Passa-se agora à apreciação do requerimento de urgência, lido no Expediente, para a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 139, de 1984.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. PRESIDENTE (Martins Filho)** — A matéria depende, para sua apreciação, de parecer da Comissão de Redação. Uma vez que até o presente momento não foram compostas as comissões permanentes da Casa, a Presidência, não havendo objeção do Plenário, irá aplicar, para designação do relator, o disposto no art. 90, § 1º, do Regimento Interno, a fim de não prejudicar a instrução da matéria e sua apreciação em regime de urgência já aprovado.

Designo o nobre Senador Saldanha Derzi para proferir o parecer da Comissão de Redação.

**O SR. SALDANHA DERZI (PMDB — MS.** Para emitir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A Comissão apresenta a redação final do projeto de Lei do Senado nº 139, de 1984, que revoga o Decreto-lei nº 1.541, de 14 de abril de 1977 (Lei das Sublegendas).

#### ANEXO AO PARECER

**Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 139, de 1984, que revoga o Decreto-lei nº 1.541, de 14 de abril de 1977 (Lei das Sublegendas).**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É revogado o Decreto-lei nº 1.541, de 14 de abril de 1977.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE (Martins Filho)** — A Comissão de Redação conclui seu parecer pela apresentação da redação final do Projeto de lei do Senado nº 139, de 1984, que revoga o Decreto-lei nº 1.541, de 14 de abril de 1977, Lei das Sublegendas.

Completada a instrução da matéria, passa-se à discussão da redação final.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam a redação final queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE (Martins Filho)** — Passa-se agora à apreciação do requerimento de urgência, lido no Expediente, para a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 1979.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria depende, para sua apreciação, de parecer da Comissão de Redação.

Solicito ao nobre Senador Saldanha Derzi proferir parecer daquele órgão técnico.

**O SR. SALDANHA DERZI (PMDB — MS.** Para proferir Parecer.) — Sr. presidente, Srs. Senadores:

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 1979, que revoga dispositivos da Lei nº 5.449, de 4 de junho de 1968, os Decretos-leis nºs 672 e 1.273, respectivamente, de 3 de julho de 1969 e 20 de maio de 1973, e dá outras providências, esclarecendo que, no uso das atribuições conferidas pelo § 2º do art. 115 do Regimento Interno, procedeu à correção do art. 2º do projeto no tocante à duração do mandato dos Prefeitos e Vice-prefeitos a serem eleitos conforme propõe o referido artigo, adequando, desse modo, o texto à intenção do legislador.

#### ANEXO AO PARECER

**Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 1979, que revoga dispositivo da Lei nº 5.449, de 4 de junho de 1968, os Decretos-leis nºs 672 e 1.273, respectivamente de 3 de julho de 1969 e 29 de maio de 1973, e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São revogados o item VIII da Lei Nº 5.449, de 4 de junho de 1968, e os Decretos-leis nºs 672, de 3 de julho de 1969, e 1.273, de 29 de maio de 1973, que declararam, respectivamente, de interesse da segurança nacional os Municípios de Duque de Caxias, Angra dos Reis e Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º No primeiro domingo, noventa dias após a vigência desta Lei, serão realizadas eleições diretas para escolha dos Prefeitos e Vice-Prefeitos dos Municípios referidos no artigo anterior, cujos mandatos se estenderão até a posse dos eleitos em 15 de novembro de 1988.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE (Martins Filho)** — A Comissão de Redação conclui seu Parecer pela apresentação da redação final do Projeto de Lei do Senado nº 14/79, que revoga dispositivo da Lei nº 5.449, de 4 de junho de 1968, os Decretos-leis nºs 672 e 1.273, respectivamente de 3 de julho de 1969 e 29 de maio de 1973 e dá outras providências.

Completada a instrução da matéria, passa-se à discussão da redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE (Martins Filho)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

**O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL — SE.** Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores: desejo registrar, um acontecimento, da mais ampla repercussão possível, em virtude de sua importância intrínseca, e pelo muito que representa como uma inegável demonstração da credibilidade, e do crescente prestígio do Brasil no cenário internacional.

Refiro-me à escolha do Engenheiro Adwaldo Cardoso Botto de Barros como o primeiro brasileiro eleito para exercer o cargo de Diretor-Geral da União Postal Universal — UPU, no dia 6 de julho de 1984, por ocasião do XIX Congresso dessa importante agência especializada da ONU, realizado na cidade de Hamburgo (Alemanha Federal).

A UPU tem a sua sede em Berna, Suíça, de onde irradia as suas atividades vinculadas à consecução dos seus objetivos básicos, centralizados na racionalização e aprimoramento dos serviços postais, estimulando a melhoria

das relações entre os 167 países membros que integram a sua organização.

São órgãos da UPU: o Congresso — periodicamente levado a efeito, as Conferências Administrativas, o Conselho Executivo, o Conselho Consultivo de Estudos Postais, as Comissões Especiais, e a Secretaria Internacional.

A eleição do ex-Presidente da Empresa dos Correios e Telégrafos (ECT), Engenheiro Adwaldo Cardoso Botto de Barros, foi, por assim dizer, o reconhecimento internacional da sua capacidade empreendedora, invulgar talento e notável competência profissional, como o administrador que transformou a ECT na instituição brasileira de maior credibilidade.

Concorrendo com os candidatos da Grã-Bretanha, da Malásia e da Grécia, o Engenheiro Botto de Barros obteve 94 votos contra 50 votos concedidos ao 2º colocado, o Senhor Leslie Herbert Kingsbury, da Grã-Bretanha.

Tendo prestado juramento no dia 27 de julho passado, o novo Diretor-Geral da UPU, já assumiu as suas funções em Berna, dando início à sua gestão no dia 1º de janeiro de 1985 — motivo pelo qual somente agora assumo esta tribuna para enaltecer a posse do Engenheiro Botto de Barros como uma autêntica vitória do Brasil.

O fato torna-se ainda mais expressivo e auspicioso quando se verifica que, durante cinco anos, caberá ao nosso País dirigir os destinos da UPU — um dos setores estratégicos mais influentes no âmbito dos organismos internacionais especializados.

Acresce salientar que o ex-Presidente da ECT, cuja gestão pode ser considerada como histórica — de vez que transformou o antigo Departamento dos Correios e Telégrafos numa pujante Empresa Pública, das maiores do Continente, é um sergipano que nunca esqueceu o seu Estado.

Ao fazer este registro, solicito a incorporação, ao texto das breves considerações que venho tecendo, do discurso proferido pelo Engenheiro Adwaldo Cardoso Botto de Barros, ao ser proclamado Diretor-Geral da Secretaria Internacional da UPU, bem como da saudação que lhe foi dirigida pelo Secretário-Geral do Congresso, o Sr. Mohamed Ibrahim Sobhi. (Muito bem! Palmas.)

#### DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SENADOR LOURIVAL BAPTISTA

**O SR. BOTTO DE BARROS** proferiu o seguinte discurso:

“Senhoras e Senhores. É com o maior prazer que me dirijo aos senhores, no momento em que tenho o privilégio de ver meu nome sufragado como Diretor Geral da Secretaria Internacional da União Postal Univesal.

Agradeço ao Governo de meu país, o Brasil, por me haver indicado para concorrer a esta eleição e, reafirmando o meu propósito de honrar esta grande deferência, transiro ao povo brasileiro os resultados aqui alcançados, pois tenho a certeza de que todos contribuíram para este êxito.

Sei que pulsou acentuado cada coração dos meus irmãos do Brasil. Muito obrigado pelo apoio e ajuda.

É, também, para mim, um momento de indagação e de reflexão, porque sei das responsabilidades do cargo e dos graves problemas que terei pela frente, principalmente quando maiores serão os apelos em favor da consolidação de um Correio tanto quanto possível, universalmente qualificado.

Não me atemorizam os desafios, acostumado que sou a administrar dificuldades. Saio de um Correio que era, até o início da década de 1970, reconhecido como totalmente despreparado, e o deixarei, proximamente, em condições que, se não são as ideais, situam-no como um dos bons sistemas postais da atualidade. E, quando lhes afirmo de minha esperança em bem conduzir o encargo a mim confiado, faço-o, também, convicto de que poderei contar com a apoio de todos os países-membros para essa tarefa.

Acostumado que sou ao trabalho em equipe, onde todos podem dar uma parcela de contribuição para as grandes soluções, aí repousam meus princípios administrativos.

Como dirigente, jamais me conformei a uma posição gerencial estática, procurando ir sempre ao campo das operações, pois lá está o homem — o homem do Correio e o homem do povo — formando uma cadeia em que ambos se interligam e precisam ser ouvidos sempre, antes de tomarmos novas decisões.

Não faço deste primeiro pronunciamento um programa completo de ação. Precisaré situar-me mais de perto para traçar os princípios de ação administrativa. Desde já, porém, lhes afirmo que me empenharei em um trabalho sério e honesto, voltado para dinamização da UPU, para a aproximação com todas as Administrações, para a valorização dos correios em desenvolvimento, para o fomento à obtenção dos necessários recursos financeiros e sua equânime distribuição enfim, para que, todos unidos, possamos vencer as dificuldades e crescer o Correio em todos os quadrantes da terra.

O dia de hoje marca o início de uma nova jornada para a qual conto com a contribuição de todos. Aqui, não há vencedor e nem vencidos; há um novo dirigente que espera caminhar de mãos dadas com os amigos da família postal que somos.

Nosso dia-a-dia são as comunicações postais e, como homem de diálogo, estejam certos de que terei sempre um canal aberto à conversação, à troca de idéias, disposto a ouvir, atender e realizar no que puder.

Estou convicto de que as nossas relações com a Organização das Nações Unidas e todas as demais organizações que conosco convivem haverão de ser sempre frutíferas e proveitosas, como têm sido até agora.

Reafirmo, aqui, o valor que vejo no trabalho das Unidades Restritas. Confio em que elas muito têm a contribuir para a expansão de seus Correios.

Por último, desejo agradecer a todos os delegados dos países aqui presentes pela irreparável conduta durante as eleições, e aos candidatos com os quais tive a honra de compartilhar esta disputa pelo voto, pela liberdade no trato e o entendimento que sempre tivemos.

A todos, o meu muito obrigado e, em especial, ao Sr. Florian, Presidente deste XIX Congresso da União Postal Universal, que, na qualidade de juiz desta sessão, se houve com o mais perfeito desempenho e independência."

**O SECRETÁRIO-GERAL DO CONGRESSO e DIRETOR-GERAL DA UPU, Sr. Sobhi, assim se expressou:**

"Quero me associar aos cumprimentos que o Presidente vem de dirigir ao meu prezado amigo, Senhor Botto de Barros, eleito mui brilhantemente, Diretor-Geral da Secretaria Internacional da UPU.

Prezado amigo, durante os dez anos de meu mandato, tive freqüentemente a ocasião de dirigir-lhe minhas felicitações pelas funções que exerceu, com grande competência, nos órgãos da União Postal Universal. Hoje, é com prazer que expresso-lhe minhas mais calorosas felicitações e meus sinceros votos de pleno sucesso no cumprimento das novas tarefas que o aguardam. Conhecendo-o, não duvido de seu sucesso.

Neste ambiente especialmente solene e pleno de emoção, em que o Congresso vem de conceder sua confiança a uma personalidade do mundo postal e a um amigo, permitam-me dizer algumas palavras que me vêm ao espírito. Penso em dois fatores que, durante meu mandato, contribuíram para facilitar minha tarefa e para suportar o peso das responsabilidades. Como Presidente do CE, durante os cinco últimos anos, o senhor mesmo pôde constatar sua importância.

O primeiro desses fatores é a conscientização das necessidades das Administrações Postais, aliada à firme vontade de trabalhar no interesse de todos e de dedicar

incansavelmente todos os seus esforços para responder aos imperativos desta nobre missão.

O segundo é o fato de que o trabalho na Secretaria Internacional foi de uma equipe solidária. Não gostaria de monopolizar os méritos dos resultados obtidos. O que nós realizamos, devemos à colaboração eficiente dos membros da direção e de todos os funcionários da Secretaria, em todos os níveis. Este espírito de compreensão mútua é a melhor garantia de eficiência.

Estou certo, prezado Senhor Botto de Barros, que com suas bem conhecidas qualidades, o senhor terá pleno sucesso em sua missão. Renovo-lhe as minhas mais sinceras felicitações e os meus melhores votos de sucesso no interesse da UPU, que muito nos importa."

**O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) —** Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar a presente sessão, designando para a sessão ordinária de segunda-feira a seguinte

## ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do Requerimento nº 4, de 1985, de autoria dos Senadores Aloysio Chaves, Nelson Carneiro e Roberto Saturnino, solicitando, nos termos do Art. 371, alínea "c", do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 218, de 1984 — Complementar, que cria o Estado do Tocantins e determina outras providências.

2

Votação, em turno único, do Requerimento nº 10, de 1985, de autoria do Senador Humberto Lucena, solicitando, nos termos do art. 371, alínea "c", do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 281, de 1983 — Complementar, que dispõe sobre a concessão do benefício auxílio-doença ao trabalhador rural

3

Votação, em turno único, do Requerimento nº 15, de 1985, de autoria do Senador Humberto Lucena, solicitando a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar os fatos que colocaram em risco o controle acionário, pela União, da Companhia Vale do Rio Doce

4

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 22, de 1981, do Senador Jorge Kalume, que dispõe sobre enquadramento de professores-colaboradores e auxiliares de ensino e dá outras providências, tendo

**Pareceres, sob nºs 654 e 655, de 1981, das Comissões:**  
— de Constituição e Justiça, pela Constitucionalidade e Juridicidade, e, no mérito favorável, e  
— de Educação e Cultura, favorável.

5

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 26, de 1979, de autoria do Senador Orestes Quêrcia, que acrescenta parágrafos ao art. 517 da Consolidação das Leis do Trabalho, tendo

**Pareceres, sob nºs 184 e 185, de 1984, das Comissões:**  
— de Constituição e Justiça, pela Constitucionalidade e Juridicidade; e  
— de legislação Social, favorável.

6

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 45, de 1979, do Senador Nelson Carneiro, que acrescenta e modifica a redação de dispositivo da lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966 (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), tendo

**Pareceres, sob nºs 298 a 301, de 1981, das Comissões:**  
— de Constituição e Justiça, pela Constitucionalidade e Juridicidade e, no mérito, favorável, com emenda que apresenta de nº 1-CCJ;

— de Legislação Social, contrário, com voto vencido, em separado, do Senador Humberto Lucena;

— de Economia, contrário; e

— de Finanças, contrário, com voto vencido do Senador Mauro Benevides.

7

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 2, de 1980, de autoria do Senador Humberto Lucena, que dispõe sobre a escolha e a nomeação dos dirigentes das Fundações de Ensino Superior, tendo

**Pareceres, sob nºs 747 e 748, de 1981, das Comissões:**  
— de Constituição e Justiça, pela Constitucionalidade e Juridicidade, com voto vencido, em separado, do Senador Moacyr Dalla; e

— de Educação e Cultura, favorável,

8

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da Constitucionalidade, nos termos do art. 296 do regimento interno), do Projeto de Lei do Senado nº 18, de 1980, de autoria do Senador Itamar Franco, que dispõe sobre aposentadoria especial do músico, tendo

**Pareceres, sob nº 1.032, de 1980 e nº 415, de 1984, da Comissão:**

— de Constituição e Justiça, 1º Pronunciamento: pela inconstitucionalidade; 2º Pronunciamento: (reexame solicitado em Plenário) — ratificando seu parecer anterior.

9

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da juridicidade, nos termos do art. 296, do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 320, de 1980, de autoria do Senador Pedro Simon, que revoga a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980 que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração e dá outras providências, tendo

**Parecer, sob nº 1.144, de 1981, da Comissão**

— de Constituição e Justiça, pela injuridicidade.

10

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da Constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 51, de 1980, de autoria do Senador Henrique Santillo, que revoga o Decreto-Lei nº 1.284, de 28 de agosto de 1973, que declarou o município de Anápolis de interesse da Segurança Nacional, e dá outras providências, tendo

**Parecer, sob nº 13, de 1982, da Comissão:**

— de Constituição e Justiça, pela Inconstitucionalidade, com voto vencido do Senador Nelson Carneiro.

(Dependendo da votação do requerimento nº 12/85, do Senador Henrique Santillo, de adiamento da discussão para reexame da Comissão de Constituição e Justiça).

**O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) —** Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 38 minutos.)

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. VIRGÍLIO TÁVORA NA SESSÃO DE 13-3-85 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

**O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (PDS — CE.** Para encaminhar a votação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Conforme anunciamos, o PDS votará a favor do projeto neste primeiro turno.

Queremos dar a oportunidade não só de vê-lo emendado como, também, principalmente de, uma vez transformado em lei, executado por aqueles que justamente, durante tanto tempo, solicitaram que assim se procedesse. Temos nós, realmente, como básico, ouvido argumentos expendidos, seja pelo Senador Roberto Saturnino, seja pelo Senador Roberto Campos de que a exequibilidade das medidas aqui proferidas, aqui inseridas, aqui desejadas, na prática, mostrar-se-á perfeitamente nula. Mas queremos dar esse crédito de confiança ao futuro governo e, justamente, na esperança que esses setecentos e tantos contratos que brevemente haverão de constituir o objeto dessa renegociação externa já quase pronta sejam, em tempo hábil, útil e de maneira possível também apreciados por esta Casa.

É um voto, pois, de confiança e é um voto que é um desafio à futura atuação do Governo que se vai iniciar. (Muito bem!)

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. VIRGÍLIO TÁVORA NA SESSÃO DE 13-3-85 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

**O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (PDS — CE.** Para uma questão de ordem.) — Apenas para uma indagação, Sr. Presidente: Pelo menos no avulso em nossa posse não existem essas conclusões, nem o relatório. Como nós vamos aprovar, com todo o respeito aos membros dessa Comissão, o resultado da mesma, se não vimos o relatório que aqui não consta?

Essa a questão de ordem que levantamos a V. Ex<sup>a</sup>

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. ROBERTO CAMPOS NA SESSÃO DE 13-3-85 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

**O SR. ROBERTO CAMPOS (PDS — MT.** Para encaminhar a votação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Quando vi nos jornais rumores sobre uma possível perda de controle pela União das ações da Vale do Rio Doce, senti-me inclinado a propor a medalha de mérito para o Presidente da Companhia, Eliezer Batista, porque ele estaria simplesmente cumprindo a Constituição.

Recordemos aos Srs. Senadores o que reza a Constituição, no art. 163:

“Art. 163. São facultados a intervenção no domínio econômico e o monopólio de determinada indústria ou atividade, mediante lei federal, quando indispensável por motivo de segurança nacional ou para organizar setor que não possa ser desenvolvido com eficácia no regime de competição e de liberdade de iniciativa, assegurados os direitos e garantias individuais.”

Sr. Presidente. Das três condições que a Constituição estabelece, a permanência da Vale do Rio Doce sob controle federal satisfaz apenas a primeira, “a uma lei federal”; não satisfaz o segundo critério, exigência imperativa da segurança nacional; e não satisfaz o terceiro critério, que é inapetência ou incapacidade comprovada da iniciativa privada para executar a tarefa.

Ora, Sr. Presidente, são inúmeros os países exportadores de minério de ferro onde essa atividade se conduz através do setor privado. No Brasil, temos várias empresas privadas perfeitamente capazes de operar essa atividade. Em consequência, manter-se o Governo Federal controlando a Vale do Rio Doce é uma intervenção no domínio econômico sem nenhuma das condições concomitantes que, dentro do art. 163, são requeridas para a intervenção do Estado no domínio econômico.

Longe de ser criticado, o Presidente da Vale do Rio Doce deveria receber uma medalha de mérito por estar

simplesmente cumprindo a Constituição. O nosso problema é que falamos demasiado em Constituinte, falamos demasiado em Constituição, e ninguém lê a Constituição. O Requerimento do Sr. Senador Severo Gomes, este sim poderia ser tido como inconstitucional, porque implica uma censura implícita a um diretor dirigente de empresa que estaria apenas cumprindo um dispositivo constitucional. Infelizmente, Sr. Presidente, muito infelizmente, eu não teria nenhuma oportunidade, sequer, de propor a medalha de mérito, porque a Vale do Rio Doce se apressou em desmentir, que houvesse propósito ou probabilidade imediata de privatização da empresa. Fiquei extremamente desapontado. Gostaria muito de ter ouvido o contrário, quer dizer, a Vale do Rio Doce confirmando o rumor de estar disposta a propor ao Governo que abrisse mão do controle majoritário, hoje inconstitucional, das ações da Vale do Rio Doce.

Quando a Companhia foi criada, configurava-se uma situação semelhante à prevista no art. 163. Naquele tempo, não havia importantes mineradores privados. Na fase inicial, quando foi passada a lei, tratava-se de adquirir uma empresa sob controle estrangeiro, com dispêndio de divisas. A atividade poderia ser considerada pioneira, até porque tinha se que refazer completamente uma estrada de ferro, e as estradas de ferro não são consideradas, normalmente, no Brasil, um campo apetitoso para a iniciativa privada. Já o foram no passado, até que se cometeu esse erro e, mais do que erro, um crime, de se desapropriar as ações da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, uma empresa exemplar que foi substituída por uma estatal, terrivelmente ineficiente, e que até hoje sangra, desavergonhadamente, os cofres públicos.

Entretanto, a verdade é que, nem a minha medalha de mérito nem o requerimento do Senador Severo Gomes são pertinentes, pois já houve desmentido formal da Vale do Rio Doce de que se dispunha a tomar esse passo construtivo, que outras nações estão tomando: alijar o Estado de cargas administrativas, porque o Estado já tem demasiados encargos que não sabe executar. O Estado tem que cuidar da malária. Eu fiz campanha em meu Estado sob constante pavor de ser atacado por um mosquito malarigêno. O Brasil é um país repleto de esquistossomozos, e é preciso cuidar seriamente desse problema. A infra-estrutura está, ainda, por construir nesse grande Centro-Oeste.

Vemos, agora, a Comissão nomeada pelo Presidente Tancredo Neves, a COPAG, propondo um plano de emergência de 15 bilhões de cruzeiros. Um plano de emergência para o qual não há recursos, porque as provisões que a COPAG alvitrou existem são absolutamente oníricas. Trata-se de um exercício de economia desidratada. Para financiar os 15 trilhões de cruzeiros do programa emergencial apelam os membros da Comissão, para uma rubrica que se descreve como “excesso de arrecadação”. Ora, nenhum planejador sério consentiria em colocar como fonte certa de recursos aquilo que é um “excesso de arrecadação”, que só poderia ocorrer se o orçamento foi desonestamente subestimado, ou se se espera uma inflação gigantesca. Outros recursos aventados para a execução do plano emergencial são recursos do FINSOCIAL ainda não desembolsados. Todos nós sabemos que não há caixa para esse desembolso e que a COPAG está na realidade recomendando é pura e simples emissão de papel-moeda.

Um outro item se refere às disponibilidades do BNH. Sabemos que o BNH não tem disponibilidade para honrar os seus compromissos. E se for mantida a sentença judicial que compensa os mutuários pela diferença entre a equivalência salarial e o valor da prestação, o Banco Nacional da Habitação, que ajudei a criar, estaria simplesmente falido.

Neste contexto em que se propõe projetos urgentíssimos com financiamento onírico, é que se cogita de censurar alguém que teria, durante um certo momento, en-

tretido a idéia de cumprir o art. 163 da Constituição, vendendo ações do Governo.

Em vários países — o caso mais notável agora é o da Inglaterra — o Governo tem deliberadamente vendido ações de empresas, algumas em setores vitais, como telecomunicações ou petróleo, para fazer caixa com que atender a programas sociais ou debelar a inflação. Isto é que devíamos fazer, colocar à venda as ações do Governo e, com os recursos daí provenientes, aí então formular um plano sério, diferente da proposta anedótica da COPAG — um plano sério de correção de mazelas sociais que requerem solução urgentíssima. Ao invés disso, a que assistimos? A PETROBRÁS que pede, de um lado, recursos ao BNDEs está criando mais uma empresa, que será, talvez, a 88ª do seu império, para produzir o quê? Catalizadores fluídos. Uma coisa que inúmeros empresários privados certamente se habilitariam a produzir.

Meus Senhores, temos que ser sérios a propósito da Constituição agora que falamos em Constituinte. O Governo se deve ater às províncias que lhe são reservadas pela Constituição. A Vale do Rio Doce, hoje amadurecida, não mais uma empresa pioneira, não está mais na esfera admissível de intervenção no domínio econômico. Deveria ser privatizada. Lamento registra que essa saudável perspectiva é remota. Não há disposição na Vale do Rio Doce, em sua diretoria e mesmo no seu eminente Presidente, seguramente o melhor dos administradores públicos que conheci em toda a minha longa experiência administrativa, não há disposição nem na diretoria e nem no Presidente para tomar esse passo corajoso: dar cumprimento à Constituição. Porque, meus Senhores, é coragem bravia, neste País, cumprir a Constituição, e é cômico falir-se na Constituinte como a solução dos problemas nacionais, se a Constituição é sistematicamente descumprida. Não apenas a Constituição de 1967, mas dispositivos que já vigoravam em Constituições anteriores.

O apelo que eu queria fazer ao Senador Severo Gomes, e a proposta que quero fazer ao Senado, é que ao invés de se constituir uma comissão de inquérito, detesto aliás o nome “inquérito”, e declarei que me recuso a participar de qualquer Comissão de Inquérito no Senado enquanto não se lhe mude o nome para comissão de análise e estudos. Inquérito é estágio judicial. É uma péssima tradução da expressão *inquiry*. Nossos constitucionalistas ouviram falar nas *Royal Comissions of Inquiry* do Parlamento inglês e nos *Committees of Inquiry* do Congresso americano e transformaram *inquiry* em inquérito, o que encerra uma conotação policial, totalmente inapropriada às funções do Senado, que não são judiciais e muito menos policiais. Mas isso é secundário. O que eu proponho é que, ao invés de se criar uma comissão de inquérito, transmita-se simplesmente um convite ao Presidente da Vale do Rio Doce — eminente homem público, agora confirmado em seu posto pelo Presidente Tancredo Neves e, segundo se murmureja, sondado para o Ministério do Planejamento, cargo que não aceitou — se convide respeitosamente o Presidente da Vale do Rio Doce para vir aqui explicar a origem dos rumores e malentendidos.

Srs. Senadores, a formação de uma “Comissão de Inquérito” em relação a uma empresa da seriedade da Vale do Rio Doce, que toma empréstimos no exterior, que está executando um grande programa como Carajás, que tem contratos de venda pré-financiadas, é algo muito sério. No exterior haveria suspeitas de que há malversação de fundos, de que a empresa não seria empresa confiável, porque assim a declara o Senado brasileiro, ao formar uma comissão de inquérito para investigar “fatos que colocaram em risco o controle acionário da União”, presumindo-se, destarte, irregularidades na conduta de seu Presidente.

Os nossos credores externos se apavorariam com as notícias. Eles não têm capacidade, tempo ou disposição

para analisar as "intrincâncias" do processo legislativo brasileiro e nossas sutilezas semânticas. Estaríamos causando graves danos à empresa melhor administrada da União Federal. Muito obrigado. (Muito bem!)

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. VIRGÍLIO TÁVORA NA SESSÃO DE 13-3-85 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

**O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (PDS — CE, Como Líder.) — Sr. Presidente:**

Começa aqui a colaboração construtiva da futura oposição ao Governo do porvir, e esta colaboração é votando contra este requerimento.

Não se pode, da noite para o dia, sem medir as consequências nos seus menores detalhes, como aqui tão bem o ilustre representante do Espírito Santo deixou claro, colocar-se nas manchetes dos jornais que a Campanha de Mineração, a maior do mundo, aquela mais bem organizada no Brasil, aquela que é o nosso orgulho, vai, por notícias colhidas de documentos "a", "b" ou "c", tendo antes seu Presidente se prontificado a vir a esta Casa, dar todos os esclarecimentos necessários, ser posta no pelourinho junto com outras empresas que estão a merecer uma ação saneadora.

O PDS vota, por esta razão, sem entrar no mérito, ficando só na preliminar, Sr. Presidente, contra o requerimento em questão.

**AIA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DO SENADO FEDERAL, RELIZADA ÀS TRÊS HORAS DO DIA QUINZE DE MARÇO DE MIL NOVECENTOS E OITENTA E CINCO.**

Às três horas do dia quinze de março de mil novecentos e oitenta e cinco, sob a Presidência do Senhor Senador José Fragelli, Presidente, presente os senhores Senadores Guilherme Palmeira, Passos Pôrto, Enéas Faria, Eunice Michilles e Alberto Silva, reúne-se a Mesa do Senado Federal. O Senhor Presidente comunica que, em virtude do estado de saúde do Dr. Tancredo de Almeida Neves, Presidente da República eleito, submetido a uma intervenção cirúrgica no Hospital de Base de Brasília, houve por bem convocar uma reunião com todos os Líderes partidários da Câmara e do Senado, e, ainda, o Senhor Ulisses Guimarães, Presidente da Câmara dos Deputados, a fim de deliberar sobre o procedimento a ser adotado, em face do ocorrido, pela Mesa do Senado, na solenidade de posse a realizar-se às dez horas de hoje. Ouvidos todos os presentes, houve inteira concordância no sentido de, mediante a apresentação de laudo médico que comprove a impossibilidade do Presidente eleito ser empossado nessa solenidade e prestar o compromisso previsto no artigo setenta e seis da Constituição Federal, a Mesa do Senado, à vista do disposto no parágrafo único desse mesmo artigo, deverá dar posse ao Vice-

Presidente eleito, Dr. José Sarney, tomando-lhe nesta qualidade, o compromisso nos termos previstos na Lei Maior, para, em consequência do impedimento do Presidente eleito, assumir, temporariamente, o exercício da Presidência da República. A Mesa do Senado, após a explanação do senhor Presidente, por unanimidade dos presentes, resolve que, na solenidade acima referida, à vista de laudo médico, dará posse ao Vice-Presidente da República eleito para, nessa qualidade, exercer, no impedimento temporário do Presidente eleito, a Presidência da República. Nada mais havendo que tratar, lavrou-se a presente Ata que, assinada pelo Presidente e demais membros da Mesa, vai à publicação.

Sala da Reuniões da Mesa do Senado Federal, 15 de março de 1985. José Fragelli, Guilherme Palmeira, Passos Pôrto, Enéas Faria, Eunice Michilles, Alberto Silva Marcondes Gadelha, João Lobo

**COMISSÃO DIRETORA**

**2ª Reunião Ordinária Realizada  
Em 26 de Fevereiro de 1985**

Sob a Presidência do Senhor Senador Moacyr Dalla, Presidente, e com a presença dos Senhores Senadores Lomanto Júnior, Primeiro Vice-Presidente, Jaison Barreto, Segundo Vice-Presidente, Henrique Santillo, Primeiro-Secretário, Lenoir Vargas, Segundo-Secretário, Milton Cabral, Terceiro-Secretário, Raimundo Parente, Quarto-Secretário, e ainda com a presença dos suplentes Almir Pinto, Odacir Soares e Martins Filho, às dez horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e seis de fevereiro de mil novecentos e oitenta e cinco, reúne-se a Comissão Diretora do Senado Federal.

Iniciando os trabalhos o Senhor Presidente expõe aos presentes o motivo pelo qual decidira convocar esta reunião, isto é, a proposição de uma Ação Popular contra a Mesa do Senado, visando a anulação dos Atos 87 e 88, da Presidência. Sua Excelência solicitou ao Consultor-Geral da Casa que fizesse uma exposição à Mesa do andamento do feito. Atendidas as indagações, decidiu a Mesa expedir uma Nota Oficial, a ser publicada nos jornais de Brasília e em dois de São Paulo e do Rio de Janeiro, como matéria paga. Decidiu-se, também, mandar ler a referida Nota no Programa Voz do Brasil.

Com a palavra, a seguir, o Senhor Primeiro-Secretário disse que trazia numerosos assuntos confiados à sua apreciação, inclusive a proposta para que fosse homologado o resultado do concurso público destinado ao preenchimento de empregos de datilógrafo. A Comissão, por unanimidade procedeu à homologação, assinando o respectivo Ato. A decisão quanto ao número de candidatos a serem chamados para ocupar o emprego de datilógrafo fica transferida para a próxima Comissão Diretora, contrariando os Senhores Membros, assim, a proposta de sua Excelência o Senhor Primeiro-Secretário, que apresentara sugestão, à vista da necessidade de datilógrafos de que se ressentia o Senado, no sentido de serem admitidos todos os aprovados no concurso.

As matérias, a seguir relacionadas, foram transferidas para apreciação da Comissão Diretora a ser eleita para o próximo biênio:

a) Ato homologatório do Regulamento Técnico Administrativo da ASSEFE em decorrência da Resolução nº 104/84 aprovada pelo Senado Federal.

b) Proposta de Ato da Comissão Diretora como resultado de decisão adotada em reuniões anteriores referente à regularização da situação funcional dos servidores da obra e por tempo determinado.

c) Proposta de Ato regulamentando disposições da Resolução nº 74/84 referente ao enquadramento e reposicionamento dos servidores atingidos por aquele dispositivo legal.

d) Proposta de admissão do 6º candidato colocado no Concurso Público para contador na 6ª vaga criada pelo Ato nº 13/84.

e) Proposta da Primeira-Secretaria acatando sugestão da Diretoria-Geral com parecer favorável da Consultoria-Geral relativa à cessão por empréstimo de equipamentos da Biblioteca para o MEC, processo nº 005954/84.

f) Proposta da Diretoria-Geral da Casa referente a revisão de enquadramento de Célio Alves de Azevedo e outros na Categoria de Técnico em Comunicação Social.

g) Proposta de Ato da Comissão Diretora referente à modificação da natureza do emprego de Assessor Parlamentar a ser provido por alguns candidatos habilitados no respectivo concurso Público já homologado.

h) Proposta da 1ª-Secretaria referente a indicação anual de quatro servidores do Senado Federal com Nível Superior para frequentar curso em Nível de Pós-Graduação em Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas. A sugestão é no sentido de que o Primeiro-Secretário indique anualmente os servidores.

i) Contratação de 6 Técnicos em Telecomunicações no serviço de Telecomunicações do Senado Federal, sendo o Senhor Primeiro-Secretário de opinião que deva ocorrer por meio de realização de concurso público.

j) Pedido de João Mugayar e outros pedindo a extensão da Gratificação de produtividade.

No mesmo sentido, procedeu-se em relação às matérias confiadas ao Sr. Quarto-Secretário, a saber:

a) Proposta do Orçamento Interno do Fundo do Centro Gráfico do Senado Federal — FUNCEGRAF, para o exercício financeiro de 1985; e

b) Prestação de Contas do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal — PRO-DASEN, relativa ao exercício de 1983.

Nada mais havendo a tratar, às quatorze horas e quarenta minutos, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos, pelo que eu, (Aiman Nogueira da Gama), Diretor-Geral e Secretário da Comissão Diretora, lavrei a presente Ata, que, assinada pelo Senhor Presidente, vai à publicação.

Sala da Comissão Diretora, 26 de fevereiro de 1985. — Moacyr Dalla, Presidente.